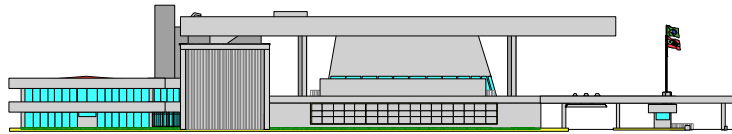


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.801

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1815
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 086ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/10/2007.....2
Ata da 037ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 17/10/200714
Ata da 038ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 17/10/200714
Ata da 027ª Sessão Solene da
16ª realizada em 17/10/2007 às
19h23

Publicações Diversas

Projetos de Lei.....27
Projeto de Lei Complementar
.....28
Projetos de Resolução32

PLENÁRIO

ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darcil de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença dos alunos e professores das Escolas Basileu José da Silva e Etelvina de Souza Pereira, de Imbituba.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à sessão solene em homenagem aos médicos de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia os Chocolates Duschle, de São Bento do Sul, e convida os parlamentares para visitarem aquele município.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a presença de diversas autoridades do interior do estado; reporta-se à importância do engajamento da classe médica na discussão da Emenda n. 29.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Saúda os vereadores presentes no plenário e parabeniza o trabalho da Uvesc.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comunica a realização, em Brasília, da Semana da Ação Social Global; diz-se aterrorizado com a situação do presídio de Balneário Camboriú.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Afirma que a questão da construção da nova penitenciária da região de Itajaí arrasta-se há mais de três anos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ressalta necessidade de reaparelhar a Polícia e o Corpo de Bombeiros do extremo oeste; refere-se a ato unificado dos servidores da Segurança, da Educação e da Saúde em Joinville.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Registra a presença de alunos e professores da E.E.B. Jerônimo Coelho, de Laguna.

Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Tece comentários sobre a manifestação contra a CPMF em São Paulo; comemora o aumento do nível do emprego formal no país.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Ressalta o desconhecimento da classe artística sobre o significado da sigla CPMF.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Elogia a aplicação dos recursos da CPMF pelo governo federal e a política de redução de juros do Banco Central.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Fala das filiações ao PP na região de Amfri; critica o governo estadual pelo não-atendimento dos pleitos dos deputados.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Manifesta satisfação pelas filiações ao PP na microrregião de Joinville; critica a SDR de Joinville pelo desconhecimento dos problemas da cidade.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Parabeniza a TVAL pela reportagem sobre a Embraco.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda o problema da dengue.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à sessão solene em homenagem ao Dia do Médico; prega melhores políticas para a saúde.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Parabeniza os deputados médicos pelo seu dia.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Fala da beatificação de Albertina Berkenbrock; reporta-se às novas filiações no PMDB de Tubarão.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Define a beatificação de Albertina Berkenbrock como o momento político-religioso mais importante deste século da diocese de Tubarão.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Augura que o povo de Tubarão tenha cada vez mais dias melhores.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza todo o sul catarinense pela beatificação de Albertina Berkenbrock.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Sauda a presença do presidente da SCGÁS, ex-deputado Ivan Ranzolin.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Comemora conquista de serviço de salva-vidas o ano inteiro para Balneário Camboriú.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Parabeniza o deputado Edson Piriquito por trabalhar pela segurança dos banhistas de Balneário Camboriú.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Destaca a realização da Efapi; condena a defesa, pelo PT, da prorrogação da CPMF.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Diz que quem paga a CPMF são os empresários.

Ordem do Dia

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença da esposa e dos filhos do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Discute o PL n. 0341/2007, que altera dispositivos da Lei n. 12.931/2004, que institui o procedimento de descentralização de créditos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PL n. 0341/2007, que altera dispositivos da Lei n. 12.931/2004, que institui o procedimento de descentralização de créditos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto contrário o PL n. 0341/2007, que altera dispositivos da Lei n. 12.931/2004, que institui o procedimento de descentralização de créditos.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PL n. 0341/2007, que altera dispositivos da Lei n. 12.931/2004, que institui o procedimento de descentralização de créditos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Esclarece que o sr. Alessandro Rosa Vieira, a quem será dado o título de Cidadão Catarinense, é o jogador de futsal Falcão, que reside em Jaraguá do Sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Declara o voto favorável ao PL n. 0469/2007, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Deinfra, para a construção da via rápida de Criciúma.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute a Mensagem n. 0227/2007, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0043/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV na rede pública de saúde.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0043/2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV na rede pública de saúde.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0043/2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV na rede pública de saúde.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0043/2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV na rede pública de saúde.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0183/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0183/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0183/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n.0007/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Declara o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Declara o voto favorável à derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Posiciona-se pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Anuncia sua posição pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto da bancada do PP pela derrubada do veto total ao PL n. 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar, nesta Casa, a presença dos nossos queridos alunos e dos professores da 4ª série da Escola Basileu José da Silva e da Escola Etelvina de Souza Pereira, de Imbituba.

Quero agradecer às diretoras Cleir e Cristiane e também a todos os professores pela visita. Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito o devido registro, sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa de Santa Catarina!

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar a sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, os demais membros da mesa, os srs. deputados aqui presentes e de me referir, hoje, à bela sessão solene realizada no dia de ontem, na qual prestamos uma homenagem aos médicos de Santa Catarina.

Nessa homenagem estiveram presentes o presidente do Sindicato dos Médicos, dr. João Pedro Carreira Neto; o Sindicato da Associação Médica Catarinense, na pessoa do dr. Genoir Simoni, e o Conselho Regional de Medicina, representado pelo dr. Anastácio Kotzias Neto. Essas autoridades médicas e mais a Presidência da Assembléia e o dr. Eduardo Pinho Moreira, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, fizeram com que o médico catarinense fosse homenageado pelo que representa para a nossa sociedade.

O médico, hoje, é, sem dúvida nenhuma, o profissional que tem mais credibilidade em nosso estado e no Brasil também. O médico é aquela pessoa confiável, na qual depositamos os nossos problemas, as nossas angústias, as nossas ansiedades. É com ele que procuramos resolver os nossos problemas de foro íntimo e os nossos problemas físicos e, por que não dizer, também os nossos problemas da alma.

Já foi dito aqui uma vez e vou repetir que Tales de Mileto, em 310 a.C., falava que a felicidade do corpo é a nossa saúde e que a felicidade da alma é o nosso espírito de sabedoria. E dentro desse espírito de sabedoria, ontem, na Assembléia Legislativa, tivemos a grata satisfação de homenagear quatro médicos que têm na sua índole a ética, algo raro que acontece, hoje, no dia-a-dia do Congresso Nacional. E eles também representam o que temos de mais nobre na medicina, ou seja, a ética, a competência e a dedicação.

Portanto, a nossa homenagem especial aos médicos Peter Goldberg, Danilo Freire Duarte, anestesista que, sem dúvida nenhuma, pautou a sua vida inteira pela sabedoria e pelo bem dos seus pacientes, que não esteve presente, mas se fez representar por sua filha Raquel Duarte Moritz; Martinho Herculano Ghizzo e Ernesto Damerau que estiveram presentes, enfim, os quatro homenageados merecem, sim, a nossa mais alta consideração.

Srs. deputados, saudando esses quatro médicos indicados, estendemos também a nossa homenagem a todos os médicos e médicas do estado de Santa Catarina. Estiveram presentes os nossos deputados médicos Jailson Lima e Serafim Venzon, que fizeram pronunciamentos maravilhosos saudando os médicos presentes e todos os médicos de Santa Catarina.

Mas dentro dessa homenagem à nossa profissão de médico, tenho que citar hoje o nosso deputado estadual Silvío Dreveck, que nos brindou com a indústria do chocolate de São Bento do Sul. Parabéns, deputado Silvío Dreveck, pela sua generosidade e pela maneira com que está fazendo a propaganda do município de São Bento do Sul, onde hoje à noite estaremos na abertura da Feira Moveleira.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre deputado Silvío Dreveck.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Quero aproveitar esta oportunidade que v.exa. me concede para dizer que esta pequena recordação de São Bento do Sul tem um valor muito importante, porque essa empresa, que é a chamada Chocolates Duschle, criou-se dentro de um condomínio empresarial. E após três ou quatro anos nesse condomínio, criou vida própria e hoje é uma empresa que vende para todo o Brasil um produto de boa qualidade. Espero que v.exas tenham gostado do produto e que possam visitar São Bento do Sul não só para comprar chocolate, mas para prestigiar a nossa cidade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Silvío Dreveck.

Nós gostaríamos, realmente, de encerrar nossas palavras agradecendo a presença de todos na sessão de ontem, deixando o nosso forte abraço a todos os médicos catarinenses.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, os demais deputados presentes, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de citar a presença do nosso prefeito Paulinho, da cidade de Ponte Alta, que está aqui juntamente com o Lúcio Bastos, empresário que irá investir na cidade, que hoje esteve conosco na SCGÁS e no BRDE procurando investimentos para o município e também já trabalhando pela famosa Festa da Moranga, na cidade de Ponte Alta. Parabéns, Paulinho, pelo teu trabalho. Aquela cidade, com certeza, orgulha-se do prefeito que tem.

Quero citar a presença do vereador Rui Mendonça, presidente da Uvesc; do vereador da cidade de Descanso, Edson Fronza; do nosso companheiro e camarada da cidade de Rio do Sul, vice-presidente da Uvesc, vereador Nilton de Melo Fernandes; do presidente da União dos Vereadores da Região Lagunar, vereador Ido Spiz; do presidente da Câmara Municipal de Tunápolis, vereador do PT, Donato Lauchner, que estão na cidade de Florianópolis, deputado Peninha, já trabalhando para a organização do Congresso Estadual dos Vereadores, que ocorrerá de 28 a 30 de novembro. E muitas vezes, quando se

diz que os vereadores saem das suas cidades e vêm para Florianópolis, a imprensa publica que vêm para passear, mas estamos vendo que todo mundo tem a sua missão; eles estão aqui cumprindo com a deles e somos testemunhas do trabalho relevante que os parlamentares municipais fazem na capital catarinense.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Jailson Lima, da mesma forma gostaria de parabenizar todos os representantes da Uvesc que aqui estão, especialmente o Rui Mendonça, que é meu parente. Inclusive, eu dizia para ele que os Mendonças estão distribuídos, pois há alguns lá no oeste de Santa Catarina, eu no Vale do Itajaí e ainda temos o Manoel Mendonça lá em Joinville. Mas são pessoas muito boas!

Então, gostaria de saudar o Rui, assim como o Edson Fronza, vereador muito atuante, meu colega engenheiro agrônomo, a quem já convidei para vir para o meu partido, o PMDB, e ele quis continuar no PT. Mas é um grande vereador. São pessoas que representam bem todos os vereadores de Santa Catarina, especialmente a Uvesc, que faz um grande trabalho no Legislativo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Peninha.

Deputado Padre Pedro Baldissera, agora entendo como o deputado Peninha faz tanto voto neste estado, pois está cheio de Mendonça distribuído por aí! Está justificada a votação, além, logicamente, do trabalho do deputado Peninha.

O deputado Antônio Aguiar acabou de sair desta tribuna falando sobre a sessão solene de ontem, referente à homenagem feita às entidades médicas e a quatro profissionais médicos, que prestaram um grande serviço ao estado de Santa Catarina, numa forma de representação nominal ao trabalho desenvolvido pela categoria da qual faço parte como profissional médico. Os homenageados foram o dr. Ernesto Damerau, o dr. Danilo Freire Duarte, o dr. Peter Goldberg e o dr. Martinho Herculano Ghizzo.

Nós, médicos, temos que refletir sobre o dia 18 deste mês, porque ele representa uma data marcante para a nossa categoria pelo reconhecimento do trabalho que temos. No entanto, cabe às entidades médicas, ao sindicato, à associação médica, ao Conselho Regional de Medicina e ao Conselho Nacional de Entidades Médicas um papel mais firme e contundente, a partir do debate da Emenda n. 29 - e ontem já falei sobre isso aqui. Às vezes as pessoas perguntam que raio de emenda é essa. É uma emenda a um projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta os investimentos na saúde.

Ontem, na sessão solene, fiz um pronunciamento em homenagem aos colegas médicos sobre a proletarização da categoria e sobre a disseminação de universidades que sequer têm laboratórios anatómicos para uma formação adequada de profissionais médicos, tendo em vista o aspecto mercantilista impresso na educação de ensino superior, em governos passados, esquecendo-se das universidades públicas. E essa disseminação também levou, queiram ou não, a uma redução da qualidade e à formação excessiva de profissionais sem qualificação.

Srs. deputados, na semana passada, na *Folha de S. Paulo*, li a seguinte nota: "Concurso para médico na prefeitura municipal de São Paulo com salário de R\$ 800,00". Se isso está acontecendo é porque a oferta de profissionais é tão grande que faz com que as pessoas aceitem, no desespero, qualquer função, porque os profissionais médicos de grandes centros, para sobreviver, muitas vezes, têm de quatro a cinco empregos e fazem em torno de 72 horas de plantão semanal. E isso, com certeza, resulta numa perda de qualidade.

Para mudar esse contexto em nosso país, temos que aprimorar e, principalmente, elevar o volume de recursos aplicados na saúde para os hospitais. Tivemos agora um reajuste na tabela do SUS, mas ainda é pouco, pois temos que ter um reajuste maior para o pagamento dos honorários dos profissionais que atendem o Sistema Único de Saúde.

Por isso, é importante que as entidades médicas, que os profissionais médicos, os profissionais da saúde entrem nessa luta política pressionando o Congresso Nacional e manifestando-se de forma organizada para que a Emenda n. 29 seja aprovada da forma como foi encaminhada, garantindo no mínimo 15% de aplicação na saúde por parte dos estados, da União e dos municípios. Assim, com certeza, teremos, além de mais recursos para a saúde, melhoria no pagamento dos profissionais.

Como médico, em meu nome e em nome da minha esposa, que também é médica, a dra. Deise, que é cardiologista e geriatra em Rio do Sul, quero parabenizar todos os profissionais colegas, primordialmente os companheiros médicos do Alto Vale, do Hospital Regional e do Hospital Samária, que, sabemos, cumprem com a sua missão, assim como os demais médicos dos outros municípios do nosso estado.

Por isso, parabéns, colegas médicos, dia 18 é dia de reflexão sobre o papel político que temos que ter na sociedade brasileira para mudar destinos e, principalmente, trabalhar para melhorar a qualidade de atendimento e os serviços públicos de saúde deste estado e deste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, quero trazer para a tribuna, na tarde de hoje, três assuntos com bastante objetividade.

Primeiro, quero comunicar à sociedade catarinense que a partir do dia 14 deste mês, até o dia 21, estará acontecendo, em Brasília, a Semana da Ação Social Global. É um evento articulado, organizado e promovido pela Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública, pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e pela Rede Jubileu Sul Brasil e que é o movimento pela Auditoria Cidadã.

Sem dúvida nenhuma, essas organizações e entidades, nessa articulação, debatem vários temas importantes não só para a sociedade brasileira, como também, de maneira especial, com relação à sociedade do povo do Equador. E nessa reflexão, nessa discussão, um dos temas em pauta será a questão das instituições financeiras internacionais.

Neste sentido, o trabalho da Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública tem a importante missão de se articular e de se organizar, quem sabe, em nível de país, para fazer auditoria com relação à dívida pública do Brasil. Precisamos avançar neste sentido, porque o povo brasileiro está pagando aquilo que não deve, infelizmente! E muitas vezes paga pela pouca eficácia e inexistência de políticas públicas para garantir a inclusão e a cidadania do povo brasileiro.

Sabemos que a dívida tem crescido muito nesses anos todos, desde o momento em que nós nos conhecemos como povo brasileiro. Portanto, precisamos trazer presente a necessidade de toda essa articulação para conscientizar o povo brasileiro, para que nos possamos organizar, estruturar neste sentido e dar passos significativos.

Outro assunto que julgo importante tratar na tarde de hoje diz respeito - e o deputado Dirceu Dresch não está aqui no momento -, à visita que fizemos a Balneário Camboriú, onde estivemos no presídio daquele município, até por convite de algumas lideranças que tem uma relação com o trabalho lá realizado. Ficamos aterrorizado com a situação que encontramos no local, aliás, já trouxemos a esta tribuna a realidade e a situação do mesmo. E gostaria de dizer que o governo federal já disponibilizou recursos na Caixa Econômica Federal, desde o dia 22 de dezembro de 2006. Os municípios de Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí já adquiriram o terreno para a construção do novo presídio, de uma nova penitenciária, para atender aquela região: são mais de 140.000m². O governo do estado, no entanto, até o presente momento, não colocou à disposição a contrapartida para que se inicie o processo licitatório, fazendo com que aquele espaço possa ser adequado ao atendimento humano, pois aquela situação em que se encontra o presídio de Balneário Camboriú é desumana.

Desde o ano passado, estamos aguardando uma iniciativa por parte do governo do estado para que se dê um encaminhamento a essa situação. E só para o conhecimento de v.exas., deputado Jandir Bellini, quero dizer que aquele presídio de Balneário Camboriú, quando foi construído, tinha capacidade para atender 36 detentos. No entanto, há hoje mais de 300 detentos lá dentro vivendo uma situação totalmente desumana. Quando pensamos em reintegrá-los ao convívio da sociedade, daquela situação não dá para esperar nada a não ser o pior quando forem inseridos novamente à sociedade.

Portanto, existem recursos de mais de R\$ 13 milhões na Caixa Econômica Federal para a viabilização da obra, mas o governo ainda não o enviou. O dinheiro está à disposição há mais de um ano para viabilizar a licitação, o projeto e a construção.

Nós esperamos que o governo federal deposite o dinheiro do Besc. O dinheiro do Besc deve ser investido em outras políticas públicas necessárias e importantes! É preciso que haja prioridade nas ações do governo do estado de Santa Catarina que vão ao encontro das necessidades e das demandas da nossa população.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Deputado Pedro Baldissera, v.exa. está de parabéns por trazer também à tribuna desta Casa esse assunto com relação ao Presídio Regional de Itajaí.

V.Exa. relatou perfeitamente toda essa situação de que há mais de três anos existe uma verba oriunda do Fundo Penitenciário Nacional liberada pelo governo federal. E os três municípios - Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí - cumpriram com a sua responsabilidade de desapropriar uma área, colocar à disposição do governo do estado, para que se iniciasse a construção.

Em junho de 2005, o governador esteve em Itajaí e anunciou que dentro de 60 dias daria início à construção desse presídio, mas até agora nós estamos vendo o terreno lá, com animais, servindo de pastagem, porque não há sequer uma informação por parte do governo.

Este deputado já fez um pedido de informação e a alegação que recebeu, deputado Pedro Baldissera, é de que o projeto se encontra junto à Caixa Econômica Federal para análise técnica, para poderem então liberar os recursos. No entanto, já se passaram 90 dias dessa informação e não recebemos nenhuma resposta.

Então, as três comunidades já não agüentam mais ficar esperando e v.exa. colocou muito bem que os presídios de Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí são verdadeiras painéis de pressão, que a qualquer hora podem explodir com fuga em massa de detentos, colocando a população em risco de morte.

Assim sendo, quero ser solidário a v.exa. por trazer também este assunto a esta Casa, mas, quem sabe, se cada um dos 40 deputados utilizar esta tribuna não acabamos sensibilizando o sr. governador.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Jandir Bellini.

E hoje nós esperamos que a visita do engenheiro elétrico esta semana nesta Casa possa definitivamente resolver o problema das pendências, dando início, na próxima semana, ao processo licitatório.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados; servidores deste Poder Legislativo; telespectadores da TVAI; ouvintes da Rádio Alesc Digital; demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu queria retomar a discussão a respeito da tragédia ocorrida no extremo oeste do nosso estado, semana passada, que vitimou 27 pessoas, a maior parte delas catarinenses que estavam trabalhando para salvar outras vidas. Morreram cinco bombeiros militares, um policial militar, dois motoristas do Samu e outras pessoas que ajudavam a salvar vidas.

Está-se buscando retomar a normalidade, dentro do que é possível, da vida no extremo oeste. Vários companheiros, várias pessoas ainda continuam internadas nos hospitais da região, outras convalescendo em residências. O sargento Alcimar Lauer, comandante do Corpo de Bombeiros da cidade de Maravilha, está respirando sem equipamentos e está consciente. Depois dessa situação grave, temos esperança de que esse nosso companheiro leve uma vida normal.

Quero aproveitar a ocasião para parabenizar a iniciativa e o trabalho do deputado Herneus de Nadal, no sentido de, junto ao secretário da Segurança e ao governo do estado, buscar as condições para que as estruturas de segurança e de saúde pública no extremo oeste do estado possam continuar funcionando.

Alguns podem dizer: "Mas ainda nem terminamos de chorar os mortos e estão preocupados com as questões materiais de ambulância, de equipamento!" É preciso dizer que em condições objetivas falta também efetivo! Os órgãos de segurança e principalmente o Corpo de Bombeiros do extremo oeste não tiveram mais condições de prestar serviço público à população porque foram perdidas as viaturas de São Miguel d'Oeste, de Maravilha, de Descanso, assim como as viaturas da secretaria da Saúde!

Mas alguém pode dizer: "Que insensibilidade! Estão preocupados em repor as pessoas para novamente colocar no processo de produção as viaturas ou as condições materiais!"

Não é essa a questão tão-somente, porque nada vai apagar a dor da maior tragédia que já se abateu sobre a história do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Mas o fato é que os servidores da Segurança Pública e da Saúde, os trabalhadores públicos feridos fisicamente, talvez moralmente e psicologicamente também, sabem que precisam continuar prestando serviço e salvando vidas no extremo oeste. Não se trata de questões materiais, mas das vidas que precisam ser salvas, ontem, hoje e amanhã! Porque a segurança pública e esse trabalho são ininterruptos, são prestados 24 horas por dia, sete dias por semana! E se ocorrer, desgraçadamente, uma nova tragédia lá na região, não há equipamento, não há viatura, não há efetivo para atender. O Corpo de Bombeiros perdeu as condições de atender, mesmo com nível de precariedade, de insuficiência que conseguia fazer anteriormente, porque agora não há condição nenhuma de atender.

Então, é preciso repor as condições materiais, repor os efetivos e, principalmente, dar muito apoio aos que estão vivos, aos amigos, especialmente os familiares, os companheiros mortos e feridos na semana passada.

Eu quero aproveitar esta situação para travar um debate sobre a importância do serviço público para a sociedade, e aqueles companheiros lutavam pelo fortalecimento do serviço público! As pessoas, em geral, aquela minoria da sociedade brasileira que tem condições de pagar escola particular para o filho, um plano de saúde privado, de morar num condomínio fechado ou pagar segurança particular, essa pequena parcela da população, portanto, tem o costume de pensar que o serviço público é gasto desnecessário de dinheiro; tem o costume de divulgar que serviço público é desperdício.

Quando essas cabeças medíocres vêem um policial caminhando pela rua ou numa viatura ou um bombeiro circulando dentro do quartel, passa-lhes pela cabeça que aquilo é um desperdício! Mas quando acontece uma tragédia, é um Deus nos acuda porque falta bombeiro, falta policial, falta ambulância, falta viatura! A maioria da população que, infelizmente, acaba acreditando nessa tese de que é necessário diminuir imposto porque serviço público é muito caro para o contribuinte, é que fica desprotegida porque não tem dinheiro para pagar escola particular, não tem dinheiro para o plano de saúde privado, não tem dinheiro para condomínio fechado, para segurança particular.

Neste sentido, quero também agradecer à deputada Ana Paula Lima por todo o apoio dado, comprometendo-se todo dia a vir aqui falar que é preciso o governo pagar a Lei n. 254/2003, assim como outros deputados. Quia todos os nossos colegas viessem todos os dias, nesta tribuna, dizer isso.

Eu não quero fazer nenhum proselitismo, mas um dos companheiros que caiu, que faleceu, que morreu e foi enterrado em Bom Jesus do Oeste, na quinta-feira passada, não faltava a uma atividade para cobrar a Lei n. 254/2003 e ele sempre dizia: "Um dia nós vamos com esse ônibus e vamos voltar com a Lei n. 254/2003 no bolso!" Mas ele não conseguiu ver isso.

Quero dizer que hoje, nesta tarde, vai haver um ato de praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, de professores e professoras, de servidores e servidoras da Saúde na cidade de Joinville, a Manchester catarinense, na casa do governador. Para quê? Para cobrar o fortalecimento do serviço público, para cobrar as condições de prestar o melhor serviço para a população!

Essa unidade das três categorias existe desde o último dia 25 de setembro e, é preciso dizer, tem preocupado setores do governo. O comandante-geral da Polícia Militar fez uma nota dizendo que é um equívoco que nós, praças, que a Aprasc participe de alguma atividade conjunta com os servidores da Saúde e da Educação! Na verdade, acusam a preocupação com a unidade dos trabalhadores públicos do estado de Santa Catarina, o que indica que estamos certos.

Eles nos querem canibais; querem-nos uma categoria caçando a outra; querem-nos cada qual correndo atrás da sua migalha! E a prova disso é que hoje, pela manhã, houve uma reunião do Sinte com o secretário Ivo Carminati e qual foi a resposta concreta do governo com relação a salários, gestão democrática e outra questão?

"Não tem conversa!"

Estão tentando dividir-nos, mas não vão conseguir! A luta dos trabalhadores da Segurança, dos praças, dos trabalhadores da Educação, da Saúde e de todos os trabalhadores seguirá e será por fim vitoriosa, porque é uma luta justa e que interessa ao conjunto da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Eu gostaria de registrar aqui a presença da Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho, de Laguna, e parabenizar as professoras Margareth e Silvana, os professores Antônio Carlos e Ricardo Cardoso e dizer que todos os alunos estão com o uniforme que o governo do estado, o governador Luiz Henrique doou.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna no horário dos Partidos Políticos para falar sobre dois temas em nome da nossa bancada.

O primeiro diz respeito ao fracasso da manifestação de dois milhões de pessoas contra a CPMF em São Paulo. Alguns falam em 15 mil, outros em sete mil e alguém fala em 1.500 pessoas. E quem olhar a foto na *Folha de S. Paulo*, verá que não passam de 1.500 pessoas.

Que bom que o povo tem sensibilidade e percebeu que essa elite do "Cansei", de São Paulo, precisa pagar impostos neste país! E a CPMF é um dos instrumentos que evita a sonegação, é um dos instrumentos, não é o instrumento. Ela ajuda, por isso, quando foram pegar a lista dos que declararam Imposto de Renda e que contribuíram com a CPMF, perceberam que não cruzou, que não casou.

Então, esse fracasso da manifestação contra a CPMF em São Paulo é a vitória do povo, é a vitória do fortalecimento do estado no país, é a vitória do fortalecimento das políticas públicas na área da saúde, dos programas sociais e da previdência. Por isso que nós deveremos aprovar no Senado o que já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Que bom que o povo tem sensibilidade e não acolheu esse discurso de uma elite que não quer pagar impostos neste país. E para mim é preciso fazer justiça tributária: quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. E a CPMF nem é um instrumento de esquerda ou socialista, deputado Sargento Amauri Soares, é um instrumento liberal, todos são iguais perante a lei e todos pagam o mesmo percentual. É um instrumento liberal, mas a elite não aceita nem o liberalismo quando pega no seu bolso. Ela quer que somente o povo e a classe trabalhadora, que descontam na folha, que não sonegam, paguem a conta.

Por isso, parabéns ao povo pelo fracasso desse movimento de tirar dinheiro dos programas sociais!

Deputado José Natal, quero ser sincero com v.exa., admiro todo o seu trabalho, mas a concepção de defesa é equivocada e v.exa., que defende o povo, as trabalhadoras e trabalhadores, os mais humildes, que teve experiência como vereador, precisa perceber que é um equívoco tirar esse imposto que vai para a Saúde, que vai carimbado para a Previdência Social e para a erradicação da pobreza. Se diminuísse a desigualdade social eliminando a CPMF, nós seríamos a favor, o problema é que vai aumentar a desigualdade se eliminarmos esse instrumento.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não! Ouço v.exa., para em seguida falar sobre um segundo tema nesta tribuna.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. Quero dizer a v.exa. que continuei contra a prorrogação da CPMF porque ela foi criada com uma finalidade e até hoje não condiz com ela.

Só para informação, e até para contribuir com v.exa., essa classe que v.exa. chama, como é que é? De artistas?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu falei da elite.

O Sr. Deputado José Natal - Ah! Elite, exato. Eu fiquei abismado, deputado Pedro Uczai, quando no domingo, assistindo a um programa de televisão em nível nacional, diversos pseudo-artistas renomados, até são artistas, não sabiam o significado da palavra CPMF. Não sabiam! E foram entrevistados ao vivo! O repórter, até para pegar, perguntava: "E a CPMF, você sabe o que é?" Não sabiam responder o que era a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Um absurdo! Pessoas que se dizem formadoras de opinião para auxiliar este país não conhecem realmente o assunto de que estão tratando.

Era só isso para contribuir com a sua colocação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Essa Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, deputado José Natal, tem que continuar neste país para diminuir a desigualdade social.

Mas a segunda e boa notícia, deputado Jailson Lima, é sobre o aumento do emprego no Brasil. Ontem a imprensa nacional divulgou que mais 251 mil novos trabalhadores foram contratados no mês de setembro, passando de 1,6 milhão só este ano com carteira assinada, em emprego formal, garantindo um mínimo de dignidade para si e para sua família.

Este é o governo do presidente Lula fazendo política social, mas fazendo inclusão no processo produtivo, no mundo do trabalho, porque é central e fundamental para um pai e uma mãe de família ter um emprego formal, ter o seu trabalho, ter dignidade e ter o seu salário no final do mês.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Pedro Uczai, eu também verifiquei a questão do grande movimento "Xô CPMF" feito em São Paulo. Eles têm que pedir desculpas à nação brasileira hoje, porque v.exa. falou em 1.500 pessoas, mas se abrir o *Google*, verá que não havia 600.

Duas coisas: primeiro, estão envergonhados do movimento que fizeram, porque por mais artistas que tenham colocado, o verdadeiro artista, que é o povo beneficiado, mostrou a sua posição. E também porque sabemos para onde vão os recursos desse tributo que não fomos nós que criamos, mas é um tributo que no nosso governo passou a ser aplicado decentemente, diferentemente do que era feito antes.

Ao mesmo tempo, quando vemos as taxas de emprego, nós temos que ver também os níveis de crescimento deste país, porque se formos olhar a história do Banco Central, constataremos que estamos com a menor taxa de juros da história do país, com possibilidade de o Copom baixar mais 0,25% hoje. Isso mostra a seriedade e serenidade da condução deste governo, que nós tranquila e orgulhosamente defendemos neste Parlamento, porque defendemos o nosso país.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Jailson Lima, incorporo seu aparte ao meu discurso e quero dizer que a economia é a base fundamental da incorporação de amplos segmentos da sociedade. Esse é o caminho.

A CPMF garante programas sociais como a erradicação da pobreza. É um instrumento importante, mas não é estratégico. O estratégico é construir um modelo de desenvolvimento para o país que distribua renda, emprego e dignidade. É por isso que o presidente da República continua sendo bem avaliado nas pesquisas sobre o seu governo e sobre a sua liderança, e se a eleição fosse hoje, Lula se reelegeria no primeiro turno.

Em nome do Partido dos Trabalhadores estamos felizes hoje, porque 251 mil novos trabalhadores estão com carteira assinada no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Jandir Bellini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, meu líder, deputado Kennedy Nunes, v.exa. não se encontrava no plenário, por isso vim à tribuna preencher o horário do partido, mas estou à disposição para qualquer intervenção.

Quero daqui fazer um relato das ações do nosso partido até o dia 5 de outubro, quando se encerrou o prazo das filiações partidárias para aqueles que pretendem participar do processo político no próximo ano. Vou restringir-me aqui a falar das ações do Partido Progressista na região da Amfri, a qual honrosamente represento neste Parlamento.

É impressionante o número de pessoas que buscaram filiar-se ao Partido Progressista na nossa região. Eu diria até, deputado Pedro Uczai, que nas eleições de 2002 falava-se muito na onda Lula, que iria dar o Lula porque havia uma onda favorável. Essa onda parece que agora está direcionada ao Partido Progressista. Na minha região, pelo menos, funciona assim. Foi assim nos municípios de Piçarras e Penha, onde estivemos, no dia 5 deste mês, acompanhados pelo nosso líder maior, o ex-governador Esperidião Amin. Houve uma reestruturação, novas filiações, lideranças comunitárias e líderes de outros partidos buscando filiar-se ao PP.

Não foi diferente em Navegantes, que até transferiu a visita que faríamos no último dia 5 para o próximo dia 26, porque quer a presença mais permanente do nosso ex-governador Esperidião Amin, para comemorar o crescimento partidário naquele município, cuja economia também cresce, assim como sua população, e busca, no pleito do ano que vem, trazer nomes bastante confiáveis, com projetos de interesse de toda a comunidade navegantense.

Então, no próximo dia 26 estaremos lá, não mais abonando filiações, porque essas já foram feitas, mas dando as boas-vindas a todas as lideranças que procuraram o Partido Progressista.

No dia de ontem, fizemos ainda uma reunião partidária no bairro São Vicente, em Itajaí, onde demos força à nova diretoria do subdiretório daquele bairro, sendo que é o 11º subdiretório instalado nesses últimos dias. A empolgação e o número de pessoas presentes na reunião de ontem à noite demonstrou realmente o crescimento do nosso partido, deputado Kennedy Nunes.

Lamento que o governo do estado não cumpra com os compromissos que tem assumido com as comunidades da Amfri. Com relação à rodovia Antônio Heil, por exemplo, por diversas vezes nós aqui estivemos, encaminhamos indicação, fizemos pedidos de informação e a rodovia continua matando gente. Continua, praticamente, ocorrendo um acidente por dia no trecho BR-101/Brusque. O deputado Serafim Venzon também já se manifestou aqui e não vimos uma ação por parte do governo com relação a essa rodovia tão movimentada e tão perigosa.

Da mesma forma, o assunto que o deputado Pedro Baldissera trouxe há pouco a esta tribuna, com relação ao presídio regional, pois há três anos foi assinado um convênio para a sua construção, os municípios colocaram à disposição do estado a área necessária e o governo não dá sequer uma notícia a respeito. Agora, segundo o deputado Pedro Baldissera, teremos nas próximas semanas, quem sabe, o lançamento do edital para a construção do presídio.

A população não agüenta mais, deputado Kennedy Nunes, nós temos que agir, somos representantes do povo neste Parlamento e é através das nossas manifestações que o governo tem que responder à comunidade, cumprindo os compromissos assumidos em campanha e até mesmo depois.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELINI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Jandir Bellini, estava ouvindo o que v.exa. estava falando com relação às filiações na região da Grande Itajaí e quero dizer que não foi diferente em Joinville e em toda a nossa microrregião, onde filiamos novas lideranças e várias vindas de outros partidos, a fim de disputar alguma vaga seja no Executivo, seja no Legislativo no próximo ano. Dentre eles cito aqui o vereador Luiz Zera, de São Francisco do Sul, que se filiou ao PP para ser candidato a prefeito daquele município. Para nós foi uma alegria muito grande.

Venho tratando na Assembléia Legislativa todas as semanas sobre o Instituto Médico Legal de Joinville, que está em completo abandono. E agora tivemos a presença dos responsáveis da secretaria de Segurança Pública, que cuidam disso. Imaginem que na coletiva para tratar do assunto, o secretário Manoel Mendonça, do Desenvolvimento Regional de Joinville, disse que não tinha conhecimento do caos em que estava o IML daquele município. O secretário do Desenvolvimento Regional disse que não tinha conhecimento, sendo que todas as semanas a imprensa está falando, este deputado por diversas vezes usou a tribuna para falar do assunto, e o secretário diz que não tinha conhecimento!

E daí mais uma promessa: o rabeção, que é o carro que retira os corpos das ruas, está parado, está há seis meses na oficina à espera de uma peça de que custa R\$ 800,00, e o secretário do Desenvolvimento Regional disse que não tinha conhecimento disso! Estão todos perdidos, deputado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELINI - Agradeço, deputado. Para concluir, nós, parlamentares, ficamos em dúvida a quem nos dirigir no governo, se ao secretário Regional, se ao secretário da pasta, ou ao governo do estado. Fica essa dúvida. É questão da rodovia Antônio...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, só gostaria de fazer um registro e parabenizar a equipe da TVAL que fez um excelente documentário que começou a ser exibido hoje e vai até quinta-feira, sobre a nossa Embraco, que hoje se chama Whirpool S.A.

Parabéns à equipe da TVAL, que começa a mostrar as grandezas da Embraco, que é a quinta do *ranking* mundial do seu setor. Parabéns à TVAL, que começa a mostrar a riqueza do nosso estado através da força industrial.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a deputado Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada, nós estivemos acompanhando, através da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal Nacional*, ontem, quando o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, lançou a campanha nacional contra a dengue.

Temos nos jornais números e até gráficos que mostram a epidemia da dengue, o seu crescimento. Através desses gráficos nós podemos ver o avanço da doença, e quem está liderando o *ranking* é o estado do Mato Grosso do Sul, com 72.265 casos, numa incidência de 3.099 por 100 mil habitantes. Os jornais salientam também, senhores, que foram registradas 121 mortes em Mato Grosso do Sul. Temos casos também em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná, nosso estado vizinho.

A campanha nacional foi aberta ontem, em Belo Horizonte, e o número de casos cresce 49,77% em relação ao mesmo período de 2006.

Então, eu, até como integrante da comissão de Saúde, cuja presidência está sob a responsabilidade do brilhante deputado Décio Góes, estou protocolando naquela comissão um pedido de audiência pública, para a qual vamos convidar o ministério da Saúde, integrantes da Vigilância Sanitária, os responsáveis por essa área na secretaria de estado da Saúde e os secretários da Saúde de todos os municípios do estado de Santa Catarina, para fazermos um alerta geral às pessoas, no sentido, principalmente, de alertar as escolas, porque as crianças são os nossos mensageiros, que sempre estão perto das mães e das famílias.

Deverá ser um alerta para podermos prevenir, porque afinal de contas o verão está chegando. Há um ditado que diz que é melhor prevenir do que remediar e para que o governo do estado não tenha que ficar gastando mais, vamos prevenir.

Esta Casa sempre esteve aberta para os debates, para os esclarecimentos, e eu me preocupo porque a nossa bela Florianópolis é uma cidade turística, para onde virão várias pessoas, muitos automóveis, carros particulares, ônibus de turistas, caminhões de carga e, quem sabe, estariam embutidos ali alguns não bem-vindos mosquitos da dengue, não é, deputado Pedro Uczai?

Assim, já estou protocolando e peço o apoio dos deputados integrantes dessa comissão. Vamos alertar a população catarinense, as donas-de-casa para a prevenção da doença: coloquem areia nos pratinhos das folhagens, e assim por diante.

Eu quero agradecer a atenção de todos e desejar uma boa tarde de trabalho para todos os catarinenses.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, é só para fazer uma retificação. Quando falei há pouco com relação à matéria da TVAL sobre a Embraco, eu, por um lapso, falei que ela era a quinta, mas não é. A Embraco é a primeira no mundo, é a líder mundial.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleesc Digital, ontem a Assembléia prestou uma homenagem, pela data de amanhã, dia 18, Dia do Médico, a quatro médicos que têm, naturalmente, a nossa consideração, assim como de toda a sociedade catarinense. Foram homenageados o dr. Martinho Herculano Ghizzo, o dr. Danilo Freire Duarte, o dr. Peter Goldberg e o dr. Ernesto Damerau. Sem dúvida, são quatro pessoas que representam bem a figura do médico ideal.

Destacamos aqui a importância, hoje, de um conjunto de ações que temos que tomar politicamente, considerando conceitos científicos que nós conhecemos da medicina e aplicar isso na saúde. Certamente, hoje, a saúde e a qualidade de vida do povo não estão melhores porque ainda não conseguimos tomar decisões e tomar ações políticas que venham, de fato, a dar mais saúde, no conceito amplo, às pessoas.

Nós, por exemplo, já passamos em todas as cidades de Santa Catarina e das 293 até hoje não achamos nenhuma que pudesse abrigar, no período fora das aulas, jovens e adolescentes numa quadra de esportes, acompanhados por professores. E as crianças, se não estivessem jogando futebol de salão, futebol de areia, futebol de campo, estariam fazendo um outro jogo, participando de desenho, de pintura, enfim, de alguma atividade criativa acompanhadas por um grupo de professores.

Aliás, nós temos muitos professores, deputada Odete de Jesus, até pelo número de faculdades que formam professores de todas as especialidades, entre elas a de Educação Física, mas que não são devidamente utilizados pela estrutura social, por uma necessidade social.

Então, imagino que para cada dois mil habitantes, teríamos que ter pelo menos uma quadra de esportes que seria o aconchego de todas as famílias, dos jovens, das crianças, dos adolescentes, do pessoal da terceira idade que ocuparia aquele espaço comum para as atividades sociais de entretenimento.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte a v.exa., deputada Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

Eu também quero parabenizá-lo pelo Dia do Médico, hoje, pois v.exa. é um médico conceituado, assim como também os nossos deputados Jailson Lima e Antônio Aguiar, que é de Canoinhas.

Temos três médicos aqui nesta Casa e queremos que todos os anos v.exas. possam comemorar este dia, porque os médicos fazem parte do seio familiar. A família tem muito carinho pelos seus médicos, pois ela precisa deles, já que cuidam e preservam a saúde das pessoas.

Que Deus abençoe esse dia concedido aos médicos!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputada Odete de Jesus.

Mas quero enfatizar que o médico orienta a cura quando faz uma cirurgia, quando indica o remédio, quando dá uma orientação ao seu paciente. Mas a melhoria, a promoção da saúde não é corrigida com o ato médico. Nós só melhoraremos a saúde da população com ações políticas que não sejam só o tratamento de água e esgoto. Elas devem ser muito mais abrangentes do que juntar o lixo da cidade. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações que temos que tomar.

E aqui nesta Casa temos muitos deputados que já foram prefeitos e, portanto, podem confirmar isso. A grande maioria das cidades, lamentavelmente, não possui estrutura de entretenimento especialmente para os jovens e adolescentes, para muitos adultos idosos ditos da terceira idade; não existe um local para eles se envolverem e comprometerem-se socialmente. Por isso eu, pessoalmente, acredito, que os prefeitos que serão eleitos no ano que vem terão o apoio desta Casa e deste governo.

Nós precisamos viabilizar investimentos na área social, na área da saúde no sentido amplo. E numa cidade de 80 mil habitantes, por exemplo, nós construiríamos 30 a 40 quadras de esportes, sem necessariamente ter arquibancadas, que ocupassem todo o entorno de, aproximadamente, dois mil habitantes. Assim, aqueles que não estivessem na escola, que não estivessem trabalhando, que estivessem com um momento do dia disponível, poderiam ocupar aquele espaço social para se relacionar, ocupando bem o tempo de folga.

Dentro dos investimentos sociais que precisamos pensar, vejo que é esse tipo de investimento que os próximos prefeitos têm que pensar. Em muitas cidades já se discute exatamente este tipo de investimento: o investimento para entreter a fatia da população que está ociosa num determinado período do dia. Mas só que para ocupar esse tempo, temos que fazer com que os professores de educação física ocupem melhor os ginásios de esporte das escolas. E, inclusive, devem ajudar na construção de ginásios de esporte aquelas comunidades que ainda não os possuem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Genésio Goulart, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, srs. membros da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham através da TVAL, ouvintes amigos da Rádio Aleesc Digital, neste momento de muita satisfação, gostaria de fazer o convite a todos os nossos companheiros, porque dia 20, no próximo sábado, às 16h, em frente à Catedral Diocesana, no município de Tubarão, vamos ter a beatificação de Albertina Berkenbrock, essa linda e maravilhosa pessoa que merece todo o nosso reconhecimento.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar todos os nossos queridos companheiros e as queridas companheiras, todos os nossos telespectadores que estão nos acompanhando neste momento pela TVAL e os ouvintes da Rádio Aleesc Digital para participarem conosco, no próximo sábado, dia 20, no município de Tubarão, da beatificação da nossa querida santa Albertina Berkenbrock. Ela, com certeza, trará muitas bênçãos ao estado de Santa Catarina e para todo o país.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Genésio Goulart, amanhã, no horário dos Partidos Políticos, também farei uma manifestação sobre esse tema porque a nossa cidade, a nossa diocese, o sul de Santa Catarina e o nosso estado vão viver, no próximo sábado, o momento político-religioso mais importante deste século. Eu não tenho nenhuma dúvida disso!

Dom Anselmo Pietrulla, nosso primeiro bispo, iniciou o processo de canonização de Albertina Berkenbrock na década de 50, processo que dura mais de 50 anos no Vaticano e que foi retomado pela dedicação de dom Hilário Moser, nosso bispo que tanto se dedicou a essa causa, hoje bispo emérito de Tubarão, e que teve, por parte de dom Jacinto Bergmann, nosso atual bispo, a continuidade do pleito e o envolvimento de toda a comunidade religiosa nesse processo.

Mas há que se destacar aqui, deputado Genésio Goulart, também a participação da família Berkenbrock. Assim como v.exa., também mantenho relações estreitas com a família, com os irmãos de Albertina vivos ainda e que terão a graça de ver a sua irmã elevada aos altares no próximo sábado. E, especialmente, destaco o padre Sérgio Jeremias, o vice-postulador da causa e que se dedicou tanto, ao longo desse período, para vivermos esse grande momento.

V.Exa. é muito feliz no assunto que traz. Realmente é um momento de muita alegria não apenas para a comunidade cristã e católica do sul do estado, porque sabemos, deputado Genésio Goulart, que o turismo religioso é um dos segmentos que mais crescem no mundo. E agora também a nossa região, o pobre sul catarinense, vai ter, a partir da beatificação de Albertina Berkenbrock, esse roteiro turístico religioso, e com certeza aumentando cada vez mais o número deromeiros, de fiéis, de pessoas que também vão levar com isso mais oportunidades de emprego e renda para a nossa região.

No sábado estaremos juntos nesse momento impar, nesse momento de graça para a nossa diocese, para a nossa comunidade. Deputado Genésio Goulart, rogo a v.exa., para mim e para todos nós que tenhamos vida para vê-la brevemente canonizada, porque penso que daqui para a frente vamos ter o processo ainda mais acelerado para que ela possa transformar-se na primeira santa genuinamente brasileira, uma vez que é nascida em São Luiz, no município de Imaruê.

Parabéns pelo assunto que traz e esperamos contar com a presença de muitos dos nossos pares nesse momento impar que a nossa comunidade irá viver no próximo sábado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, pela sua mensagem. Também ficamos muito felizes.

Queremos parabenizar toda a família de Albertina Berkenbrock, lá da nossa região; o nosso bispo, dom Jacinto Bergmann, e todos os nossos queridos padres que têm feito uma linda campanha para a beatificação que vai acontecer no sábado.

Para nós é uma honra muito grande termos essa santa querida abençoando-nos aqui na nossa região, no nosso estado e também em todo nosso país. Ficamos muito felizes de poder acompanhar esse momento importante para todos nós, que é o momento da beatificação de Albertina Berkenbrock que vai acontecer no próximo sábado.

Por isso faço um apelo a todos os catarinenses que estão nos acompanhando neste momento para que estejam conosco no sábado, às 14h, em Tubarão, em frente à Catedral Diocesana, onde, com certeza, haverá muita gente festejando esse dia tão importante.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Genésio Goulart e parabenizá-lo por esse trabalho que v.exa. vem acompanhando e dando toda a retaguarda.

Estivemos, em seu nome, ajudando a cobrar, porque o governo do estado tem uma participação, e aquela será uma despesa muito grande que vamos ter. Esperamos lá cerca de 40, 50 mil pessoas, mas está tudo encaminhado, tudo certinho para que esse dia seja inesquecível.

Teremos alguém da nossa terra que prestou tantos serviços sendo reconhecida. Por isso é importante as pessoas lutarem e trabalharem com amor, com dedicação, porque depois haverá o reconhecimento.

V.Exa. conhece perfeitamente a história de Albertina. Então, acho que para nós será um momento de muita graça, de muita fé e de muita esperança. Esperamos que ela possa trazer para nós a luz, a esperança, um novo momento de dias melhores para toda a sociedade de Santa Catarina e do Brasil. Com certeza, ela vai iluminar os nossos caminhos!

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, pela sua mensagem também muito querida e especial. Isso é muito importante para todos nós.

Gostaria de aproveitar o momento para parabenizar também todos os nossos queridos médicos pelo Dia do Médico, essas pessoas responsáveis pela saúde do nosso povo. Também respeitamos muito essa profissão e queremos parabenizar os médicos nossos colegas deputados e todos os médicos da nossa região e do nosso estado. Parabéns pelo dia de vocês, queridos amigos!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputado Genésio Goulart, pelo seu pronunciamento. Tenho certeza de que no sul do estado, que já é um sul maravilhoso, as graças da Santa Albertina serão maiores ainda nesse dia.

Parabéns, deputado Genésio Goulart, a toda Santa Catarina e, principalmente, à nossa região do sul do estado.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, deputada Ada De Luca, pelas suas palavras também muito emocionantes.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Genésio Goulart, rapidamente quero somente fazer o registro da presença aqui conosco do ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-presidente desta Casa e presidente da SCGÁS, que agora vai ao Japão, à Rússia e à China com o governador Luiz Henrique. Com certeza o ex-deputado Ivan Ranzolin muito orgulhou esta Casa e faz um grande trabalho à frente da SCGÁS.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado! As nossas saudações também ao nosso presidente da SCGÁS. Seja bem-vindo, amigo!

Eu tenho que dividir o horário do partido com o meu querido companheiro Edson Piriquito, mas vou me estender um pouco mais.

Aproveitando o horário do meu partido, eu quero aqui parabenizar e agradecer as 600 novas filiações do PMDB que aconteceram agora no município de Tubarão. E para nossa surpresa, líder Manoel Mota, desses 600 novos filiados do PMDB de Tubarão, 90% procuraram o partido para se filiar. Isso é muito gratificante e uma demonstração de que realmente as pessoas estão reconhecendo o trabalho do nosso governador Luiz Henrique pela nossa região. Por isso é que tantos novos filiados procuraram o partido exatamente para se filiar.

Então, isso é muito gratificante, deputado Manoel Mota. Quero aqui parabenizar todos os novos militantes, simpatizantes do PMDB de Tubarão e de toda a nossa região. Foram 600 novos filiados que procuraram o partido para se filiar, e para nós, que estamos na política, isso nos motiva porque sentimos que a população reconhece o nosso trabalho.

Então, quero agradecer mais uma vez de coração a esses novos filiados que procuraram o PMDB agora no município de Tubarão e com certeza em todo o estado de Santa Catarina, como aconteceu aqui também em Florianópolis, quando o prefeito Dário Berger filiou-se ao nosso partido. Isso demonstra o reconhecimento pelo trabalho do governador Luiz Henrique da Silveira.

Em Tubarão fiquei muito feliz quando soube que 600 pessoas se filiaram ao nosso partido e que 90% delas é que procuraram o PMDB espontaneamente para se filiar.

Aproveito a oportunidade para agradecer a cada um dos novos filiados e parabenizá-los pela atitude tomada.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., grande líder de Tubarão. Essas pessoas se filiaram porque confiam no grande líder Genésio Goulart e porque tentam buscar um novo caminho para Tubarão.

Quero cumprimentar v.exa. e todos os filiados e dizer que a sociedade de Tubarão está no caminho certo, pois, com certeza, no ano que vem v.exa. se consolidará como o grande prefeito que vai assumir Tubarão com o grande compromisso da retomada do desenvolvimento daquela cidade, proporcionando geração de emprego e renda.

Parabéns, deputado Genésio Goulart! V.Exa. é o grande líder de Tubarão e a sociedade está acompanhando o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Gostaria de ceder o restante do tempo do nosso partido ao deputado Edson Piriquito, pois já usei um pouco do seu horário. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, pelo tempo restante reservado ao PMDB, dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público presente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Quero usar este tempo que me é cedido generosamente pelo deputado Genésio Goulart para comemorar um grande resultado de uma luta muito antiga que temos travado em Balneário Camboriú. Falo até direcionado ao nosso grande amigo, deputado Nilson Gonçalves, porque ele é uma pessoa que vive em Balneário Camboriú e ama aquela cidade, mesmo sendo de Joinville, mas sei que tem um carinho e uma admiração muito especial pela nossa amada terra.

Há cerca de sete anos, desde o tempo em que estávamos na Câmara de Vereadores representando a população praiana, sempre tentamos elevar a condição de segurança na nossa cidade, lutando incansavelmente para conseguir, na nossa praia central, pelo menos, manter os salva-vidas o ano inteiro.

Nós temos uma estatística terrível, muito triste, que é a morte de 26 pessoas por afogamento na praia central de Balneário Camboriú, num período de dez anos, de março a dezembro, ou seja, na baixa temporada. Nessa época, infelizmente, o governo do estado não consegue manter, através do Corpo de Bombeiros, os salva-vidas em atividade; eles ficam somente na alta temporada prestando serviço. Estamos reivindicando há muitos anos e se conseguirmos colocar os salva-vidas o ano inteiro na praia central e com isso salvarmos uma vida, já será muito importante e produtivo. Mas, infelizmente, o argumento do prefeito municipal sempre foi o de que a segurança é um dever do estado. E realmente é. Mas como vereador, naquele momento, sempre dizíamos que se o dever é do estado, nós, como cidadãos, como pessoas que vivemos na cidade, temos que dar apoio ao governo para que ele consiga atender esse quesito. E numa cidade eminentemente turística como Balneário Camboriú, se não cuidarmos da segurança do turista, como podemos fazê-la desenvolver-se? Por isso sempre lutamos para conseguir que os salva-vidas trabalhassem o ano inteiro. Infelizmente, nunca conseguimos.

Mas hoje trago uma boa notícia, pois através de um projeto nosso, em parceria com a secretaria de estado da Cultura, Turismo e Esporte, na pessoa do secretário Gilmar Knaesel, e com o nosso grande líder, presidente partidário, dr. Eduardo Pinho Moreira, através da Celesc, será destinada parcela de recursos ao Fundo do Turismo. Estamos apresentando no Seitec, lá na secretaria de Cultura, um projeto que fará com que tenhamos salva-vidas em Balneário Camboriú durante todo o ano. Com esse projeto teremos esses profissionais durante os 12 meses do ano trabalhando na praia em nosso município.

Deputado Rogério Mendonça, que alegria sinto de poder vir à tribuna desta Casa para dar a notícia de mais segurança para o povo e para o turista de Balneário Camboriú; a notícia de prosperidade, de evolução, de crescimento, de atenção à população catarinense!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, todo mundo sabe que não é só no verão que a cidade de Balneário Camboriú está cheia. Ela está cheia o ano inteiro. Existe o encontro dos gideões, o turismo da terceira idade. Muita gente que não conhece praia, vai a Balneário Camboriú, em pleno inverno, para conhecer. Isso estamos cansados de ver. E muitas vezes verificamos que não há salva-vidas e preocupamo-nos, pois pode acontecer alguma coisa.

Assim, fico feliz em ver a sua iniciativa e só tenho que o parabenizar em nome da gente querida de Balneário Camboriú.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Temos que dar o título de cidadão praiano ao deputado Nilson Gonçalves, pelo amor que ele tem por aquela cidade. É uma pessoa fantástica!

O meu tempo está-se esgotando e voltarei em outra oportunidade para falar deste assunto. Mas, em primeira mão, quero agradecer enormemente ao dr. Eduardo Pinho Moreira, presidente da Celesc e presidente do PMDB estadual; ao secretário Gilmar Knaesel, à sua equipe, à Cláudia, sua assessora nesta Casa, pela oportunidade que estão dando de levarmos segurança à nossa cidade durante o ano todo. É uma ação governamental que vai fazer com que Balneário Camboriú e o governo do estado estejam nas manchetes dos jornais em nível nacional de forma positiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente desejo registrar nesta Casa a grandiosidade que foi para a cidade de Chapecó e para o oeste de Santa Catarina a edição da Efapi, que se encerrou no último domingo. Registrou-se a presença de público recorde, uma expressão perfeita do que são, hoje, Chapecó e a região oeste para Santa Catarina e para o Brasil. Faço este registro em nome de todos aqueles que constroem e construíram essa festa tão bonita e tão importante para o nosso estado e para o nosso país.

Não posso deixar de comentar as palavras aqui proferidas pelo deputado Pedro Uczai, não pelo contexto político, que entendo e respeito, sob a visão da doutrina do seu partido, do seu governo. Agora, não posso de forma nenhuma concordar com a tese de que quem paga imposto é empresário, é a elite e que o imposto tem que ser revertido para as pessoas mais pobres.

Com todo respeito, este discurso não é compatível com o que ocorre no Brasil. Quem paga CPMF não é especificamente o empresário, o líder empresarial. Quem paga CPMF é quem compra o quilo de feijão, de banha, quem compra roupa e quem paga para o filho fazer um tratamento de saúde. Estes são os que pagam a CPMF! De cada produto comprado no supermercado, no mínimo 2% do seu preço vai para a CPMF.

Então, por favor, não vamos ter a hipocrisia de dizer que quem paga imposto é empresário! Isso vale tanto para contestar as colocações feitas aqui na tribuna pelo deputado Pedro Uczai, como também para as entidades empresariais, das quais também já fiz parte, que sempre fazem o discurso - e ele é importante - de que a carga tributária é paga pelo empresário. Quem paga imposto é quem consome, ou seja, a população. E essa população precisa ter uma carga tributária menor, seja diminuindo a CPMF ou extinguindo seus impostos; o fato concreto é que o Brasil tem uma carga tributária absurda, que faz com que, mesmo quando a economia mundial cresce num ritmo como nunca antes visto, o Brasil ainda tenha um crescimento aquém do que poderia ter. Não por culpa deste ou daquele governo, mas porque temos um estado aparelhado de tal forma que impede que tenhamos uma carga tributária menor, aí sim, com um crescimento sustentado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero parabenizar a cidade de Chapecó pela realização da Efapi, que é um patrimônio do oeste e do sul do país, e que tem que participar das festividades de outubro, porque as feiras multisetoriais também têm que fazer parte, pois são eventos turísticos e de negócios.

O único incidente com relação à feira, com o que não posso concordar, foram as críticas do prefeito com relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois eu acompanhei o presidente e ele não foi convidado para o evento.

Em segundo lugar, com relação à CPMF, acho esse tema muito complexo. E esta confissão que v.exa. fez aqui de que empresário não paga imposto, preocupa-me mais ainda. Não paga imposto de modo geral, porque tenta sonegar ou transfere para o consumidor é mais grave ainda! Por isso temos que manter a CPMF, porque dessa forma os trabalhadores, o povo e também os empresários pagam a contribuição.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Deputado Pedro Uczai, por favor, não distorça as minhas palavras. Empresário não paga imposto porque repassa imposto pago pelo consumidor. V.Exa. entendeu bem! V.Exa. não se faça de desentendido!

Por outro lado, quero registrar também que o presidente Lula foi convidado sim, senhor, para estar lá em Chapecó, através de fax, de ofício e de e-mail, como também o ministro Altemir Gregolin, que não estava presente. Não quis ir por uma decisão dele, que não cabe a mim julgar. Cabe ao seu partido e às lideranças de Chapecó. Foi um desrespeito à cidade ele não ter ido, mas não nos cabe julgar.

Por fim, quero dizer que nesse governo e em qualquer outro governo nós, cidadãos, nós, parlamentares, representantes do povo, temos que sempre brigar por uma carga tributária menor, seja de que partido for. Não há partido ou pessoa que possa defender o aumento da carga tributária. Sinceramente, não entendo a defesa, por parte de um parlamentar, da manutenção da CPMF. Eu até entendo na hora da votação, ou seja, de votar algum projeto acompanhando a decisão do governo. E quem é governo tem que arcar com o ônus muitas vezes de tomar decisões impopulares, que todos nós sabemos que deveriam ser diferentes, mas que tem que se acompanhar em função de uma maioria parlamentar lá em Brasília ou aqui na Assembléia legislativa. Agora, fazer a defesa pública de um imposto penoso, que incide sobre a cadeia produtiva, que incide sobre o feijão, sobre o arroz, sobre a carne, sobre a atividade do dia-a-dia?! Aí necessariamente não posso entender e não posso concordar.

Volto a enfatizar que é o trabalhador mais humilde quem paga mais imposto. E esse é um fato incontestável, qualquer economista vai dizer isso, ou seja, o empresário repassa para aquele que consome e faz aquilo que também é o seu papel, que é brigar por uma carga tributária menor, até porque faz parte do seu negócio.

Agora, como representantes da população, sabendo que temos uma carga tributária no Brasil que passa dos 40% e que quase metade do que se produz é para pagar e manter o governo, nós defendemos essa taxa tributária?! Eu, sinceramente, não consigo encontrar argumentos para defendê-la. E se fosse parte da base de apoio do governo federal no mínimo ficaria quieto e se tivesse que votar seria para manter a base parlamentar. Agora, fazer uma defesa pública de um imposto perverso como é a CPMF, eu não consigo entender.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerrado o horário dos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos, enquanto aumenta o quórum, votar os projetos de lei e ao final da Ordem do Dia as mensagens de veto.

(Os líderes aquiescem.)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, quero registrar com muita alegria a presença da esposa e dos filhos do deputado Kennedy Nunes, que estão aqui nos honrando com a sua presença.

Naturalmente, sr. presidente, não vieram fiscalizar a ação do deputado, mas vieram solidariamente dar apoio ao ilustre parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Até porque é desnecessário fiscalizar.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0277/2007, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Balneário Gaivota (ampliação da EEB Praia da Gaivota).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0293/2007, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Saudades (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2007, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (continuidade aos trabalhos culturais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0310/2007, de procedência governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Ascurra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0341/2007, de procedência governamental, que altera dispositivos da Lei n. 12.931, de 2004, que institui o procedimento de descentralização de créditos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, com relação ao Projeto de Lei n. 0341, a bancada do PT tem-se colocado e votado contra nas comissões, porque afronta o art. 123 da Constituição, §§ 6º e 7º, que dizem que é vedado abrir crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, e transpor e remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programa para outra sem prévia autorização legislativa.

Portanto, diante da inconstitucionalidade do projeto e por se contrapor aquilo que reza a Carta Magna estadual, a nossa bancada votará contra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, com todo o respeito à argumentação do deputado Pedro Baldissera, o nosso encaminhamento é pela aprovação do projeto que tramitou nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação desta Casa. Não há nenhuma inconstitucionalidade a ser cogitada, a matéria tem pertinência, é meritória e vem ao encontro da política de descentralização praticada no estado de Santa Catarina.

Portanto, o voto "sim" é o nosso encaminhamento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós vamos fazer o encaminhamento para votar contra esse projeto de lei, pois temos a mesma visão do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - O Democratas faz o encaminhamento favorável ao projeto. Fazemos um apelo a todos os deputados que estão nos gabinetes para que desçam ao plenário para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhamento contrário do PT e do PP.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0417/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Santa Rosa do Sul (EEF - Cônego João Reitz).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0422/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Modelo (Apaé).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0208/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Biblioteca Pública Municipal Cônego João Reitz, no município de Sombrio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0331/2007, de autoria de deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação Atlético Esportiva Infantil Vento Sul, do município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0347/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública o Centro de Treinamento Futsal Fraiburgo - Cetreff, de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0390/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes e outros, que concede título de Cidadão Catarinense ao sr. Alessandro Rosa Vieira.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Eu peço a v.exa., deputado autor Kennedy Nunes, que encaminhe ou declare o seu voto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só quero dizer, sr. presidente, que quando se fala este nome ninguém sabe quem é. Mas o sr. Alessandro Rosa Vieira é o Falcão, jogador de futebol de salão, que mora em Jaraguá do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está feito o esclarecimento.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0391/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que institui o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0469/2007, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Departamento Estadual de Infra-Estrutura.

Esta abertura de crédito é para a construção do anel viário de Criciúma. Os criciumentenses aproveitaram para agradecer a todos os deputados e, de modo especial, ao deputado Reno Caramori, que contribuiu para a tramitação do projeto.

Deputado Reno Caramori, a sociedade criciumentense da região está agradecendo a v.exa. pela contribuição para a votação do Projeto de Lei n. 0469/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, como fiz na comissão de Constituição e Justiça, vou votar a favor, mas esperando que esse seja para valer, não como aquele que o então governador Eduardo Pinho Moreira fez no dia 2 de junho de 2006, que foi lá autorizar a via rápida e depois anularam a licitação. Espero que esse aconteça de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Joares Ponticelli, é apenas a suplementação.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0227/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0043/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV, Papiloma Virus Humano, na rede pública de saúde.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o autor, deputado Cesar Souza Júnior, ressaltando que o parecer da comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção do veto.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, este projeto trata da questão da HPV, que hoje é um vírus causador do câncer de colón de útero, que é o que mais mata mulheres em Santa Catarina.

Sem dúvida alguma, é um projeto que quando da sua implementação trará custos ao estado, inclusive há vários debates nacionais sobre o tema do HPV. O projeto, se v.exas. puderem acompanhar, é autorizativo, não é um projeto impositivo.

É um projeto que é uma mensagem deste Poder, sobre a importância de se instituir a vacinação. Lógico que essa medida dar-se-á de uma maneira escalonada, de acordo com a disponibilidade, atingindo primeiramente aquelas mulheres em maior situação de exposição ao risco, principalmente as mais jovens.

O projeto é autorizativo. Creio que a orientação jurídica e a razão do veto são eminentemente jurídicas e não sobre o mérito, pois se calçou no fato de que ele traria despesa. Ele é autorizativo, não obriga o estado a instituir instantaneamente. Apenas é uma indicação deste Poder sobre a necessidade de se encaminhar nesse sentido. Se tudo que nós aprovamos nesta Casa, mesmo os projetos autorizativos, for considerado gerador de despesas e, portanto, impossível de ser praticado e inconstitucional, certamente a autonomia deste Poder e a capacidade de atuação do deputado ficarão muito limitados.

Então, peço a compreensão dos meus pares com relação à derrubada do veto, que é uma divergência jurídica, não de mérito, e nós precisamos afirmar este Poder e termos assim o projeto aprovado. Ele não obriga a instauração, ele não gera ônus para o estado, ele é apenas uma mensagem do Poder Legislativo sobre a necessidade de se implantar o Programa de Prevenção ao HPV, que é um vírus causador de milhares de mortes de mulheres catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Esse projeto é de suma importância para o nosso estado, visto que a população feminina ultrapassa a masculina. E o deputado Cesar Souza Júnior foi muito feliz e muito inteligente em elaborar esse projeto de lei, o qual defendo. É um dever do estado, como diz a Constituição, preservar e lançar programas para a prevenção da saúde, principalmente a saúde feminina, porque a mulher está mais exposta. A mulher trabalha o dia todo em atividades, é aquela que está preparada para a maternidade. Por isso há um maior desgaste por parte da mulher.

Então, eu também sou favorável à derrubada do veto.

Muito obrigada, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Eu queria parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior, porque o projeto representa, na sua essência, um programa de prevenção às mulheres deste estado. E Santa Catarina pode dar o seu caráter demonstrativo, desde que seja um projeto autorizativo sobre a percepção pública no que se refere à saúde das mulheres.

Por isso, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores parabenizamos o deputado Cesar Souza Júnior. E eu sei, como médico principalmente, da importância disso.

Então, votamos pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendendo a importância desse projeto, sr. presidente, e entendendo também ser um projeto autorizativo, não vemos nenhum problema jurídico. Desta forma, parece-me que o que está acontecendo é que o governo do estado não está querendo fazer cumprir essa boa ação para as mulheres.

Por isso encaminhamos a nossa bancada para derrubar o veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A votação se dará no painel, por processo eletrônico.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 12 votos "sim", 17 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0228/2007, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0183/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui no estado de Santa Catarina o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil destinado a crianças, adolescentes e jovens gestantes e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, encaminhamos a votação da nossa bancada para a derrubada do veto.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, o Partido dos Trabalhadores também vota pela derrubada do veto.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Também, em nome do PRB, voto pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A votação se dará no painel eletrônico.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim", 15 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0229/2007, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei 0007/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu queria fazer um apelo às sras. deputadas e aos srs. deputados para a derrubada deste veto.

Vejam v.exas. que nós discutimos o problema do meio ambiente no país. Minas Gerais já tem essa lei; o município de Timbó já serve de exemplo para o Brasil; vários municípios de São Paulo servem de exemplo para o Brasil. Então, em Santa Catarina queremos começar a dar o exemplo.

Eu não vou conformar-me, data vênua, até vou respeitar a opinião de cada parlamentar, se não derrubarmos esse veto.

Temos dois objetivos com este projeto: primeiramente, começar a conscientizar a criança desde pequena a preservar o meio ambiente; em segundo lugar, queremos resgatar o meio ambiente que nós tanto reclamamos.

Por isso eu faço um apelo aos srs. deputados pela derrubada do veto. E eu não estou confrontando aqui o governo. O governador votou por orientação da sua assessoria, mas em princípio ele não é contra a matéria, pois ela é importante. Muitos vereadores do município de Timbó, que serve de exemplo para a região, cobraram: "Deputado, como vocês não cumprem com aquilo que a natureza exige?"

Há o seguinte ditado, deputado presidente Julio Garcia: "O homem perdoa mais ou menos, Deus perdoa tudo, mas a natureza não perdoa nada". Por isso eu faço um apelo a cada um dos deputados para votar pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio, líder do Democratas.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, apenas quero ratificar o apelo do voto pela derrubada do veto, que não é um voto contra o governo, pelo contrário, é um voto a favor de um projeto meritório. Desde que ele tramitou na comissão de Constituição e Justiça e também na comissão de Finanças e Tributação, eu divergi do entendimento de que havia vício de origem por gerar despesas. Ele não gera despesas porque já existem os viveiros do estado e dos municípios que podem dar a matéria-prima para a execução do projeto.

Então, ele não tem vício de origem, no meu entender, que foi o motivo que levou ao veto e de nós estarmos aqui analisando esta matéria, que passou nas comissões e que agora está no plenário, depois de vetado.

Por isso caminho pela derrubada do veto. A nossa bancada evidentemente que irá votar assim, mas se a bancada governista puder nos acompanhar, será bom, pois é a única forma de podermos ver o projeto efetivado. Ele não gera despesas para o estado e é um projeto bom para as pessoas, para as crianças, para o nosso estado e para o nosso país.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Odete de Jesus.

O SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu fui relatora deste projeto na comissão de Finanças e Tributação e dei o meu parecer favorável, como bem salientou o deputado Onofre Santo Agostini, autor do projeto: a natureza não perdoa, ela vai voltar a alagar as áreas que forem violadas. Como professora de Geografia e estudiosa dessa área, posso afirmar que a natureza irá resgatar o que lhe é de direito.

Esse projeto não vai gerar despesas para o estado, é um projeto muito importante para a preservação do meio ambiente, pois sabemos que o planeta Terra está, a cada dia, sendo degradado. Daqui a 20 anos faltará água para nós, catarinenses, deputado Pedro Baldissera.

Assim sendo, quero fazer um apelo ao líder do governo para liberar a bancada de sustentação ao governo, para que os deputados possam votar livremente neste projeto, que é muito importante para o estado de Santa Catarina e, por que não dizer, para o Brasil.

O meu voto é pela derrubada do veto.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a deputada Odete de Jesus traz presente e o *Diário Catarinense*, hoje, deputado Onofre Santo Agostini, os veículos de comunicação divulgam que daqui a 20 anos poderá faltar água em Santa Catarina.

O poder público não pode ter um pensamento voltado somente para isso, tem que ter atitudes, ações, sejam elas em nível de Brasil, de estados ou de municípios, independentemente entes, voltadas à solução do problema. E este projeto de lei vem exatamente dar resposta a esse campo, sendo que nós temos que fazer alguma coisa, sob pena de termos consequências drásticas, fortíssimas em toda a estrutura do ecossistema em que vivemos.

Portanto, a bancada do PT vota pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não é um encaminhamento de votação porque nós temos a nossa liderança de bancada, mas uma declaração de voto que eu gostaria de fazer, se v.exa. assim permitir.

Há pouco, o deputado Cesar Souza Júnior até expressava aqui certa angústia, que penso ser de quase todos os srs. deputados. Estamos sentindo que ficamos presos aqui na questão de indicação, pedido de informação e moção, porque a maioria esmagadora dos projetos bate e volta, tudo por conta da análise do técnico, que olha e diz: esse é inconstitucional, esse é não sei o quê, etc. E o governador assina aquela papelada toda que cai na sua mesa e acredita naquilo que os técnicos estão mandando para ser assinado. E aí o veto vem para cá para ser analisado.

O deputado Cesar Souza Júnior teve vetada uma lei autorizativa. Quer dizer, não era impositiva e sim autorizativa. Portanto, não haveria problema algum em derrubar o veto porque se tratava de uma lei autorizativa. Se fosse impositiva, tudo bem, não é mesmo?!

Agora temos outro projeto extremamente importante, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que é um projeto tranquilo para votarmos, que vem ao encontro, inclusive, de uma discussão global, que é a questão do meio ambiente. Decidiram vetar e nós aqui vamos dizer amém?! Eu sou sincero, sou pela derrubada deste veto!

Obrigado!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, não é para encaminhamento de votação, porque o meu líder não me autorizou, mas é uma indicação do meu voto, que é pela derrubada do veto.

É um projeto meritório, pois sem dúvida um pai, uma mãe, uma família que recebe uma árvore em doação no momento que nasce o filho vai cuidar dessa árvore, vai preservá-la e fazer de tudo para que ela cresça frondosa. Mas se não for apenas pela árvore plantada em si, vale pela educação, pela motivação que as pessoas, que as famílias terão e a criança, mais tarde, ao saber que uma árvore foi plantada no seu nascimento.

Por isso, o meu voto é pela derrubada do veto.

Obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Professor Grando, líder do PPS.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Em uma das primeiras reuniões da comissão de Justiça, solicitei ao líder do governo - e assim ele o fez e enviou ao chefe da Casa Civil - que no Executivo, antes de pedirem o veto a qualquer projeto por vício de origem, houvesse um entendimento. Assim, antes de os deputados apresentarem a matéria e criarem o vício de origem, pudesse vir do Poder Executivo um projeto, porque muitas das iniciativas, como hoje vimos aqui, são totalmente meritórias.

Então, vamos ter que procurar aproximar cada vez mais, nessa questão, o Poder Executivo, na sua competência, e o Poder Legislativo, porque não vamos ficar meramente votando requerimentos ou indicações. Já pedimos que houvesse esse entendimento.

Nessa questão do meio ambiente, nós, que sempre aqui lutamos, queremos dizer que somos pela derrubada do veto, porque o projeto é totalmente meritório. É a vida que está em jogo, é uma nova forma de pensamento. Só para termos uma idéia, nos Estados Unidos as pessoas estão adotando árvores, colocando suas placas, demonstrando o seu comprometimento, porque ainda é a forma mais barata e científica de diminuir o aquecimento global, de termos maior quantidade de água mais limpa e mais pura somente na mata ciliar.

Então, somos pela derrubada do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, continuo pela derrubada do veto secreto porque tenho certeza de que pelo menos uns 25 deputados garantiram ao deputado Cesar Souza Júnior que votariam pela derrubada do veto, mas quando foi aberto o painel eletrônico havia somente 17 votos.

Precisamos, na verdade, parar de nos esconder atrás do voto secreto. Já que o Congresso Nacional começou discutir essa questão, nós vamos propor uma emenda para derrubar o voto secreto em todo tipo de votação, porque aí poderemos assumir aqui o voto realmente - se vota a favor ou se vota contra. Senão fica fácil, discursiva, encaminha o voto e no voto secreto ninguém sabe o que acontece.

E por último, quero dizer que o governador, coitado, ele queria deixar, mas aí os técnicos analisaram e ele assinou sem ler. Agora, é só ele ligar e dizer: olha, libera. Mandar liberar a bancada para aprovar. Se o governador quisesse realmente, não teria vetado, porque dizer que ele assina sem ler, eu não acredito. E se assinou sem ler, ainda dá tempo de fazer uma ligação para cá e liberar a bancada governista, porque deve ter pelo menos uns 35 ou 40 secretários nos assistindo neste momento, até por não terem o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência informa ao deputado Joares Ponticelli que já tramita nesta Casa proposta de emenda constitucional nessa direção.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de encaminhar a nossa bancada para a derrubada do veto. Estamos junto com a bancada do Democratas, que faz parte do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhada a votação pelo deputado Kennedy Nunes.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem

"sim" mantém o veto, votando "não" derrubam a proposta de veto governamental.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 21 votos "não", nove votos "sim". Nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

(Palmas)

Srs. deputados, a próxima matéria é a Mensagem de Veto n. 0230/2007, mas a assessoria não concluiu a análise, depois de vinda da comissão.

Consulto os srs. líderes se podemos deixar a votação para a sessão seguinte.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Consulto ainda os srs. líderes se podemos votar o segundo turno das matérias e a redação final em duas sessões extraordinárias subsequentes.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. deputados, assim procederemos.

Desta forma, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão ordinária, convoca outra, extraordinária, para 16h27min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 037ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h27min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0390/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que concede o título de Cidadão Catarinense ao sr. Alessandro Rosa Vieira.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0391/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que institui o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matérias para serem votadas em segundo turno, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h28min, contendo, na pauta da Ordem do Dia as redações finais das matérias votadas anteriormente, requerimentos, indicações, moções e pedidos de informação.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 038ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h28min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai -

Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem Do Dia

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Registra a presença do vereador Dalton Sodré, de Biguaçu.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda pedido de informação, de sua autoria, ao secretário da Cultura acerca de recursos liberados em 2007 para alguns municípios.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Refere-se à indicação, de sua autoria, com relação aos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica do estado de Santa Catarina; aborda invasão do MST em área da Epagri em Caçador.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta indicação de autoria do deputado Rogério Mendonça, sobre recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Refere-se à invasão do MST em área da Epagri em Caçador.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e de vereador de Timbó Grande.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda o descaso do governo do estado com os professores; comenta a falta de cumprimento do PL n. 254 com relação aos policiais; registra a necessidade de criação da Defensoria Pública em Santa Catarina; reporta-se à exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Fala da necessidade de contemplar os policiais federais conforma o PL n. 254.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta audiência pública que discutiu os acidentes nas rodovias.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Aborda a necessidade de uma maior consciência sobre o perigo que oferece o carro.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do jornalista João Batista, de Calmon.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Refere-se à cobrança de pedágio em Santa Catarina.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Comenta a cobrança de pedágio em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se à necessidade de alternativas para o transporte urbano.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Bom Retiro.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Registra que Balneário Camboriú terá o serviço de salvavidas durante todo o ano.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Tece comentários a respeito da transformação da área da Penitenciária Estadual em área de lazer; aborda o projeto que determina que a cada nascimento seja plantada uma árvore.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se ao projeto que determina que a cada nascimento seja plantada uma árvore.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a troca de horário entre os deputados para os pronunciamentos; comenta declaração do prefeito de Criciúma sobre o PMDB; refere-se à CPI da Casan.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o governador do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção e Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, iremos votar a redação final das matérias.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco os projetos de lei constantes da pauta, já que não há discussão.

(As lideranças acquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0277/2007, 0293/2007, 0304/2007, 0310/2007, 0341/2007, 0417/2007, 0422/2007, 0469/2007, 0208/2007, 0331/2007, 0347/2007, 0391/2007 e 0390/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0651/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0652/2007, de autoria do deputado José Natal, e 0653/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Alta, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Medicina e ao presidente da Associação Catarinense de Medicina, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Médico.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao empresário Jackson Ferreira Filho, cumprimentando-o pelas instalações da Academia Tempus Corpus.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Intelbras, cumprimentando-o pela participação na Futurecom.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa Tigre, cumprimentando-o pela homenagem recebida em evento da ONG "Fórum de Líderes Empresários".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Treze Tílias, Porto Belo e Timbó, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao dr. José Aluísio Vieira, cumprimentando-o pelo recebimento do título de Cidadão Benemérito, concedido pela Câmara de Vereadores de Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. Ademar e Antenor Knebel, do município de Piratuba, cumprimentando-os pelo aniversário do Hotel Paraíso.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Rio do Sul, cumprimentando-o pelo aniversário daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina - Cremesc -, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Médico.

A Presidência defere de plano.

A sra. deputada Ana Paula Lima requer à deputada Odete de Jesus que possa também subscrever a matéria.

(A deputada Odete de Jesus acquiesce.)

Com a acquiescência da autora, a sra. deputada Ana Paula Lima passa também a subscrever o requerimento.

Requerimento de autoria do sr.

deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema -, solicitando isenção de taxa de licenciamento de cascalheiras e saibreiras de propriedade das administrações municipais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de registrar a presença do vereador Dalton Dário Sodré, do município de Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica registrada a presença do vereador Dalton Dário Sodré, do município de Biguaçu, pelo deputado Renato Hinnig.

Moção de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente e ao vice-presidente da República, ao ministro da Fazenda, ao procurador-geral da Fazenda Nacional e aos senadores e deputados federais catarinenses no Congresso Nacional, solicitando que sejam adotadas medidas que tornem eficaz a minuta da portaria que regulamentará a distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda, por meio de sorteio, concurso e afins.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Gelson Merísio e outros, a ser enviada ao presidente da República, à ministra chefe da Casa Civil, ao secretário de Relações Institucionais da Presidência da República e à senadora Ideli Salvatti, manifestando apoio à condução do desembargador Jorge Mussi ao Superior Tribunal de Justiça.

A moção vem precedida de um arrazoado e a Presidência aproveita este momento para cumprimentar o desembargador Jorge Mussi, que foi escolhido na lista do Superior Tribunal de Justiça, sendo o desembargador mais votado da lista.

A Presidência ainda requer verbalmente ao Plenário a transcrição da coluna do jornalista Moacir Pereira, do dia de hoje, do *Diário Catarinense*, sobre o mesmo assunto.

Em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Transcrição da coluna do jornalista Moacir Pereira, publicada no jornal *Diário Catarinense*, de 17 de outubro de 2007.

"SC: um ministro no STJ

Liderando lista quádrupla pelo STJ, o desembargador Jorge Mussi está credenciado junto ao Palácio do Planalto para ser o novo ministro catarinense a integrar o Superior Tribunal de Justiça. Recebeu 19 votos dos 28 ministros que participaram do processo de escolha. Foi o que recebeu maior número de sufrágios entre todos os pretendentes. Instituições de diferentes áreas e lideranças políticas de Santa Catarina iniciaram uma intensa mobilização em torno da nomeação do magistrado. Mussi disputou também, no final do ano passado, as preferências do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, compondo lista eleita pelo STJ e submetida ao Palácio do Planalto. As forças políticas de São Paulo prevaleceram.

O Fórum Parlamentar Catarinense aprovou por unanimidade proposta de apoio ao desembargador Jorge Mussi. Em nome dos 16 deputados federais e dos três senadores, o presidente João Mattos está apelando ao presidente da República e aos ministros da Justiça, Tarso Genro, das Relações Institucionais, Mares Guia, e da Defesa, Nelson Jobim, para que o nomeado seja o magistrado catarinense. Idêntica manifestação partiu do Ministério Público Estadual, da Federação das Indústrias de Santa Catarina, da Associação Catarinense de Medicina, das entidades que congregam os meios de comunicação, todas destacando as qualidades de Jorge Mussi e suas atividades na advocacia e na magistratura.

Atuação

A senadora Ideli Salvatti está igualmente engajada na causa e sua atuação poderá ser decisiva. É a representante catarinense com maior trânsito junto ao presidente Lula e a que tem mais créditos no Planalto para pleitear a nomeação. A escolha está sendo vista, em círculos jurídicos e políticos, como forma de resgate da imagem, abalada na defesa e absolvição de Renan Calheiros. A todos que solicitam seu engajamento efetivo, a senadora diz e repete ter 'clareza da importância desta escolha para Santa Catarina'. Seria uma conquista importante no Judiciário, com sabor de recuperação de um espaço perdido. O Estado já teve, recentemente, dois ministros: o atual, Paulo Gallotti, e Hélio Mosimann, já aposentado. O site do STJ destaca a biografia do desembargador Jorge Mussi, pelos 20 anos dedicados à advocacia e os 14 anos à magistratura, com destaque ainda para o exercício da Presidência do TRE-SC e do Tribunal de Justiça. Ressalta suas gestões, com obras e projetos que deram agilidade aos julgamentos e melhores instrumentos do Poder Judiciário."[sic]

Pedido de informação de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviado ao secretário de estado da Cultura, solicitando informações sobre os recursos liberados em 2007 para entidades públicas e privadas dos municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Araquari, Garuva, Barra do Sul, Guarimir, Itapoá e Massaranduba.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, para acalmar, inclusive, a imaginação de uma porção de pessoas que podem, evidentemente, pensar que, com esse pedido de informação, eu estou procurando qualquer tipo de retaliação com o secretário ou com a secretaria, quero dizer que esse é o meu legítimo direito de saber o que está sendo enviado para a minha região em termos de verbas daquela secretaria, e quem é que está pedindo essas verbas. Como deputado, preciso saber isso, até porque sou representante daquela região e não tenho conhecimento nenhum de como vai essa verba, quem pede e de que forma chega.

Então, esse pedido de informação é para que eu tome pé dessa situação. É apenas e tão-somente isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o pedido de informação permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre investimentos em publicidade e propaganda nos anos de 2006 e 2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o pedido de informação permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente, quero fazer referência a uma indicação feita por mim nesta sessão, e que foi aprovada por todos os deputados, com relação aos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica do estado de Santa Catarina.

A Constituição do estado, no seu art. 193, prevê que 2% de todo o Orçamento do estado sejam destinados à pesquisa científica e tecnológica e prevê também que 1% seja destinado à pesquisa agropecuária.

Sabemos que aqui no estado, basicamente, quem faz a pesquisa agropecuária é a Epagri. E hoje, para poder disponibilizar esses recursos, a Epagri precisa fazer projetos, encaminhá-los à Fapesc para que os aprove, para só então depois a Epagri receber os recursos.

Portanto, a minha indicação é no sentido de que esse recurso, esse 1%, seja encaminhado diretamente à Epagri, à nossa empresa de pesquisa agropecuária de Santa Catarina, que hoje possui 15 estações experimentais distribuídas em todo o estado com profissionais altamente qualificados, convênios e parcerias com instituições nacionais e internacionais, e é, sem dúvida, uma referência em pesquisa nas principais culturas agropecuárias do nosso estado de Santa Catarina. Por isso o meu encaminhamento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que esse pleito é central - e não é só legal e constitucional - e necessário para pensarmos no futuro da agropecuária em Santa Catarina e da ciência e da tecnologia.

É preciso levantar três aspectos. Houve uma audiência pública que coordenamos há pouco tempo com mais de 300 pesquisadores de todo o estado de Santa Catarina, na qual ficou clara a necessidade de esses 2% do art. 193, que seriam o quê? Cumprir a Constituição do estado!

O segundo aspecto é que lá naquele momento havia a informação de que da conta salário do Besc, dos R\$ 250 milhões, estavam previstos, num acordo com a Fapesc, R\$ 20 milhões. Até, inclusive, na própria proposição da audiência, encaminhou-se que esses recursos fossem dobrados para R\$ 40 milhões, também para ciência e tecnologia.

Em terceiro e último lugar, encaminhar agora, além do PPA, no qual estão contemplados os 2%, que sejam contemplados no Orçamento de 2008 os 2% e que o governo efetivamente cumpra esse preceito constitucional.

Quero me somar à sua luta, à sua preocupação porque isso é central para pensar o futuro do estado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai, pelo seu aparte que, sem dúvida, vem somar nessa indicação que eu fiz hoje e foi aprovada nesta Casa.

Mas também fazendo referência à Epagri, quero citar um pronunciamento que recebi hoje da Estação Experimental de Caçador, deputado Reno Caramori, de um grupo de pesquisadores e da Associação dos Funcionários da Epagri de Caçador sobre a invasão do MST em área da Estação Experimental de Caçador.

Eu não vou ler todo o documento porque ele é extenso, apenas parte dele. Diz o documento:

(Passa a ler.)

"[...]Queremos deixar bem claro que esta área está sendo administrada e trabalhada pela Epagri, e estranhamos muito um movimento que busca assentar o homem no campo vir a invadir uma área experimental em prejuízo aos trabalhos que são desenvolvidos em benefício deste mesmo homem.[...]

Consideramos a invasão na Epagri, Estação Experimental de Caçador, uma ameaça não só à pesquisa desta unidade, mas de toda a Epagri, pois outras unidades poderão ser alvos desse movimento. Assim, o sucesso em uma das áreas poderá motivar a invasão de outras Estações ou áreas públicas no estado catarinense.[...]

Reiteramos veementemente a nossa posição de repúdio a invasão e a posição em não aceitar o desmembramento da área em prol do MST, pois isso vai comprometer a continuação dos trabalhos de pesquisa na Estação Experimental de Caçador, sob pena de fechar a unidade e necessitar transferir os trabalhos, os pesquisadores e os funcionários lotados nesta para uma outra unidade da Epagri.[...]"

Todos os pesquisadores da Estação Experimental assinam o documento e os seus nomes, inclusive, estão abaixo relacionados. Eu vou só citar alguns deles:

(Continua lendo.)

"Álvaro Graeff, Anderson Fernando Wamser, Atsuo Suzuki, Clori Basso, Evaldo Nazareno Pruner, Frederico Denardi, Gabriel Berenhauser Leite, Janaina Pereira dos Santos, José Luiz Petri, Luiz Antonio Palladini, Luiz Carlos Argenta, Onofre Berton, Renato Luis Vieira, Siegfried Mueller e Walter Ferreira Becker" e outros.[sic]

Portanto, este deve ser o quarto ou quinto pronunciamento com relação a esse assunto, mas volto a abordá-lo porque recebi esse documento dos funcionários e pesquisadores da Epagri de Caçador.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! V.Exa. é de Caçador e conhece profundamente, como ainda há pouco me relatava, a situação em que está essa área hoje invadida pelo MST.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Peninha, é um assunto melindroso e perigoso! Eu estou permanentemente acompanhando a evolução das invasões e parece-me que a cada dia que passa o grupo aumenta. E na verdade, segundo as informações, não são só pessoas sem terra; alguém está juntando na periferia da cidade pessoas desempregadas e colocando-as lá. Pessoas do estado do Paraná estão chegando com os familiares de táxi, como já houve comprovação, e estão sendo colocadas lá.

Eu acho que estão cometendo uma coisa muito errada. Aquela é uma área até muito restrita porque é de experimento e não pode haver circulação de animais e de pessoas entre as espécies que estão científica, técnica e geneticamente experimentadas e controladas. É uma área vigiada diuturnamente para que não ocorra nenhuma contaminação e ver a resistência e o comportamento das espécies que estão sendo pesquisadas. Aquela área não é propícia para um assentamento daquele tamanho, há pouca área, a maior parte é mato. São reservas legais, que não podem ser mexidas. Então, não vejo razão para aquele pessoal estar lá! Mas a preocupação é muito grande.

Felizmente, o problema já está na esfera federal, porque se trata de invasão de uma área federal. É uma área da Embrapa sob os cuidados da Epagri. Mas o prejuízo para Santa Catarina é muito maior do que qualquer prejuízo que possa ocorrer se não assentarmos essas pessoas. Temos que buscar outro terreno para assentar aqueles que realmente querem trabalhar na terra. Mas lá é uma área de pesquisa, é uma área de experimento, é uma área de alta tecnologia. E nós precisamos manter aquilo para que possamos melhorar cada vez mais a vida do nosso colono, inclusive daqueles que se propõem a produzir como são os que estão lá para serem assentados.

Srs. deputados, tenho, diariamente, mantido contato, através de telefone ou por *e-mail* e estou me colocando a par da situação. Nós queremos é que não ocorra nada que possa prejudicar as famílias daqueles que estão lá. Precisamos preservar aquilo que é uma coisa pública, que é uma coisa tão importante para Santa Catarina, tanto é que essa estação experimental existe há mais de 50 anos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Em outra oportunidade vou fazer um debate mais profundo sobre essa questão de Caçador e outras questões.

Quero me assomar à preocupação de que temos que investir em ciência e pesquisa, pois vários lugares de experimentos estão quase sucateados por falta de dinheiro público. Portanto, quero apoiar a legitimidade dos pesquisadores da Epagri, como os da Fapesc e assim por diante.

Em relação à ocupação daquela área, acho legítimo o Movimento Sem Terra ocupar áreas para fazer reforma agrária. Eles foram desalojados de outra área e ocuparam aquela. Por isso, precisa haver uma solução. E qual é a solução? Eles permanecerem lá ou deslocarem-se para outra área de desapropriação para efeito de reforma agrária. Aquela ocupação também trouxe a denúncia de casas abandonadas, de dinheiro público investido em 11 casas sem utilização, no meio do mato; e também que parte dos experimentos são de pinus. Eu acho que nem a Embrapa ou a Epagri precisam fazer experimento de pinus em Santa Catarina. Se for para apoiar pequeno agricultor e a agricultura familiar, podem fazer outros experimentos e não de pinus.

Então, é complexo e quero...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, líder do PSDS.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do nosso prefeito Valdir Cardoso dos Santos e do nosso vereador Otacílio Meireles, da cidade de Timbó Grande, que nos visitam em nosso gabinete, nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, meu boa-tarde.

Sr. presidente e deputado José Natal, não sei se todos os deputados estão recebendo as diversas manifestações dos professores do estado de Santa Catarina, sobre o descaso que o governo está tendo com essa categoria, deputado Marcos Vieira.

Vou fazer a leitura de apenas um *e-mail*, que diz que os professores estão sofrendo há muito tempo com a desvalorização por parte da maioria dos políticos e com os problemas encontrados nas nossas escolas.

(Passa a ler.)

"Além da desvalorização temos que conviver com ameaças e falta de condições de trabalho. Estamos num processo de negociação com o governo e eles tiraram uma assembleia estadual em estado de greve para pressionar o governo e pedir que receba pelo menos o sindicato para negociar."

Então, os professores estão pedindo que o governador pelo menos receba essa categoria, o Sinte, para que possa negociar com esses professores que já estão com redução da carga horária.

Outro ponto que também que vou falar, sr. presidente, é sobre a manifestação que venho recebendo através de *e-mails* dos policiais militares do estado de Santa Catarina, deputado João Henrique Blasi, pedindo o cumprimento da Lei n. 254. V.Exa. também está recebendo, deputado?

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Já recebi, como também recebi da Polícia Federal pedindo a intervenção para que pudesse ser regularizada a situação. E peço a v.exa. que também intervenha em favor dos policiais federais, porque estamos fazendo em favor dos policiais estaduais.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente!

Deputado João Henrique Blasi, quero pedir a v.exa. que solicite ao governador para tirar da sua gaveta o Projeto de Lei n. 0254, aprovado nesta Casa. Este plenário estava cheio de homens e de mulheres que bateram palmas quando foi aprovado aqui. Houve deputados que assomaram a tribuna e fizeram discurso dizendo que agora, sim, o policial seria valorizado. Isso faz anos. E os policiais ainda estão pedindo que a lei seja tirada da gaveta pelo governador do estado.

Quero pedir também ao deputado Sargento Amauri Soares, que é da categoria e aos demais da base governista que cobrem do governador, porque somos deputados estaduais, se fôssemos deputados federais o campo para discussão seria outro. Mas como somos deputados estaduais temos que, pelo menos, cobrar do governador do estado essa questão.

Outra informação que quero passar aos srs. deputados é que hoje na cidade de Blumenau - e não pude estar presente - houve uma discussão sobre a Defensoria Pública. O estado de Santa Catarina é o único estado da federação que não possui a Defensoria Pública, porque possui a Defensoria Dativa. Essa é uma luta antiga das universidades, da associação dos magistrados catarinenses, de diversos parlamentares, da sociedade civil organizada e também de alguns vereadores do nosso estado. Na cidade de Blumenau está sendo debatido esse tema. Se aqui há discurso sobre a constitucionalidade, quero dizer que é constitucional, deputado Pedro Uczai, porque está no art. 134 da Constituição Federal. Então, que se cumpra a Constituição Federal, já que aqui se fala tanto em inconstitucionalidade.

Srs. deputados, quero também fazer menção a um projeto de lei de minha autoria e gostaria que v.exas. o olhassem com muito carinho e com muita atenção. E fico me perguntando em que mundo estamos vivendo, que sociedade estamos preparando para as nossas crianças e para os nossos adolescentes.

Tive, não sei se foi o prazer ou o desprazer de visitar, como mencionei ontem, as delegacias da região do Vale do Itajaí, que estão sem o efetivo das Polícias Militar e Civil - falta efetivo nas ruas - e também em algumas comarcas, e fóruns e pude ver o que está acontecendo com a nossa criança e com o nosso adolescente, principalmente na região do Vale do Itajaí.

Então, apresentei um projeto de lei para essa Casa que determina a afixação de cartazes em locais - e especifica - com mensagens sobre a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes. É alarmante o número de exploração sexual de crianças e de adolescentes no Vale do Itajaí, principalmente.

Falei com a juíza da cidade de Gaspar e ela me disse que de 11 ações, seis eram de exploração sexual de crianças, e todas praticadas pelo pai da criança: uma criança de dois anos e outra de cinco anos idade. E ainda temos os nossos adolescentes que são objeto de exploração sexual na rodovia BR-470, conhecida como Jorge Lacerda. Então, gostaria que também a nossa Segurança Pública pudesse fazer uma investigação nesses locais para ver se existe algum adolescente, alguma menina ou menino trabalhando com o seu corpo.

Quero fazer esse apelo aos srs. deputados para que aprovemos esse projeto de minha autoria, para que a população de Santa Catarina fique atenta a esse problema que pode estar mais próximo do que imaginamos, ou seja, pode estar na casa de um vizinho, na nossa família ou na escola onde estuda o nosso filho. Temos a obrigação, enquanto parlamentares, de defender a criança e o adolescente.

Imaginem v.exas. se isso tivesse acontecido com um filho nosso, ou com um parente! Essa criança sendo explorada sexualmente, com dois anos, cinco anos, ou em qualquer idade, isso acaba com a vida dela quando adulta. É uma pressão psicológica que só os muito fortes conseguem reverter.

Desta forma eu peço encarecidamente que, nós, parlamentares desta Casa, possamos denunciar a exploração sexual infanto-juvenil e orientar a nossa sociedade que tem hotéis, motéis, pensões, pousadas, bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas de qualquer natureza, clubes sociais, associações recreativas ou desportivas, os salões de beleza, agências de modelo, casas de massagem, saunas, academias de dança, de ginástica, atividades físicas, postos de serviço e de abastecimento de veículos para combater esse tipo de problema.

Srs. deputados, desta forma estamos orientando a nossa sociedade através de um cartaz que deverá ser afixado dizendo o seguinte: "Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes. Denuncie já, disque o número 100!" É uma ligação gratuita. E a maioria da população ainda não sabe disso, mas a criança e o adolescente explorado sexualmente precisam, sim, dos nossos cuidados. E podemos cuidar dessas crianças protegendo-as. Assim, estaríamos prevenindo este tipo de crime que penso ser um dos mais bárbaros que acontecem no nosso país. Estamos no século XXI e não podemos deixar que homens e mulheres sejam explorados dessa forma.

Queremos, então, pedir para que a secretaria de Segurança Pública também faça vigilância nessas casas noturnas, para ver se há tráfico, comercialização sexual das nossas crianças e dos nossos adolescentes, porque existem denúncias, o que está faltando é a fiscalização, principalmente no Vale do Itajaí.

Srs. deputados, peço, então, principalmente à comissão de Constituição e Justiça, onde o projeto deverá tramitar e depois nas outras de mérito, que o aprovem. E quando vier ao plenário desta Casa, pensem que v.exas. estarão votando pela defesa da vida e pelo respeito a nossa criança e ao nosso adolescente. E o problema não é somente com as meninas, mas com os meninos também! Peço que os considerem como se fossem seus filhos.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, é o deputado Elizeu Mattos, mas ele trocou com o deputado Reno Caramori.

Portanto falará o deputado Reno Caramori por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados, sra. deputada, primeiro agradeço a benevolência do nosso colega Elizeu Mattos que concordou com a troca de horário.

Srs. deputados, o que nos traz à esta tribuna hoje é comentarmos alguma coisa que quero crer seja muito positiva, que foi a audiência pública que realizamos na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, na segunda-feira, dia 15 de outubro.

Ouvimos nos corredores, srs. deputados, alguém comentar que agora a Polícia Rodoviária Federal, a estadual e a comissão de Transportes, se mexeram porque houve um acidente muito grande na BR-282 no oeste catarinense. Nada disso é verdade, pois nós já havíamos agendado esta audiência pública nesta Casa no dia 17 de setembro, e só conseguimos uma vaga para o dia 15 de outubro. Foi protocolado, foi acertado e assim foi procedido.

Portanto, essa audiência pública foi de grande importância e contou com a presença, além dos membros da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Casa, da Polícia Rodoviária Federal, muito bem representada pelo superintendente dr. Luiz Ademar Paes e seus auxiliares diretos na área de trânsito, na área de acidente, na área de conservação de rodovia e na área dos equipamentos; do comandante da Polícia Rodoviária Estadual; do representante do Judiciário catarinense; do Ministério Público, da Fetransc; de sindicatos da categoria e de outros tantos catarinenses preocupados com a situação dos acidentes no trânsito.

Por isso, foi uma reunião muito importante, da qual estamos formatando um documento de acordo com os problemas levantados nesta audiência pública para levarmos ao ministro da Justiça, ao ministro dos Transportes, ao diretor do DNIT, ao presidente da República e à bancada catarinense na Câmara e no Senado Federal.

Detectamos inúmeros problemas que podem colaborar para os acidentes e um deles é a má conservação das rodovias. O mais grave de todos é a educação no trânsito. Constatamos através das discussões, das opiniões e dos depoimentos que a educação no trânsito é o primeiro fator que devemos atacar.

Em segundo lugar, o problema de municipalizar a nossa Polícia Rodoviária Federal, principalmente com mais patrulheiros, com mais viaturas, com mais equipamentos e aí incluir a Polícia Rodoviária Estadual. Precisamos colocar mais equipamentos que previnam, que diminuam os possíveis acidentes nas estradas - e hoje não existem - que são os radares.

O radar é punitivo, sim, mas é necessário para o bom controle nas rodovias. Os radares móveis não são mais usados, até porque há deficiências nesses equipamentos e no número de patrulheiros. Precisamos fazer com que a nossa polícia tenha condições reais de atuar. Ninguém quer punir, mas precisamos punir aqueles que não obedecem os conselhos e ultrapassam, na grande verdade, os limites normais, não só de velocidade, como também no excesso de carga. Existe o problema da falta de operação das balanças móveis, das fixas, e assim por diante.

Mas quero trazer para a comunidade catarinense uns dados muito importantes até para reflexão. Temos um comparativo de dez anos que é mais ou menos a evolução dentro desse volume de tráfico e de trânsito. No ano de 1995, Santa Catarina tinha uma população de 4.836.624 habitantes e hoje temos 5.958.266. Tivemos um aumento de 23% na população catarinense. A frota de veículos em 1995 era de 992.111, hoje, temos 2.494.101. O aumento foi de 151%. É um verdadeiro absurdo; o número de turistas que visitaram Santa Catarina em 1995, foi de 1.350.632. Em 2006, 3.149.343; em 1996 tínhamos 566 patrulheiros e técnicos nas nossas rodovias, em 2006, baixou para 537. Portanto, menos 5% do que tínhamos em 1996, com todo esse aumento de tráfego nas estradas; os acidentes em 1995 foram 8.853, em 2006 foram 12.977 acidentes, um aumento de 47%. Número de feridos, em 1995: 5.916. Em 2006, 8.417, com um aumento de 42%.

Felizmente, temos aqui um fato curioso: nós tivemos, em 1995, um número de 710 mortos em acidente, não os que vieram a óbito após o socorro, que foram hospitalizados e não estão nesta estatística. São mortes nas rodovias.

No ano de 2006 nós tivemos um decréscimo de 23%, com um número de 546 óbitos. Então, houve um decréscimo de 23%.

Essa é a explicação e a grande prova, deputado Edson Piriquito, de quem não vai pelo amor, vai pela dor, e que essa dor seja punindo os infratores e não punindo famílias que perdem entes queridos nas rodovias.

Essa redução houve porque o Código Nacional de Trânsito deu uma dura, como se diz comumente; houve uma fiscalização e houve uma divulgação de que a Polícia Rodoviária estava prendendo, estava multando, estava executando os infratores dentro da lei. E por que houve essa redução? Porque todo motorista começou a se cuidar, começou a respeitar as leis de trânsito, começou a

entender que realmente os cuidados na pista são a proteção à vida. Mas com o passar do tempo e com a diminuição dos patrulheiros nas estradas, com a diminuição dos radares, com a diminuição da segurança, o motorista, como não há ninguém vigiando, começou a ultrapassar a velocidade permitida, começou a carregar além do permitido em seus caminhões, além da carga que é determinada pelo fabricante do veículo; não houve mais a repreensão por parte da polícia pela manutenção mal feita no veículo. E o que ocorreu lá no oeste todo mundo viu pela televisão, a imprensa mostrou, foi a deficiência, deputado Edson Piriquito, no sistema de freio. O técnico mostrou, filmou a deficiência e só um rodado estava com o freio, com uma carga além do limite.

Então, com tudo isso, nós vamos elaborar este documento e encaminhá-lo através da comissão de Transporte, para tentarmos sensibilizar e buscar soluções no sentido de aumentarmos o efetivo em Santa Catarina, para que sejam repostos os equipamentos danificados, as viaturas que estão hoje praticamente obsoletas e para que seja aumentado o número dessas viaturas, como também os postos da Polícia Rodoviária Federal, que foram fechados ao longo dos anos por falta de efetivo.

Não é só a fiscalização como a orientação que nós precisamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, antes iniciar o seu pronunciamento, nobre deputado Renato Hinnig, usando da sua benevolência, como não tive oportunidade de apartear o deputado Reno Caramori, eu queria colaborar com a sua fala dizendo como é triste a situação do ser humano com relação à questão da condução de um veículo.

O veículo é uma arma e nós não temos a noção do perigo que carregamos conosco ou do perigo que nos carrega. E nós deveríamos fazer uma reflexão profunda com relação à condução dessa arma, num trabalho feito com muito empenho, para alcançarmos um nível de conscientização necessária.

Neste final de semana, quando eu vinha da praia de Zimbros, ocorreu um grande engarrafamento no sentido Balneário Camboriú. E no que eu vinha na BR-101, sentido Balneário Camboriú, sentido norte do estado, diversos carros usavam de um dispositivo de fazer ultrapassagem pelo acostamento. Eu fiquei parado e pensei: sou um otário, por que não passo pelo acostamento também?

Então, podemos ver o que o ser humano faz, depois que acontece o problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado Edson Piriquito, o Regimento Interno prevê um minuto e v.exa. já falou um minuto e 15 segundos.

V.Exa., na sequência, poderá pedir um aparte ao deputado Renato Hinnig e completar o raciocínio.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com sua permissão, gostaria de registrar a presença, em nosso plenário, do jornalista João Batista, de Calmon, estudante de jornalismo em União da Vitória, um guri que iniciou, há alguns anos, treinando num bloquinho com lápis e hoje está fazendo o curso de jornalismo. E ele disse que não usou, na época, o privilégio que poderia ter pela cor, ele fez vestibular disputando com todos os alunos. Passou entre os primeiros lugares em jornalismo e está quase no final do curso.

Parabéns, JB. Continue assim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, antes de iniciar a minha fala concedo um aparte ao deputado Edson Piriquito, para que ele conclua a sua locução.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Srs. deputados, continuando o assunto, quero reconhecer aqui que eu próprio ultrapasso o limite de velocidade. Não vou aqui bancar o hipócrita e o demagogo dizendo que só os outros cometem erros. Nós, às vezes, seja lá o que for, acabamos acelerando um pouco a mais e se não houver a repressão e a disciplina, pode ter certeza de que essa estatística que v.exa. trouxe hoje aqui no plenário vai aumentar e o número de acidentes, infelizmente, também aumentarão.

Então, tem de haver, sim, uma forma de coibir os maus motoristas, para que eles não tirem mais a vida de pessoas inocentes.

Esta é a minha explanação! Parabenizo o deputado Reno Caramori, porque é muito fácil vir aqui em plenário e dizer que somos contra qualquer tipo de radar, qualquer multa, qualquer tipo de regulamentação. Claro! Popularamente, não é bom ser multado ou receber algum tipo de repressão, mas, segundo o resultado das estatísticas, o trânsito mata mais do que qualquer guerra; talvez todas as guerras que já existiram no mundo, somadas, não mataram como o trânsito.

Muito obrigado, deputado Renato Hinnig, pela compreensão de v.exa. permitindo que eu terminasse o meu raciocínio.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Quero aproveitar para fazer minhas as suas palavras e parabenizar o deputado Reno Caramori por ter trazido esse assunto à pauta e dizer que foi com pesar que não pude participar da audiência pública lá, mas estou me solidarizando com a causa dizendo que vamos lutar juntos para melhorar essa problemática que é o trânsito.

Na mesma linha, gostaria de trazer aqui a questão dos pedágios.

Santa Catarina é, ainda hoje, território livre de pedágio, mas com o edital que foi recentemente lançado merece algumas indagações, algumas reflexões a respeito. E é isso que me proponho a discutir hoje, neste espaço.

Da forma que está previsto, vamos pagar pelo que ainda não temos e será cobrado em cima do que vão construir. Essa é uma coisa que deixa muitas interrogações a respeito sobre o que realmente vai acontecer.

Segundo o edital, também foi dado um prazo muito exiguo para as empresas poderem participar desse certame, um prazo de apenas 45 dias, o que por certo excluiu novas alternativas, novas empresas que pudessem querer participar desse certame dos pedágios. Isso é óbvio que beneficiou as concessionárias que já existem, porque nenhuma empresa nova conseguiu participar desse certame.

Alguns trechos pedagiados no país têm um lucro de 260% ao ano e a concessão é dada por 25 anos. Então, é um casamento indissolúvel, que não tem nenhuma possibilidade de divórcio e que produz efetivamente um lucro muito grande para quem ganha a concessão. Será que não seria muito mais justo se nós discutíssemos uma proposta de cobrança de pedágio em cima de quilômetros rodados? Eu penso que nós temos que aprofundar essa discussão e já temos tecnologia para isso.

A partir de 2011, todos os veículos que trafegarem nas rodovias do nosso país serão obrigados a ter um *chip* de controle com todos os dados. E essa informação foi prestada pelo presidente da Federação dos Transportadores de Carga, o companheiro Pedro Lopes, que é um profundo conhecedor do assunto e tem se dedicado muito a essa questão de transporte e do pedágio, pois tem participado de muitas reuniões em outros estados do Brasil e até mesmo em Brasília.

Nós devemos ainda considerar que o edital não prevê os ganhos com a faixa de domínio, que é a questão do uso de *outdoor*, os cabos de fibra ótica, tudo que passa às margens das rodovias e que garante uma receita extra para quem detém a concessão. Isso não foi estabelecido no edital e, sem dúvida alguma, se bem explorado, dá uma receita extraordinária.

O cálculo sempre é feito somente em cima dos veículos que rodam e também com base no movimento inferior ao que é real. Há também que se desconfiar dos baixos valores de cobrança estipulados durante a realização do leilão, que decidiu sobre a exploração dos trechos de rodovias federais. É preciso exigir das concessionárias a relação das obras que serão realizadas com a cobrança de valores tão baixos, porque temos certeza de que a cada nova obra realizada nas rodovias pela empresa espanhola OHL, que ganhou o direito de cobrança durante 25 anos, novos valores devem ser repassados para a população.

Essas são coisas que merecem a nossa reflexão, merecem a nossa mobilização, como estamos fazendo, para que se o pedágio, infelizmente, se instalar em Santa Catarina tenhamos condições de discutir um novo modelo, uma nova formulação, a fim de que não passe apenas a ser mais um encargo a ser pago pelos usuários das rodovias.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Deputado Renato Hinnig, infelizmente, às vezes ficamos pensando como é que as coisas acontecem, como é que o presidente Luiz Inácio foi fazer isso com Santa Catarina.

Eu pergunto a v.exa., deputado Pedro Uczai, presidente do PT em Santa Catarina: como é que o presidente Luiz Inácio foi dar esse presente para nós? Onde está a cabeça dele? Primeiro duplica com o dinheiro público e depois passa para uma empresa privada explorar nesse contrato indissolúvel. Que presente que o presidente Luiz Inácio deixou aqui para Santa Catarina e para a população catarinense!

Tantos anseios, tantas obras necessárias que a gente espera do governo federal e o presidente Luiz Inácio deu esse presente para nós. Era só esta participação, deputado.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu queria ainda aproveitar este último minuto para trazer a informação de que o PMDB, com a mobilização que fez no estado de Santa Catarina por novas filiações, contabilizou cerca de 19.000 novos filiados até o último dia de setembro.

Isso realmente demonstra que o partido está forte, está contando com adesões de novas pessoas e, sem dúvida alguma, isso nos deixa muito confortado, porque sangue novo sempre é necessário, importante e bom para revitalizar o nosso trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e todos que acompanham a sessão nesta tarde, quero, inicialmente, falar sobre transporte.

O sr. deputado Reno Caramori trouxe aqui o debate sobre o transporte rodoviário, o sr. deputado Renato Hinnig trouxe o debate aqui sobre o pedagiamento e quero concordar com v.exa. nessa sua preocupação, à medida que nós aqui, como princípio histórico, sempre nos manifestamos contrários à privatização das rodovias e por isso temos que estar atentos. E a Frente Parlamentar desta Casa precisa acompanhar esse processo do pedágio, mas pelo menos já surtiu dois efeitos desse movimento do pedagiamento.

Primeiro, os preços definidos nesses lotes, nessa conjuntura nacional, colocou São Paulo na rota do debate dos altos lucros do pedágio cobrado em São Paulo. O próprio governo estadual está muito preocupado com a soma exorbitante, vergonhosa ou criminosas dos pedágios privatizados no estado de São Paulo pelo PSDB do governo anterior, do FHC, e dos governos estaduais do estado de São Paulo. Ele está denunciando que uma empresa espanhola, que vai cobrar em torno de R\$ 1,00 a praça em Santa Catarina, na BR-101, por exemplo, permite colocar em xeque, em denúncia toda a cobrança dos pedágios no Brasil inteiro.

Mas a minha preocupação é outra. Deputado Reno Caramori, com relação aos números que v.exa. trouxe de veículos e de caminhões, queremos saber onde nós vamos parar daqui a dez, a 20 anos com esse incentivo de uso particular de carros.

Na audiência pública do PPA, realizada na semana passada, que contou com a presença de dezenas de parlamentares, nós trouxemos o debate sobre a importância de construir outros instrumentos de transporte coletivo e outras formas de mobilidade urbana inclusive.

A rodovia da integração que poderá ligar o leste de Santa Catarina com o oeste, que poderá ligar os estados vizinhos e os países do Mercosul com Santa Catarina é uma das alternativas estratégicas para o futuro, para o transporte de cargas e de passageiros.

O PPA do governo de estado, lamentavelmente, contempla só de um lado. Ferrovia é o lado positivo, mas ele contempla somente com R\$ 4 milhões. Portanto, é insignificante o que o governo do estado vai investir em ferrovias aqui em Santa Catarina. Não pode só fazer discurso político. O governo federal precisa contemplar a ferrovia leste-oeste e a ferrovia do litoral no PPA ou nos investimentos que serão feitos de 2008 a 2011.

Em segundo lugar, no espaço urbano, aprovamos uma resolução na comissão de Constituição e Justiça para implantar bicicletários nos espaços públicos, começando pela Assembléia Legislativa.

Estamos dando entrada nesta Casa a um projeto de lei que implanta um programa de incentivo, e uma política pública, ao uso de instrumento não motorizado para a mobilidade urbana nas rodovias estaduais de Santa Catarina com ciclovias, com ciclofaixas, constituindo espaços físicos para conseguirmos projetar, num horizonte futuro, e que seja o mais breve possível, outras formas de mobilidade, de transporte urbano não motorizado como as bicicletas.

As bicicletas, em várias cidades do mundo estão se transformando em alternativa; em várias cidades do mundo existem ruas onde não mais trafegam veículos motorizados, somente veículos não-motorizados. A capital do estado deveria ser a capital deste país em utilização de instrumentos não-motorizados para a mobilidade urbana.

Devemos ampliar o transporte coletivo, ônibus, o ferroviário e hidroviário para pensar o futuro deste país ambientalmente, socialmente e economicamente falando. Caso contrário iremos ver mais repressão, mais mortes no trânsito, mais lombadas eletrônicas, mais pedágio, mais multa e mais violência.

Este é um círculo vicioso que não resolveremos se não mudarmos o modelo de desenvolvimento do país e o modelo de transporte de passageiros, principalmente o transporte coletivo, que deve ser hidroviário, rodoviário e os ônibus, e no espaço urbano os instrumentos não-motorizados. É nessa direção que temos que fazer esse debate, fazer essa discussão, porque quando acontecem as tragédias, coloca-se a necessidade de mais repressão e de mais violência pelo estado, que enquanto ente, tem sido muitas vezes o protagonista da produção da violência no interior da sociedade.

Temos que construir alternativas de transporte, alternativas não só de carga, como as ferrovias, mas também transporte de passageiros, e não só transporte de veículo motorizado de um passageiro somente, como acontece nas principais cidades deste país e deste estado.

É nesse contexto que queremos dar a nossa contribuição, introduzindo veículo não motorizado nas principais cidades do estado. Estamos dando entrada a este projeto de lei nesta Casa para contribuir com a mobilidade urbana e com a qualidade de vida.

Por isso, a aprovação do projeto de resolução na comissão de Constituição e Justiça esta semana, nos dá a certeza de que esta Casa também vai implantar um bicicletário, para com essa infra-estrutura permitir que servidores desta Casa... E esta Casa pode dar o exemplo que usar a bicicleta em áreas planas, como é a ilha, serve para reduzir custos de transporte do usuário.

Primeiro, permite dar uma resposta econômica. Segundo, diminui o estresse e a conurbação de veículos no espaço urbano de excesso de veículos na capital. E terceiro, permite uma resposta não só ambiental, mas também de saúde pública, porque quem se exercita fisicamente vai construindo uma alternativa de saúde. Resposta ambiental, resposta para a saúde e resposta econômica.

Falava para o prefeito Dário Berger, e também em outros espaços, em audiências públicas quando se estava discutindo o Plano Diretor na capital e nas demais cidades do estado, que é preciso produzir ciclofaixas, ciclovias, porque lamentavelmente a nossa cidade é feita para especular e para carros

particulares. Quase não há espaços para pedestres, não existem calçadas padronizadas e não há espaço para os ciclistas nos espaços urbanos.

É preciso construir políticas públicas para que a cidade seja feita para o cidadão, para as pessoas e não para automóveis ou para especulação imobiliária.

Esse é o eixo central para pensar o futuro, porque senão iremos aumentar a violência, a poluição e o estresse urbano, e não resolveremos o problema com mais repressão, com mais violência produzida pelo estado. O estado tem que constituir políticas públicas que produzam qualidade de vida e cidadania aqui no estado e na capital.

Por isso queremos dar a nossa contribuição com esse debate nessa direção, nesse horizonte. Chega de violência, chega de repressão aos cidadãos catarinenses e chega de violência nas estradas!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Edson Periquito, que representa o Balneário Camboriú e outros municípios do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu quero anunciar a presença, nas nossas galerias, do presidente da Câmara de Bom Retiro, Vicente Francisco Fernandes, e também dos vereadores Dalmir Sebastião Hemckmeier, João Batista da Silva e Volnei Carlos Nunes, também daquele município. Quero saudá-los em nome desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos os nossos vereadores de Bom Retiro e também os de Urubici que estão aqui conosco.

Com a palavra o deputado Edson Periquito, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PERIQUITO - Sr. presidente, nosso nobilíssimo colega correligionário do PMDB, deputado Rogério Mendonça, nosso amigo Peninha, srs. deputados, pessoas que aqui estão, as que nos assistem através da TVAL e as que nos ouvem através da Rádio AleSC Digital.

Eu venho tentando focar o meu trabalho nesta Casa em cima do cumprimento da linha daquilo que nós assumimos quando fomos candidato a deputado, por esse motivo que aqui estamos.

Em Balneário Camboriú, um dos nossos compromissos, uma das nossas bandeiras, uma das nossas propostas foi a busca pelo aumento da segurança naquela cidade. Como vereador, como eu falava antes, tivemos uma luta incansável na questão dos salva-vidas na praia, deputado Pedro Uczai, para que eles permanecessem durante todo o ano e não somente na alta temporada.

Para que nós chegássemos a ter esse entendimento fizemos um estudo, e tivemos como parceiros, como auxiliares técnicos, a Funsalvasc, uma fundação aqui de Santa Catarina, que tem sua base em Balneário Camboriú e que é totalmente habilitada, preparada e treinada pela Corporação dos Bombeiros Militares do estado catarinense em salvamento aquático. E naquele estudo, nós acabamos levantando, em números, a quantidade de mortes por afogamento naquele balneário.

Vejam: qual a razão do sucesso, deputado Professor Grando, de Balneário Camboriú, uma cidade bela, maravilhosa, linda, senão a sua característica geográfica? Uma cidade sem igual! E dentro dessa característica geográfica, nós tivemos o privilégio de ter as nossas praias agrestes, mas também a nossa praia central como a nossa atração principal, a mola propulsora do desenvolvimento do turismo de Balneário Camboriú. Todos se encantam com a maravilha daqueles 6,8 quilômetros de extensão que temos de praia, no centro de Balneário Camboriú.

Durante a temporada nós temos um efetivo de salva-vidas militares e contratados pela própria Funsalvasc, essa fundação sobre a qual eu falei agora. Mas na baixa temporada, os cinco postos existentes em Balneário Camboriú, acabam ficando inoperantes. Não existe o trabalho de vigilância, de atenção, de segurança na praia de Balneário Camboriú, durante a baixa temporada.

Nesse levantamento que foi feito pela Funsalvasc, nós amargamos, em dez anos, deputado Professor Grando, no período de baixa temporada, quero frisar muito bem isso, no período de baixa temporada, que é considerado de março a dezembro, 26 mortes por afogamento. Vejam quanto vale a vida!

Agora, imaginem 26 vidas, tanto de moradores da nossa cidade de Balneário Camboriú, como também de turistas.

Quando fomos vereadores lutamos muito, e muito mesmo, para termos salva-vidas o ano inteiro. Infelizmente, sempre com a justificativa da falta de recurso, da falta de condições, a prefeitura municipal não fazia essa contratação na baixa temporada, embora no período da alta temporada muitas vezes tenha participado realizando convênios com a Funsalvasc.

Mas vejamos: as pessoas são convidadas a vir a Balneário Camboriú, o mar lindo e maravilhoso convidando-as a se banhar e nós, como uma cidade turística que vive somente do turismo, que vive do desenvolvimento do turismo - essa é a nossa indústria em Balneário Camboriú -, nós, como homens públicos, como Poder constituído, não damos a garantia do banho de mar às pessoas que solicitavam, que vinham a Balneário Camboriú e que necessitavam dessa atenção. Isso infelizmente fez amargarmos o prejuízo lamentável dessas baixas, dessas mortes por afogamento.

E agora, como falei anteriormente, estou tendo o prazer de, como deputado estadual; deputado representante do governo da minha região; único deputado representante da região da Amfri, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, deputado Peninha, que representa o Balneário Camboriú e mais dez municípios pertencentes a essa associação, de transformar esse nosso antigo sonho numa realidade.

Através de uma parceria com a secretaria de Cultura, com o deputado Gilmar Knaesel; através de uma parceria com a Celesc, na pessoa do dr. Eduardo Pinho Moreira, pela primeira vez, nos 43 anos de Balneário Camboriú, teremos a contratação de salva-vidas durante todo o ano.

Estamos viabilizando a contratação de 17 homens, 13 profissionais do salvamento e mais quatro auxiliares, mais quatro pessoas que os acompanham, que fazem parte do corpo organizacional, para que Balneário Camboriú entre para a história do turismo, mas do turismo com segurança; entre para a história de uma cidade eminentemente turística preocupada com a condição das pessoas que a visitam, como também das que nela moram.

Uma vez firmado e aprovado esse projeto, nós vamos viver outro momento. Além da atenção do monitoramento que esses salva-vidas darão a Balneário Camboriú, com certeza eles ainda dedicar-se-ão em ampliar os seus serviços. Qual seriam eles? Em Balneário Camboriú, existe a cultura da caminhada na praia, recomendada até pelos médicos. Esses salva-vidas civis vão trabalhar, através desses projetos que estamos viabilizando no estado, medindo a pressão, fazendo o monitoramento das pessoas que caminham, além de desenvolver projetos com as crianças da rede pública, fazendo orientações sobre o mar, as correntezas, as bandeiras e o que elas significam.

Quer dizer, vamos viver o momento sem igual na cidade de Balneário Camboriú. Com certeza o governo do estado, a pessoa de Luiz Henrique, deixará a marca positiva da sua passagem naquele município.

Da mesma forma o dr. Eduardo Pinho Moreira, com a sua participação, e destinando o percentual, o valor envolvido e o direcionando ao Fundo de Turismo, vai viabilizar esse projeto que será na ordem de R\$ 300 mil ao ano.

Então, eu creio que nós temos um motivo tremendo para comemorar e ficarmos felizes. Da mesma forma que nós, como deputado estadual preocupado com o desenvolvimento da nossa cidade, da nossa região e de todo o estado, marcamos positivamente a nossa passagem por esta Casa.

Continuaremos na busca do aumento da segurança, porque não temos o entendimento de uma cidade turística transformar-se, evoluir-se, sem ter uma atenção necessária e muito forte em cima da segurança. Agora, vamos fazer um projeto para que a secretaria de Segurança Pública tenha condições de aumentar o efetivo policial em Balneário Camboriú. A situação hoje da insegurança, não só em Balneário Camboriú como em nossa região, não permite que fiquemos calados, que sejamos apenas observadores. Vamos trabalhar fortemente para que a atuação da Polícia Militar, bem como o desenvolvimento da Polícia Civil venha a evoluir e aumentar na nossa cidade.

Necessitamos, sim, que o governo do estado dê mais atenção; necessitamos sim, que se venha nesta Casa transformar, para fazermos com que esse sentimento de insegurança, hoje que existente em Balneário Camboriú, desapareça.

Precisamos mais uma vez, vou repetir, de pelo menos mais 50 policiais na cidade de Balneário Camboriú e temos um projeto que vamos apresentar na seqüência, quando pretendemos levar dinheiro novo para a secretaria de Segurança Pública na ordem de R\$ 60 milhões por ano. Isso será um grande diferencial na aplicação

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o próximo orador inscrito deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Gostaria de agradecer ao deputado Manoel Mota, serei bastante rápido sr. presidente.

Saudando todos os parlamentares, quero dizer que este parlamentar vai lutar, como muitos já lutaram e esqueceram que o encaminhamento dado nesta cidade é o aproveitamento da atual penitenciária como área de lazer, talvez a maior área de lazer do município. Não se deu continuidade, e a penitenciária ainda continua na região da Agronômica, no morro que tanto estimamos que é o Morro da Penitenciária, onde, quando prefeito, colocamos ônibus.

Naquele local, tanto as pessoas pobres, como as de classe média e até mesmo as ricas, poderão utilizar-se da área de lazer, que ficará perto do Centro Integrado de Cultura. Inclusive seria feita, sobre a rua Lauro Linhares, uma passarela para ligar o Centro Integrado de Cultura ao futuro centro de lazer já determinado, já autorizado.

Se não me engano está na SC Parcerias, que seja viabilizada aquela área de lazer, porque a cidade não suporta mais a penitenciária dentro dela.

Estou encaminhando requerimentos ao governador, à secretaria de Justiça e à SC Parcerias para que possamos, junto com as forças vivas do Plano Diretor e de todas as associações, fazer que realmente essa obra comece a se viabilizar.

E nós, como ex-prefeito e parlamentar de Florianópolis, vamos lutar e vamos conseguir que realmente esse projeto comece a andar. Então, todos poderão usufruir, até mesmo a população do Morro do Horácio. Quem passa por lá para ir ao norte da ilha ou à nossa Lagoa, poderá usufruir de um grande centro de lazer, de educação e de cultura. E até porque agora vieram recursos do Besc e serão aplicados, como eu li nos jornais de hoje, mais de R\$ 50 milhões em Segurança. Está aí uma forma de fazer com que esse projeto caminhe e o governador dê de presente à capital de todos os catarinenses essa grande obra que poderá surgir no lugar da Penitenciária Estadual.

Um outro assunto que gostaríamos de comunicar é que iremos enviar, com a autorização do deputado Onofre Santo Agostini, um requerimento a todos os municípios, ao prefeito e à Câmara de Vereadores. Vejam que foi derrubado nesta Casa o veto ao projeto do deputado que permite que cada criança ao nascer numa maternidade ganhe uma árvore, e assim, a exemplo de algumas cidades que já estão adotando, poderemos pedir aos prefeitos que, para cada criança que nasça no seu município, seja plantada uma árvore. Com isso estaremos diminuindo custos e viabilizando uma bela sugestão apresentada pelo deputado Onofre Santo Agostini, que, certamente irá concordar.

Portanto, vamos enviar o requerimento fazendo um apelo para que os próprios vereadores e prefeitos coloquem em prática esse projeto no seu município, a exemplo de Timbó e de tantos outros municípios.

Então, isso vai partir como sugestão nossa para que possamos chegar à descentralização em cada município, lá onde a pessoa nasce, cresce, trabalha, produz e torna-se cidadão.

Portanto, como um dos assuntos, nós nos pronunciamos hoje sobre o aproveitamento dessa área da Penitenciária Estadual próxima ao CIC, localizada numa região privilegiada, como área de lazer - o que já foi autorizado - para que realmente possamos fazer com que a população da capital de todos os catarinenses tenham uma melhor qualidade de vida.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Prezado deputado Professor Grandó, quero comentar sobre os vetos da votação de hoje. Esta Casa rejeitou o veto do governador com relação a se destinar, para cada nascituro, uma muda de árvore, que seria então plantada.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Isso é a vontade do governador, e vamos fazer o que ele sempre fez em parceria com os municípios, com as Regionais.

Então, realmente não teria motivo para o que se chama de vício de origem. Ao contrário, é um projeto que todos gostamos, inclusive o próprio governador.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Exatamente o que eu queria discutir com v.exa. é que o veto do governador não significa que ele é contra esse projeto. Não! Mas apenas que se busque maneiras para viabilizá-lo para que não seja necessário, amanhã ou depois, colocarmos na porta de cada maternidade uma estrutura do estado para se destinar uma muda de árvore à família de quem nasceu.

Então, o segundo veto que quero comentar com v.exa. é com relação ao veto do HPV, que dá a impressão de que este governo é contra um programa de vacinação anti-HPV em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Deputado, mas daí nós vamos ter a solução, porque em nível federal está sendo aprovado também através do Congresso. E com certeza o nosso secretário da Saúde, Dado Cherm, a Carmem, o governador e todos nós somos favoráveis e iremos encontrar essa solução.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Então, veja que esse acréscimo de v.exa. é muito importante. A vacina do HPV está chegando agora no Brasil. E quando começou a produção da vacina, que não foi no Brasil, a senadora Ideli Salvatti já entrou com um projeto colocando que o ministério da Saúde bancaria a vacinação para todos aqueles que precisarem, para toda a faixa de homens e de mulheres que necessitarem dessa vacinação.

Nesse sentido, o governador orientou o veto, até por ser um projeto que viria simplesmente a ser uma abundância em termos de ação na Saúde. O programa da vacinação cabe ao ministério da Saúde.

E todos os pacientes que tiverem indicação médica, e fizerem a indicação oficial, têm esse direito por lei, e o secretário tem atendido a todos. Essa vacina é cara, parece-me que cada uma custa na faixa de R\$ 500,00, mas o governo tem pago medicamentos que custam R\$ 1 mil, R\$ 2 mil por mês repetidamente, totalizando R\$ 8 milhões ou R\$ 10 milhões ao ano.

Então, não é o fato de o governo ter encaminhado o veto e a Assembléia Legislativa ter atendido a indicação do governador de votar a favor do seu veto, não significa que a população catarinense não terá a vacina. Todos aqueles que têm a indicação médica, terão, sim, a vacina. E inclusive esse é um programa do ministério da Saúde, e a senadora Ideli Salvatti já encaminhou há mais de um ano pelo Senado, e esse programa seria encampado, então, pelo ministério.

Portanto, foi para evitar essa redundância que a Assembléia orientou a votação a favor do veto que o governador encaminhou.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - V.Exa., como médico, é conhecedor desse assunto.

Muito orgulha-nos ser parlamentar porque essas soluções com certezas serão encaminhadas. Este é o nosso papel: estar aqui presente, ajudar a reivindicar - e isso é possível numa democracia entre Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, porque também muitas decisões em benefício do povo são de natureza judicial - e procurar atender às demandas. Governar é atender às demandas, senão não estaremos governando, e sim aumentando a crise, seja na Saúde, na Educação, na Habitação, na cidadania, na geração de emprego.

Então, muito obrigado! E a nossa luta continua! É isso que nos anima a estar aqui.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o último orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Joares Ponticelli, nascido em Pouso Redondo, no Alto Vale do Itajaí.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pertinho de v.exa., deputado Rogério Mendonça. Se bem que v.exa. é adotado pelo Alto Vale, assim como sou adotado pelo sul, porque v.exa. tem o umbigo enterrado em Nova Trento, bem como o seu irmão.

Agradeço o presente que v.exa., deputado Rogério Mendonça, concedeu a todos nós, o livro. Não pude lê-lo ainda, mas dei uma folheada e vi que a obra do Dante realmente vale a pena ser lida.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, é só para fazer um registro que, hoje, o deputado Manoel Mota ficou prejudicado com esse troca-troca de horário que está havendo aqui. Agora acabou o troca-troca em Brasília e começou o troca-troca no horário das inscrições para falar nos horários da sessão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Só quero dizer a v.exa. que, como não há quórum, se eu quisesse poderia ter pedido a verificação de quórum para que v.exa. não falasse. Eu não fiz isso.

Portanto, é só para dizer que nós também respeitamos a Oposição aqui nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - V.Exa. já fez isso outro dia, e hoje não fez e eu lhe agradeço por isso. Faz poucos dias que fez isso, mas que bom que hoje não o fez. Acho que não devemos mais fazer isso. Eu também já fiz algumas vezes, e há muito tempo não faço mais. Acho que os horários são disponibilizados para todos os deputados que queiram falar da tribuna.

Deputado Rogério Mendonça, mas só que precisamos regularizar isso - e falava com o deputado Manoel Mota inclusive a respeito. E não é nada contra nenhum colega, mas, sobre essa questão de trocar os horários para falar, devo dizer que o Regimento não permite isso. Sei que a Mesa está permitindo porque todos estão trocando, mas penso que para a Mesa Diretora isso é ruim, assim como também o é para a sua assessoria. Portanto, fica uma confusão.

Quero aqui requerer já - e tenho certeza de que com a concordância da maioria dos pares desta Casa - que não se permita mais que isso ocorra, porque há deputados que não chegam aqui cedo e colocam o nome no final da lista. Depois, falam com alguém que se inscreveu antes e fazem a troca de horário. Penso que isso desorganiza o trabalho da sessão e que precisamos cumprir o que o Regimento determina. O que vale é a ordem de chegada, o deputado fala de acordo com a inscrição. E se não falou nas últimas sessões, também existe um dispositivo regimental que permite a prioridade para se manifestar.

Então, quero requerer a v.exa., deputado Peninha, como presidente da sessão neste momento e como membro da Mesa Diretora, que este assunto seja pautado para a próxima reunião da Mesa. Repito, não tenho nada contra ninguém, até porque o deputado Manoel Mota também concorda com esse encaminhamento e tenho certeza de que todos querem essa reorganização acerca dessa matéria.

Mas eu ainda preciso me manifestar acerca do episódio da CPI da Casan no dia de ontem. Antes disso, vou ler aqui uma notícia publicada pelo jornalista Anderson de Jesus sobre a Casan:

(Passa a ler.)

"Propaganda Enganosa

Casan aproveita horário nobre para divulgar obra que ainda nem teve a licitação liberada. Estatal fala que 'está' investindo R\$ 1 milhão, todos os meses, no esgoto da cidade, o que não é verdade. 'Realmente isso não está acontecendo. É propaganda enganosa', admite o prefeito."[sic]

São palavras do prefeito Anderlei Antonelli, de Criciúma, publicada na coluna do jornalista Anderson de Jesus. Repito: estas palavras não são do deputado opositor Joares Ponticelli; são do prefeito Anderlei Antonelli, do PMDB de Criciúma.

Aliás, o prefeito Anderlei Antonelli disse mais nessa mesma entrevista. Disse ele: (Continua lendo.)

"Inimigos estão no PMDB

Prefeito Anderlei Antonelli voltou a afirmar ontem, durante entrevista na Transamérica que não irá discutir política até maio do próximo ano, quando começam a ser definidos os candidatos a prefeitura. Depois de ter o tapete puxado pelos seus colegas de partido o prefeito admitiu que seus maiores inimigos políticos hoje estão mesmo no PMDB. 'Os maiores inimigos são os do partido. Dos adversários eu sei que posso sempre esperar alguma coisa, mas dos colegas de partido não. De onde você menos espera é que vem os maiores inimigos e eles não são fracos', afirmou ao referir-se a Acélio, Ronaldo e Ivo."[sic]

Essa é a coluna do jornalista Anderson de Jesus. Não são palavras minhas, é apenas para registrar. Parece-me que as coisas não vão bem dentro do próprio PMDB de Criciúma. Mas isso é um problema para eles resolverem.

Eu quero voltar a lamentar aqui o sepultamento, ontem, feito por esta Casa, através da CPI que foi constituída, das investigações que se pretendia na Casan. Esse filme já passou nesta Assembléia há algum tempo.

O legislador, ao criar o instituto da CPI, tinha como objetivo exatamente instituir um instrumento para que as minorias pudessem cumprir o seu papel no Parlamento. Por isso que a Constituição prevê que, para constituir uma CPI, são necessárias as assinaturas de apenas 1/3 dos representantes da Casa Legislativa, seja numa Câmara, numa Assembléia ou no Congresso Nacional. É apenas 1/3. Por quê? Porque tem que ser um instrumento das minorias, senão o governo, tendo maioria esmagadora, como tem aqui, não permitiria nunca que as Oposições pudessem cumprir com o seu papel.

O governo Luiz Henrique, que se diz democrático, não deixou, nesses quase cinco anos de mandato, que esta Assembléia pudesse investigar, em nenhuma oportunidade, as várias denúncias contra o seu governo. Primeiro foi o caso do Teatro Bolshoi no Brasil, em que houve denúncias contundentes, demissões, funcionários que foram mandados embora sem nenhuma explicação, recursos públicos que não tiveram a devida prestação de contas, enfim, os mais diversos questionamentos. Esta Assembléia abriu a CPI, o governador Luiz Henrique, com medo das consequências e do que poderia ser levantado, mandou os seus sepultarem a CPI do Balé Bolshoi.

No ano passado, durante o período da campanha eleitoral, Santa Catarina não deve ter esquecido aquela imagem de R\$ 2 milhões em espécie, em dinheiro vivo, encontrados no apartamento de um assessor direto de sua excelência, o governador do estado, Aldo Hey Neto, um cidadão que foi preso durante algum tempo, mas que até hoje não foi explicado de onde veio e para onde iria aquela dinheirama toda.

E olhem que isso é mais dinheiro do que aquele que derrubou a candidatura da Roseana Sarney. Por menos dinheiro do que aquele que foi encontrado no apartamento do Aldo Hey Neto, a Roseana Sarney perdeu a sua candidatura à Presidência da República.

Esta Assembléia constituiu uma CPI e, quando ia iniciar a investigação sobre Aldo Hey Neto, de novo o governador Luiz Henrique da Silveira, com medo das consequências daquela investigação, mandou que os seus sepultassem a CPI do Aldo Hey Neto. E até hoje não deram nenhuma explicação sobre a origem e o destino daquele dinheiro, que certamente iria para a campanha eleitoral, senão ele teria permitido a investigação.

Agora, o caso da CPI da Casan. Denúncias contundentes, mais de 50 pessoas denunciando o uso da máquina. A CPI foi constituída, instalada e quando o governador percebeu que se não socorresse o presidente da Casan iria falar demais, mandou de novo os seus, atropelando o Regimento, atropelando a Constituição, atropelando a legislação, questionar o fato determinado de uma CPI, depois de ela ser instalada, depois de eleger o relator e o presidente. E aí encaminhou para a comissão de Constituição e Justiça o questionamento do fato determinado.

Isso é demonstração de que o governo não é transparente; isso é demonstração de que o governo teme a investigação; essa é a demonstração definitiva de que este governo é frágil e não é correto, porque se fosse permitiria a investigação. Como não permitiu, é porque teme. Se mandou arquivar a CPI, é porque tem medo do que possa ser levantado durante o processo investigatório.

Mas nós não nos demos por vencidos ainda. Quero comunicar que aguardamos o arquivamento formal no dia de hoje e que a partir de agora estamos juntando todos os documentos para, via Judiciário, com um mandado de segurança, pleitear a continuidade dessa investigação que deve ser reveladora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pelo Regimento, o horário já avançou, mas só quero dizer que amanhã voltarei a esta Casa para responder às acusações do eminente deputado Joares Ponticelli.

O governador é quem paga o pato de tudo. As ações são outras e o ataque é sempre ao governador, uma pessoa que com certeza tem honrado Santa Catarina e que derrotou por três vezes o ex-governador Esperidião Amin. E o deputado não absorveu ainda as derrotas que tem levado. E por que tem levado? Devido a esses discursos que não somam, não acrescentam e realmente não trazem nada para Santa Catarina. Temos que criar alguma coisa para construir e, infelizmente, o eminente deputado só luta para destruir e por isso acaba sendo penalizado.

Obrigado, sr. presidente! Amanhã, com certeza, virei à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem aos 25 anos do Neti da UFSC.

Esta encerrada a sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

COMEMORAÇÃO DOS 25 ANOS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA

TERCEIRA IDADE - NETI

PROPOSIÇÃO MESA DIRETORA

SUMÁRIO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Enaltece o trabalho que realiza o Neti da Universidade Federal de Santa Catarina.

MARCOS WANDRESEN - Parabeniza todos os integrantes do Neti pelo trabalho que realizam.

OSMARINA MARIA DE SOUZA - Comenta sua experiência como integrante do Neti.

ÂNGELA MARIA ALVAREZ - Refere-se aos objetivos do Neti.

CLÓVIS WERNER - Aborda a importância do Neti.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa os excelentíssimos senhores:

Professor Clóvis Werner, diretor do Departamento Artístico Cultural, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Professora Ângela Maria Alvarez, coordenadora geral do Núcleo de Estudos da Terceira Idade;

(Palmas)

Sr. Marcos Wandresen, primeiro-secretário, neste ato representando o Conselho Estadual do Idoso;

(Palmas)

Sr. João Cecconi, presidente do Centro de Estudos do Neti, da Universidade Federal.

(Palmas)

Sr. Odilon Conti, presidente da Associação dos Monitores da Ação Gerontológica-AMAG.

Excelentíssimas e prezadas autoridades, srs. professores, srs. alunos;

A presente sessão foi convocada pela Mesa Diretora, com a aquiescência de todos os parlamentares, em homenagem ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina pela passagem dos 25 anos da sua fundação.

Neste momento convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será interpretado pelo coral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a regência da maestrina Miriam Moritz.

(Procede-se à interpretação do Hino Nacional.)

Registramos ainda a presença da sra. Osmarina Maria de Souza, membro da equipe dos idosos do projeto Intercâmbio Comunitário; do sr. tenente da polícia, Osvaldo Cordeiro de Oliveira, neste ato representando o comando-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; do sr. tenente Afrânio Freitas, neste ato representando o comandante da Base Aérea de Florianópolis e da irmã Virginia Soares, presidente do grupo Alegria de Viver.

Em seguida teremos a apresentação de vídeo, intitulado, *Neti 25 anos*, produzido pela agência de comunicações da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a coordenação de Jones Bastos e Mônica Joesting.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Registramos ainda com prazer a presença da sra. Bernadete Muniz, assessora para Entidades Comunitárias, neste ato representando o sr. deputado Renato Hinnig, bem como a sra. Renata Jordani, neste ato representando a Associação Brasileira Alzheimer e Doenças Similares - regional de Santa Catarina.

Nós queremos cumprimentar, inicialmente, a coordenadora Ângela Maria Alvarez e em seu nome cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa e, de modo especial, o representante do magnífico reitor; queremos cumprimentar todos e todas e ao bonito coral da Universidade Federal também o nosso respeito.

Srs. militares que nos honram com a sua presença, ouvintes da TVAL, quero dizer que esta sessão está sendo televisionada e que depois, minha cara Ângela, vamos fazer chegar em suas mãos a fita desta sessão.

Eu estou falando aqui em nome de todos os deputados de Santa Catarina.

Há pouco tempo o Brasil despertou para o reconhecimento da melhor idade. Não se sabe ao certo quando, mas foi bastante tarde ou foi tarde demais, pois a medicina se aperfeiçoou dando mais longevidade às pessoas, que passaram a se cuidar mais, o trabalho passou a receber regulamentação, proporcionando mais segurança e qualidade às pessoas e as leis definiram idade limite para se aposentar. E outras ações a sociedade brasileira compreendeu seguindo mudanças positivas em outros países.

As famílias sempre respeitam os mais idosos, os avós, os tios, mas nem sempre davam ou dão oportunidade para que essas pessoas que nós intitulamos de idosos pudessem continuar as suas atividades ou compreender as suas atividades para continuar a vida produtiva.

Hoje, empresas mantêm seus quadros funcionais às pessoas que já se aposentaram, pois elas têm a experiência que em nenhuma escola as pessoas mais jovens aprendem. Uma universidade só é universidade quando tem na cúpula pessoas com bastante experiência.

Infelizmente, a sociedade no seu todo não dá o devido reconhecimento à pessoa idosa. As pessoas que nós chamamos de terceira idade ou pessoa idosa só começaram a ser respeitadas quando se organizaram. Eu fui prefeito de Curitiba, Ângela, em 1972, e levou algum tempo para que a pessoa idosa começasse a se organizar, porque até então era um estorvo no meio da sociedade.

Eu fui eleito deputado em 1990 e a primeira lei de minha autoria, o primeiro projeto de lei que apresentei nesta Casa foi em 1991. Fui eleito em 1990 e em 1991 tomei posse. O primeiro projeto de minha autoria determina o atendimento prioritário às pessoas idosas nas casas de saúde, nos estabelecimentos bancários, nas repartições públicas e assim por diante. Foi o primeiro projeto de minha autoria sancionado pelo então governador de saudosos memória Wilson Kleinübing, que se tornou lei em Santa Catarina.

Hoje é colocado um caixa em cada banco para atendimento prioritário à pessoa idosa, graças a esta lei. Posteriormente, houve uma lei federal, o Estatuto do Idoso.

Mas eu digo isso, minha cara Ângela, com muita tristeza. Como o ser humano é egoísta, como o ser humano é hipócrita! Foi preciso leis ou são necessárias leis para se respeitar a pessoa idosa! Isso devia ser do sentimento humano, devia ser do nosso sentimento o respeito à pessoa que nós intitulamos idosa. Foi preciso criar o Estatuto do Idoso, foi preciso fazer leis prioritárias para que o idoso tivesse respeito.

Quando eu ia chegando, perguntei ao meu assessor e a minha assessora o que eu iria falar, porque não tinha nada preparado para falar. Mas eu me lembrei de uma historinha que eu faço questão de contar aqui para vocês.

Lá no Canadá, Ângela, existe uma disputa, um campeonato chamado O Lenhador. É um campeonato muito disputado no Canadá. Quem mais lenha corta. Começa às 6h e termina às 18h. E ao longo da história, uma mesma pessoa sempre ganhava o troféu: um velhinho. Sempre esse velhinho ganhava. Até que um belo dia um jovem se preparou física e psicologicamente e disse: "Agora vou derrotar esse velho!" Dia marcado, hora marcada, iniciou-se a disputa. Vários candidatos e eles bateram o machado o dia inteiro. Notava o jovem que o velho enquanto sentava tomava água e ele, jovem, bateu o machado o dia inteiro.

As 18h, encerrada a disputa, vieram os juizes, pegaram a fita métrica e mais uma vez o velho ganhou. O jovem não se conformou, não aceitou e foi ter com o velho. "Explique-me. Eu não sentei nenhuma vez, eu não tomei água nenhuma uma vez e o senhor mais uma vez ganhou. Qual é o segredo?" Daí o velho respondeu para o moço: - "Quando você pensou que eu sentei para descansar, eu sentei para afiar o meu machado. Quando você pensou que eu tomava água, eu colocava água no fio do meu machado para não perder. Por isso mais uma vez eu ganhei."

Essa história parece que se encaixa bem neste momento. Será, meus caros jovens, que não está na hora de a sociedade sentar um pouquinho, afiar o machado da vida, colocar um pouquinho de água no fio desse machado da vida, para começar a respeitar as pessoas que se dedicam em favor dos outros, como aqui estamos vivenciando? Com a ação da professora Ângela, com a participação de todas essas coordenadoras que já passaram nesses 25 anos.

Será que não está na hora de a sociedade pensar um pouquinho e reconhecer um curso extraordinário desse que proporciona mais vida às pessoas?! Lá na minha terra, Ângela, no município de Curitiba, também há uma faculdade da terceira idade, em que eu tive o privilégio de dar a aula inaugural.

Parabéns à Universidade Federal de Santa Catarina; parabéns àqueles que dão esta oportunidade de uma vida mais longa.

Sabe, minha prezada amiga Vera, esses dias eu acompanhei a sua amiga Elisa no supermercado. E eu vou citar o nome do supermercado porque merece ser reconhecido por todos: o Supermercado Angeloni. E seria bom se todos copiassem o que o Angeloni está fazendo. Eu fiz as compras e ao sair do caixa, quem estava fazendo os pacotes, quem conduzia as compras eram os idosos, as pessoas da terceira idade.

Que bom quando os mais jovens podem ser úteis e podem dar mais vidas como aqui está fazendo a Universidade Federal de Santa Catarina!

Eu quero pedir para você, Ângela, e ao representante do magnífico reitor, para que levem os nossos cumprimentos, as nossas felicitações.

Eu fico orgulhoso por saber que há alguém que se interessa pelas pessoas que tanto fizeram pela nação brasileira, que tanto fizeram por este estado catarinense, que tanto fizeram por Florianópolis e que dão oportunidade de elas viverem assim por umquinho mais.

E uma pena, cara Ângela, mas esta Casa deveria estar repleta de autoridades.

Senhores aqui presentes, todas as emissoras de televisão, todos os jornais do estado de Santa Catarina e todas as autoridades catarinenses deveriam estar nesta Casa para assistir à mesma emoção, para assistir à mesma alegria que brota no nosso coração, neste momento. Mas, como eu disse, e vou repetir: muitas vezes a sociedade é hipócrita porque como não há holofotes, não há emissora de televisão, não há jornais neste momento, ela não está aqui presente!

Mas tenham certeza de que este Poder Legislativo tem muito orgulho de realizar uma sessão solene para poder dizer à Universidade Federal de Santa Catarina, muito obrigado! Para dizer à coordenação desse curso, muito obrigado! Para dizer a vocês, pessoas importantes da nossa vida, da vida brasileira, da vida catarinense, que vocês são muito importantes. E, se Deus quiser, a vida haverá de ser muito longa a cada um de vocês, para que continuem com o exemplo de vida, com essa disposição de servir, de aprender.

Como é bonito aprendermos, não interessa a idade; como é bonito vermos pessoas de cabeça branca, como nós outros; como é bonito assistir pessoas que procuram aperfeiçoar-se para ajudar a criar uma sociedade mais justa, mais fraterna.

Por isso eu me sinto muito feliz, hoje, nesta sessão memorável, nesta sessão singela, simples, mas que brota da alma e do coração deste Poder que satisfaz a alegria de cada um de nós ao vermos pessoas como vocês aqui presentes.

Eu já não tenho mais os meus pais, mas podem ter certeza de que nesse olhar sublime de cada um de vocês, nesse olhar sereno de cada um de vocês, nesse olhar que tenta nos focar, eu invoco ou posso até retroagir no espaço e no tempo para ver na figura de vocês a figura de meus pais.

Parabéns a cada uma de vocês! E o Brasil só é grande, Santa Catarina só é este estado maravilhoso graças ao trabalho, ao esforço e, acima de tudo, ao exemplo que vocês dão à juventude brasileira.

Que Deus nos ajude, que a nossa querida Imaculada Conceição de Aparecida, padroeira da nossa terra, abençoe você, mulher brasileira, aqui neste ato presente; que ela, na sua bondade infinita, a proteja, dê ânimo e coragem de não desistir nunca. Terminem este curso, façam outros, como me disse a coordenadora que apresentou neste vídeo tantos cursos bonitos e importantes que vocês poderão fazer.

Um abraço muito fraterno e que Deus nos ajude.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido agora para fazer uso da palavra o sr. Marcos Wandresen, primeiro-secretário do Conselho Estadual do Idoso, neste ato representando aquele conselho.

O SR. MARCOS WANDRESEN - Excelentíssimo sr. presidente desta mesa, nesta sessão solene, deputado Onofre Santo Agostini, em seu nome desejo saudar e cumprimentar as digníssimas autoridades e todos já anteriormente nominados.

Meus queridos integrantes e sobretudo dirigentes do Núcleo da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Hoje vivemos todos aqui um momento especial de júbilo, de esperança, de gratidão e de muito amor, comemorando, em sessão solene do Legislativo Catarinense os 25 anos da Fundação Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Conselho Estadual do Idoso sente-se duplamente feliz pela justa homenagem que está sendo tributada pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, como ainda pela rica história de atenção à pessoa idosa, construída ao longo desses 25 anos com o apoio especial da Universidade Federal de Santa Catarina.

Foram idéias, foram atitudes, foi muita coragem de um grupo de líderes com grandes méritos na política do idoso que encontrou força e apoio em inúmeras organizações, em inúmeras comunidades, mas especialmente na Universidade Federal de Santa Catarina.

Um sonho que se tornou realidade feliz e que agora em sessão solene mostra a grandiosidade da semente lançada que germinou e cresceu viçosa trazendo já agora frutos do saber que engrandecem a Universidade Federal, os dirigentes de hoje e de ontem e integrantes do Neti na passagem dos 25 anos de existência e de presença viva na comunidade.

Parabéns Núcleo de Estudos da Terceira Idade, dirigentes e integrantes, pela passagem desta data. Os aplausos pelas vitórias alcançadas e os votos sinceros de sucesso para essa nova etapa que se inicia, numa nova visão de direitos do idoso que aponta para uma grande inovação na forma de fazer políticas públicas e de promover o atendimento, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa.

Os aplausos à Assembléia Legislativa pelo grandioso gesto de homenagem, em sessão solene, ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC.

Os aplausos à UFSC, que acolheu o idoso - cidadão de direitos e oportunizou um espaço privilegiado ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade, criado há 25 anos, buscando especialmente tornar de fato:

O idoso detentor de todos os direitos de cidadania;

O idoso o principal agente e depositário das transformações a serem efetivadas, através do atendimento e das políticas da pessoa idosa.

A vocês especialmente dirigentes e integrantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, a gratidão sincera por terem aceitado o desafio de voltar a estudar, de voltar a aprender, dando à comunidade o testemunho do servir para o mundo ser melhor para todos.

Que Deus abençoe a todos e que celebremos com muita alegria e amor estes 25 anos dedicados ao servir Santa Catarina e o Brasil."

Meu abraço fraterno, meu carinho especial e o carinho especial do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Convido para fazer uso da palavra a sra. Osmarina Maria de Souza, membro da equipe de idosos do projeto do intercâmbio comunitário.

A SRÁ. OSMARINA MARIA DE SOUZA - Sr. presidente, srs. membros da mesa; sr. representante do professor Lúcio José Botelho, magnífico reitor, meus cumprimentos a todos.

Caros colegas, dona Neusa, professora Lúcia, meus cumprimentos e meus agradecimentos, pela oportunidade que me dão de vir dar o testemunho do que o Neti foi em minha vida, a transformação que proporcionou para esta criatura.

A minha vida tem dois momentos: antes e depois do Neti. Antes, a dona-de-casa, a funcionária da secretaria da Agricultura, a mãe, a costureira, a bordadeira, a aposentadoria e a síndrome do ninho vazio, só costurando e bordando. Um dia olhei para a rua, vi que chovia e chutei o balde. Não é esta vida que eu quero para mim. Eu preciso mudar.

Então, entrei no Grupo de Idosos do Ipsc, depois no Grupo do Sesc e no Neti. Houve então uma mudança muito grande. Não tinha o segundo grau, mas enfrentei o Núcleo de Estudos da Terceira Idade com a dedicação e o apoio dos professores. Depois do curso de monitores tudo mudou: novas perspectivas, novos horizontes, realizações, amigos e auto-estima, porque este é um dos objetivos do Neti, a auto-estima, levantar o astral das pessoas da terceira idade.

A vida passou a ter um novo sentido para mim. Participações constantes no programa de intercâmbio comunitário entre a UFSC e as Prefeituras Municipais do Estado - já estive inclusive em seu município, sr. presidente - em encontros, seminários, fóruns, conselhos de idosos, na Associação Nacional de Gerontologia/SC, em congressos e assembleias. Muito importante, para mim, em especial, foi a participação na Conferência Regional para Política para Pessoa Idosa, quando fui eleita para participar da conferência estadual, e por último para a conferência nacional em Brasília. Foi muito importante.

Outro momento importante foi quando fui convidada para fazer a aula inaugural da Faculdade de Experiência da Unisul, em Tubarão, juntamente com minha colega Orilda. Foi um momento muito importante e gratificante para mim. Fui convidada para fazer uma palestra no curso de graduação, na disciplina de Ergonomia do Envelhecimento e achei que não ia dar conta porque não tenho nem segundo grau, mas fui muito feliz na empreitada.

E ali no Neti, com mais duas colegas, fundamos a Associação dos Poetas, Cronistas e Contistas Catarinenses. Chamamos mais algumas alunas e essa associação está em evidência e em Santa Catarina. Essas mesmas alunas, incentivadas por Paschoal Apóstolo Pitsica, fundaram a Academia São José de Letras, onde ocupo a cadeira 24, de Luís Delfino. Essas mesmas alunas do Neti e outras, fundaram também a Academia de Letras de Biguaçu, onde tenho o prazer de ocupar a cadeira número 20, de João Nicolau Born, um pioneiro na cidade.

Influenciadas novamente por Antônio Apóstolo Pitsica e Octacílio Schüller Sobrinho, fundamos a Academia Desterrense de Letras, na qual ocupo a cadeira número 10, de Oswaldo Rodrigues Cabral, com muito prazer, e que dispensa comentários. E creio até que Florianópolis lhe deve muito, pelo que escreveu sobre esta cidade no livro *Nossa Senhora do Desterro*.

Prezados senhores, quero louvar aqui e agradecer as professoras Neusa Mendes Guedes e Lúcia Hisako Takase Gonçalves, pela feliz idéia de fundar o Neti, que tem ajudado os mais de mil alunos que lá se formaram.

Quero agradecer a professora Ângela pela galhardia com que vem desempenhando seu papel de coordenadora e pedir ao representante do nosso reitor que leve um recado: não deixe nunca o Neti morrer, ele é necessário, porque é lá que vamos buscar um pouco de auto-estima, de amor, e descobrir valores. Foi lá que eu descobri valores. Eu não fazia nada, de repente fiz poesia e já consegui publicar dois livros. Tudo isso foi buscar no Neti, naquela instituição que as professoras Neusa e Lúcia fundaram.

Agradeço aqui, e de algumas coisas posso lhes dizer que tenho orgulho. Tenho orgulho das filhas que tenho; tenho orgulho de ter sido aluna de Antonieta de Barros, grande professora; tenho orgulho porque fiz o Neti, muito orgulho, porque foi ali que a minha vida mudou, era uma mulher que só fazia crochê e hoje escrevo e estou participando de tantas coisas.

Tenho orgulho porque sou neta da Izabel, a escrava, que nasceu no dia 21 de novembro de 1866 e faleceu quando eu tinha 11 anos, mas tive o prazer de conviver com ela.

Quero agradecer a todos e fazer a seguinte leitura:

(Passa a ler.)

"Fui mulata dengosa, brejeira,
Nascida na ilha da moça faceira.
De laço de fita
Na trança formosa...mulata bonita
Pretenciosa,
Cintura tão fina, e saia rodada, a
calcinha mostrava

Se o vento soprava...

Mulata trigueira, feliz e faceira,
Que ia à escola
Por ruas estreitas, de sua cidade
De tantas histórias,
De amor de magia
E felicidade.

Mulata sorriso,
De olhar radiante
De pernas bonitas,
Chamava a atenção
Do jovem passante.

Mulata festeira
De bom reboledo,
Dançava o samba,
A valsa e o fado.
Mas o tempo passou
E tudo acabou.

E agora?

Ah! Agora eu sou,
Mulata cansada,
De rosto enrugado
De pernas tão fracas,
De olhar bem distante
Que mata a saudade
Da moça faceira,
Com fotos e cartas,
Pensando besteira.
Sem saia rodada,
A mulata saudosa
Sem escola e sem fita
Sem dengo e sem prosa.
Sou a mulata feliz
Que tem uma história
De amor e de luta
Pra ser bem contada
Nas tardes fagueiras
Ao pé da figueira.
Sou mulata,
Sem requebro,
Sem trança.

Sou só"

Mas eu sou feliz, senhores, eu fiz o Neti, sou avó e sou bisavó!

Muito obrigada a vocês!

(Palmas)

Só mais uma coisa: com 78 anos posso dizer para vocês que faz três meses que eu concluí o segundo grau.

(Palmas)

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Neste momento, convido a professora Ângela Maria Alvarez, coordenadora-geral do Neti, para fazer uso da palavra.

A SRA. ÂNGELA MARIA ALVAREZ - É muito emocionante o trabalho que realizamos no Neti. Para vocês terem uma idéia, é o exemplo da apresentação aqui da sra. Osmarina.

(Passa a ler.)

"Gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão solene, o deputado Onofre Santo Agostini, todas as autoridades aqui presentes, e os idosos, estudantes da terceira idade, que se encontram conosco, nesta noite, além de outros membros da universidade como, por exemplo, o coral e a maestrina professora Miriam Moritz, que contemplam esta festividade neste momento.

Esta noite nos sentimos muito felizes e honrados pela homenagem que a Assembléia Legislativa presta ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos seus 25 anos de fundação.

Foi em dois de março de 1982, que as primeiras idéias sobre o trabalho com pessoas idosas foram apresentadas para a Universidade Federal de Santa Catarina, por iniciativa das professoras Neusa Mendes Guedes e Lúcia Hisako Takase Gonçalves. Em três de agosto de 1983, o magnífico reitor Ernani Bayer oficializou o Neti como órgão de Pró-Reitoria de Cultura e Extensão através da Portaria n. 0484/GR/83.

Começa então a formação de uma equipe interdisciplinar, na sua maioria de voluntários, alunos, professores da UFSC e membros da comunidade. A partir daí, foi então desencadeado um processo educacional em que o idoso é protagonista de seu próprio envelhecer, pautado nos princípios do Neti que é o da: valorização da pessoa idosa, que é concretizada no reconhecimento de seu potencial e, no incentivo ao seu engajamento responsável e participativo na sociedade.

Por isso os objetivos do Neti são:

1. Inserir o idoso no contexto acadêmico e comunitário, atuando em políticas sociais pertinentes;
2. Redescobrir, recriar, integrar, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia de forma dinâmica, envolvendo e valorizando a produção de todos os integrantes do Neti;
3. Planejar, desenvolver e avaliar atividades interdisciplinares integrando ensino, pesquisa e extensão;
4. Capacitar profissionais para atuar na área gerontológica. Assessorar e interagir junto a instituições envolvidas em questões de envelhecimento.

O pioneirismo do Neti, sendo o primeiro núcleo dentro de uma universidade brasileira, ao abrir suas portas aos idosos, tem contribuído para as discussões políticas sobre atenção aos idosos em Santa Catarina e no Brasil, além de ter liderado nas décadas de 80 e 90 o movimento das universidades da terceira idade.

É imensa a contribuição de profissionais idosos que empreenderam esse desafio e aqui, além de suas fundadoras, devemos destacar o grupo de profissionais que deram continuidade a essa proposta.

Num momento tão significativo para o Neti e para a Universidade Federal, nossa lembrança se volta aos reitores e pró-reitores que acreditaram na inserção da pessoa idosa no contexto universitário, aos professores de diferentes centros de ensino que contribuem mantendo disciplinas nos 16 cursos de extensão para a comunidade e de um curso de pós-graduação: o curso de Especialização em Gerontologia. Lembramos também dos profissionais e idosos que participam dos oito projetos desenvolvidos pelo Neti, além das parcerias e apoio com as entidades não-governamentais ligadas aos projetos e às atividades do Neti.

Lembramos aqui do espírito inovador de muitos professores e estudantes de graduação e pós-graduação, que com novas idéias, desenvolvem ciência e tecnologia para a atenção às pessoas idosas e para atender uma demanda já existente em nossa sociedade.

Queremos partilhar esta homenagem especialmente com os idosos, alunos e ex-alunos do Neti, que no decorrer desses anos participaram ativamente de suas atividades, convencendo-nos, a cada momento, que estávamos no caminho certo. Tantos foram eles, tantas histórias, que alguns até ficaram e encontraram no Neti uma oportunidade de se inserir e colaborar com esse trabalho.

Sem contar aqueles que permanecem na organização e coordenação dos grupos e nos projetos dirigidos à comunidade como a Associação dos Monitores da Ação Gerontológica e do Centro Estudantil do Neti, do Grupo de Apoio à Longevidade, do Grupo 5 de maio, do Grupo de Contadores de História, do Grupo de Artesãs do Neti, do Grupo de Teatro e outras atividades.

Desde seu início, integrantes do Neti têm participado da elaboração e acompanhamento de políticas públicas para terceira idade. Essa participação tem sido contínua, considerando sua participação na criação e a presença de membros do Neti no Conselho Estadual do Idoso, no Conselho Estadual de Saúde, no Conselho Municipal do Idoso e no Fórum Permanente da Região Sul para Implementação da Política Nacional do Idoso. Ainda a participação efetiva em conferências locais, estaduais e nacionais concernentes à área e ainda na condução de entidades científico-cultural em níveis estadual e nacional.

As atividades realizadas no âmbito do Neti/PRCE/UFSC têm contribuído para o desenvolvimento do conhecimento em Gerontologia com a produção de trabalhos científicos nos diferentes níveis de informação, tais como: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, monografias do curso de especialização, discussões e teses. Dessa forma, o Neti, hoje, caracteriza-se como um grande laboratório de estudos acolhendo estudantes em todos os níveis, contribuindo na formação e qualificação desses profissionais para enfrentar os novos desafios da população que envelhece.

Contudo, considerando o acelerado processo de envelhecimento pelo qual passa a população brasileira, com destaque para a região sul, as ações desenvolvidas no Neti são constantemente avaliadas, visando uma melhor prestação de serviços às pessoas idosas, ao mesmo tempo em que vem-se mantendo fiel aos seus princípios de valorização da pessoa idosa e acreditando que a educação permanente é uma necessidade para a prática da cidadania e inserção social dessas pessoas idosas.

Mesmo depois de 25 anos, o Neti é ainda muito procurado pela comunidade para a participação em seus projetos e cursos oferecidos, fato esse que nos estimula para a continuidade do trabalho e a formulação de novas propostas, pois desde a sua fundação a Universidade Federal de Santa Catarina tem respondido e postado-se de forma inovadora às demandas do envelhecimento populacional por meio da articulação do ensino, pesquisa e extensão."

Mais uma vez, neste momento, gostaria de agradecer essa homenagem, em nome no Núcleo de Estudos da Terceira Idade - Neti -, dos idosos de Santa Catarina e dos profissionais que lidam, labutam e trabalham para o desenvolvimento da área da gerontologia.

Muito obrigada a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Em nome deste Parlamento em homenagem ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina pelos 25 anos da promoção, educação e cidadania dos idosos catarinenses, convido o tenente Osvaldo Cordeiro de Oliveira, neste ato representando o comando-geral da Polícia Militar, e o tenente Alfran Freitas, neste ato representando o comandante da Base Aérea de Florianópolis, para fazerem a entrega da placa à professora Ângela Maria Álvarez.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido a minha prezada amiga Elizabete Silveira Brandalise, que nos ajuda a organizar todas as sessões solenes, para, em nome deste Poder, fazer a entrega de flores à professora Neusa Mendes Guedes, que, nesse gesto, elas representem o nosso carinho e o nosso respeito à essa grande figura que é a dona Neusa.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

Convido a maestrina Miriam Moritz para, em nome do Coral da Universidade e em nome de todos os artistas de Santa Catarina, fazer a entrega de flores à professora Lucia Hisako Takase Gonçalves, como símbolo do nosso respeito e da nossa admiração, principalmente, aos nossos irmãos que vêm lá da terra do sol nascente ensinar os seus conhecimentos aos da terra do sol poente. Por isso a nossa querida maestrina fará entrega, em nome de todos nós, à professora Lúcia.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

Agora, vamos ouvir o bonito Coral da Universidade de Santa Catarina, sob a regência da maestrina Miriam Moritz e acompanhado por Guilherme, no teclado; Paulo Sol, no baixo; Francini, no triângulo; e Agogô e Sérgio, na flauta transversa, que prestam uma homenagem ao Neti com três músicas: Canta, Canta Mais, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes,

com arranjo de Carlos Besen; Cantiga do Boi-de-Mamão, folclore catarinense com arranjo de Carlos Besen; e Emoldurada, de Ivan Lins e Celso Viáfora, com arranjo de Pablo Trindade.

(Procede-se à interpretação das peças musicais.)

Concedemos a palavra ao sr. Clóvis Werner, diretor do Departamento Artístico e Cultural, que neste ato representa o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. CLÓVIS WERNER - Quero cumprimentar o deputado Onofre Santo Agostini e todos os integrantes desta Casa; cumprimentar a professora Ângela e todos os integrantes do Neti, assim como seus futuros integrantes; cumprimentar todos os meus amigos que estão lá em cima, outros amigos que estão aqui embaixo, ao lado, enfim, todos os presentes.

É uma satisfação e uma honra muito grande, em nome do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, poder dizer que feliz o estado que tem uma Assembléia Legislativa que presta uma homenagem aos 25 anos de um Núcleo de Estudos da Terceira Idade, porque isso não é só o reconhecimento pelo trabalho realizado nesses 25 anos, mas porque acredito que isso traga no bojo a valorização, a intenção de pensar, de refletir e de fazer cada vez mais em políticas públicas também por todo o idoso no estado e, por que não dizer, no Brasil e no resto de outros países que podemos, com certeza, colaborar com a experiência do Neti.

Em nome da pró-reitora de Cultura e Extensão, professora Eunice Sueli Notário, e também do reitor, quero dizer que feliz da universidade que pode se dar ao luxo de não só ensinar como escola, mas também de aprender com todas as idades. Nós temos creches, núcleo de desenvolvimento infantil, cursos de graduação, de pós-graduação em vários níveis e Núcleo de Estudo da Terceira Idade.

Feliz da universidade que pode aprender com todas as idades! Esse para mim é o grande mérito desta participação do Neti, em que não só aprende e ensina, mas que oportuniza que possamos ter essa convivência de valorização da vida. Se eu troquei uma engenharia para fazer história, foi porque acredito muito na valorização da vida do ser humano e fico muito feliz por isso.

(Palmas)

Como diretor do departamento artístico cultural, participei do coral e encontro ali gente que entrou comigo há quase 30 anos na universidade, gente que não era nem nascida quando eu já participava do coral; é uma satisfação ver que o coral continua trabalhando sob a regência da Miriam Moritz. E vejo que no coral há pessoas de várias idades; há jovens de várias idades, como eu entrei com 20 anos de idade, agora já com quase 50, vejo o pessoal cantando. É uma satisfação poder ver que o coral também faz essa atividade cultural, é uma satisfação poder ter essa participação de todas as idades no coral.

Como diretor do departamento, somos colegas da mesma pró-reitoria e o Núcleo de Estudos da Terceira Idade faz parte da pró-reitoria, cultura e extensão; somos vizinhos e quando entrei na universidade, alguns anos depois, é que foi criado o Neti. Lembro das professoras Neusa, Luci e agora a professora Ângela sempre batalhando por acreditarem numa idéia e ampliando cada vez mais as atividades. E como vizinhos eles fazem também atividades artísticas nas dependências do nosso espaço, e é uma satisfação poder presenciar esse esforço constante.

Acompanhei a professora Ângela recentemente em congressos regionais do sul do Brasil, em outra cidade, e pude ver a dedicação, a postura como ela se coloca perante as mesas de debates científicos, acadêmicos, enfim, sempre levando este trabalho adiante. Então, é uma satisfação poder ver a dedicação da equipe.

E como um eterno aprendiz, como diz a nossa maestrina, a beleza é a coragem de ser um eterno aprendiz, acabei trabalhando com história oral porque tive a felicidade de ter o convívio com pessoas de mais idade, como dizia a maestrina, sou feliz há mais tempo, jovem há mais tempo, e pude viver com pessoas idosas na minha família e acabei me dedicando a um trabalho de memória, de patrimônio e de história oral.

Eu gosto de aprender com as pessoas e gosto de aprender também com as pessoas que têm muitos anos de experiência. Tomara que a nossa sociedade possa de novo e urgentemente valorizar o saber, o respeito e o aprendizado que essas pessoas que estão aí há mais tempo do que nós detêm. Tomara que eu possa viver muitos anos para continuar aprendendo ainda muito mais.

Parabéns ao Neti por esse trabalho, que eu espero que não termine nunca e cresça cada vez mais! Não sei se foi o Neti que quando veio para o lado da igreja chegou para perto de mim ou se eu que estou mais perto do Neti, mas, enfim, parabéns também à Assembléia Legislativa por essa homenagem à Universidade Federal de Santa Catarina, que tem feito este trabalho todo no estado e no Brasil. É uma satisfação receber esta homenagem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a regência da maestrina Miriam Moritz.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Quero agradecer a presença das autoridades que nos honraram com sua participação e tiveram assento nesta mesa, de modo especial ao coral da Universidade Federal de Santa Catarina e todos que compareceram.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão solene convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 514/07

Determina a afixação de cartazes, nos locais que especifica, com mensagem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

Art. 1º É obrigatória a afixação de cartazes, nos estabelecimentos situados no Estado de Santa Catarina, descritos nos incisos deste artigo, contendo mensagens relativas à exploração sexual e ao tráfico de crianças e adolescentes:

I - hotéis, motéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviço de hospedagem;

II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

III - casas noturnas de qualquer natureza;

IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga;

V - salões de beleza, agências de modelos, casas de massagem, saunas, academias de fisiculturismo, dança, ginástica e atividades físicas correlatas;

VI - Postos de serviço e abastecimento de veículos;

VII - outros estabelecimentos comerciais que, mesmo sem fins lucrativos, ofereçam serviços, mediante pagamento, voltados ao mercado ao mercado ou ao culto da estética pessoal.

Parágrafo único. O texto contido nos cartazes terá os seguintes dizeres:

"EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES; DENUNCIE JÁ - DISQUE 100".

Art. 2º Os cartazes com as mensagens de que trata esta Lei deverão estar afixados em local que permita sua observação desimpedida pelos usuários do respectivo estabelecimento e conter versões idênticas dos textos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Parágrafo único. Deverá ser informado no cartaz, o número telefônico por meio do qual qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca das práticas consideradas crimes pela legislação brasileira.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao estabelecimento infrator sanção administrativa na forma de multa, no valor de 500,00 (quinhentos reais), a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo único. Compete ao agente fiscalizador do Estado, por meio de ação própria ou denúncia obrigatoriamente comprovada, a autuação das infrações previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/07

JUSTIFICATIVA

Aliciamento, orgias, tráfico, castração, violência e morte-retalhos da triste história do abuso perpetrado contra crianças e adolescentes no mercado do sexo ou mesmo dentro da família, impondo-lhes uma dor precoce e profunda, além de ser uma violência contra sua integridade física e psicológica e obstáculo a seu desenvolvimento moral e sexual sadio.

Esse tipo de violência e exploração contra menores não é prerrogativa de nossos tempos, contudo é de estarrecer o número crescente de casos reportados, bem como a idade cada vez mais baixa das vítimas. Já há notícias de meninas e meninos de cinco a sete anos entre os que são submetidos a maus-tratos de natureza sexual. Como, muitas vezes, essa despuddorada violência prolonga-se pelo medo e silêncio das vítimas, pode-se imaginar ser maior do que se pensa o número de ocorrências.

Outro aspecto recente do problema é o tráfico de seres humanos, incluindo-se crianças e adolescentes, com fins de obtenção de lucros pela comercialização do corpo. Afastadas de suas referências pessoais e culturais, ficam as indefesas criaturas à mercê dos criminosos. Cidadãos brasileiros menores de dezoito anos são levados para alguns países europeus e para nações contíguas, atraídos pela possibilidade de conseguir empregos rendosos, quando na verdade, vão constituir uma nova modalidade de escravos, visto que serão prostituídos para pagar contas que crescem segundo a conveniência do credor.

Exatamente por sua dependência e fragilidade, crianças e adolescentes não eram considerados seres passíveis de direitos, e tal pensamento perdurou por muitos e longos séculos. Hoje não se admite haver algum grupo humano ao qual não caibam direitos fundamentais segundo suas necessidades. O surgimento de tais direitos ocorre desigualmente no tempo e no espaço, dependendo das circunstâncias sociopolíticas. Novas concepções de organização social vêm suplantando antigas estruturas, pois, afinal, estas nem por terem durado muito seriam mais perfeitas.

É preciso divulgar que a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes é crime e que existe o Disque Denúncia 100 que pode e deve ser utilizado para punir de forma exemplar os que cometem estes crimes hediondos.

Este é o objetivo deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 515/07

Determina a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas ou lâmpadas fluorescentes compactas ou de baixo consumo de energia, nos órgãos públicos da administração direta e nas autarquias do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Governo do Estado de Santa Catarina, obrigado a substituir as lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas ou fluorescentes compactas ou de baixo consumo de energia, em todas as edificações públicas estaduais da administração direta e indireta.

Parágrafo único - A substituição de que trata este artigo poderá se dar de forma transitória de acordo com a inutilização das lâmpadas atuais.

Art. 2º Os novos processos licitatórios de aquisição de lâmpadas pelo Governo do Estado deverão respeitar as normas desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/07

JUSTIFICATIVA

A iluminação responde por 20% de toda a eletricidade consumida.

Uma das maneiras mais fáceis e econômicas de reduzir o uso e os custos da energia, além das emissões de gases-estufa, é substituir as lâmpadas comuns, de luz incandescente, por lâmpadas fluorescentes compactas (LFC) ou lâmpadas ecológicas ou de baixo consumo de energia de alta eficiência.

Estes tipos de lâmpadas podem se encaixar nos bocais das lâmpadas comuns e emitem a mesma luz, porém têm muito mais eficiência energética.

As lâmpadas incandescentes convencionais são extremamente ineficientes. Apenas 10% da energia que consomem são usados para gerar luz; 90% se perdem sob a forma de calor.

Somos sabedores que as lâmpadas ecológicas custam mais caro no momento da aquisição, mas chegam a durar até 10.000 horas - 10 vezes mais do que as lâmpadas incandescentes, e usam 66% menos energia.

O Governo do estado ao implementar esta Lei estará garantindo a redução do consumo de energia nos próprios públicos, além de contribuir com a preservação do planeta.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 516/07

Declara de Utilidade Pública a Associação Literária Florianopolitana, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Literária Florianopolitana, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/07

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Literária Florianopolitana, com sede no município de Florianópolis.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 038/07****ESTADO DE SANTA CATARINA****TRIBUNAL DE JUSTIÇA****Gabinete da Presidência**

Ofício n. 717/07 - GP

Florianópolis, 24 de setembro de 2007.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual JÚLIO CESAR GARCIA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais e respeitosos cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar os préstimos de Vossa Excelência, no sentido de providenciar o trâmite em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar que transforma, cria e extingue cargos nos quadros da magistratura e dos serviços auxiliares do Poder Judiciário estadual.

Colocando-me a seu dispor para esclarecimentos adicionais, aproveito para renovar protesto de elevada consideração e apreço.

Desembargador Pedro Manoel Abreu**Presidente***Lido no Expediente**Sessão de 16/10/07***EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

A estrutura judiciária de Santa Catarina, no que pertine à classificação das entrâncias, é assim constituída:

I - entrância especial;

II - entrância final;

III - entrância intermediária; e

IV - entrância inicial.

Tal situação decorre da alteração em sua divisão e organização promovida pela Lei Complementar nº 160, de 19 de dezembro de 1997, com o agrupamento das antigas 1ª e 2ª entrâncias na atual entrância inicial; da transformação da 3ª entrância em entrância intermediária; e, por fim, da divisão da 4ª entrância, em que 12 (doze) Comarcas passam a compor a entrância final e, apenas uma delas - a Comarca da Capital -, a entrância especial.

Nos últimos 10 (dez) anos, verificou-se, entretanto, significativo crescimento dos Municípios que integram as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar. O que é evidenciado pelo aumento do seu eleitorado e de sua receita tributária. Esse incremento veio acompanhado de elevada majoração da demanda forense, a qual culminou, inclusive, com a instalação de inúmeras Unidades Judiciárias em todo o Estado (Comarcas e Varas), mais precisamente a partir do ano de 2003.

Dentre as informações levantadas pela Assessoria de Planejamento deste Tribunal de Justiça, no Processo Administrativo nº 274016-2007.8 originário desta proposta, observam-se os dados sobre o recente movimento forense nas Comarcas de Blumenau, Criciúma, Joinville, Lages,

Chapecó, Balneário Camboriú, Itajaí e São José, as quais, ao lado da Comarca da Capital, são as que mais contribuíram para o número de julgados no período de 1º de janeiro a 30 de abril do corrente ano, conforme a tabela abaixo:

Comarca	Julgados cíveis	Julgados criminais	Total
Capital	4.512	295	4.807
Blumenau	1.713	128	1.841
Criciúma	1.622	147	1.769
Joinville	1.116	159	1.275
Lages	767	92	859
Chapecó	627	188	815
Bal. Camboriú	690	101	1.791
Itajaí	627	126	753
São José	630	109	739

Frise-se que todos as Comarcas referenciadas têm significativa extensão territorial e apresentaram expressivo crescimento em sua receita tributária, assim como no número de seus eleitores.

Tendo como referência tais aspectos e atendendo ao anseio da Magistratura e às expectativas da Comunidade Jurídica, sobretudo na manutenção de juizes mais experientes nas comarcas de grande porte e na possibilidade de sua ascensão diretamente ao Tribunal de Justiça, decidiu-se pela elevação, para a entrância especial, das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages ao mesmo patamar da Capital.

Outrossim, diante de sua expressão, para a entrância final rumaram as Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul.

Finalmente, Gaspar seguiu à entrância intermediária.

Com o fito de proporcionar a esta Casa a análise sobre os aspectos justificadores da concessão do "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação estadual de regência da espécie.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre seus relevantes objetivos, promover, difundir e facilitar a comercialização direta do autor ao público leitor de todas as obras literárias de florianopolitanos e residentes na capital catarinense, amparar a todos os iniciantes poetas, pensadores, contistas, cronistas e escritores em geral, orientando-os e promovendo seu ingresso na área literária, e empenhar-se junto aos órgãos públicos, bem como junto às empresas privadas para obtenção de recursos em favor da comunidade assistida.

Através de seus objetivos destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 517/07

Dispõe sobre a divulgação da advertência "Se beber, não dirija" em cardápios e panfletos de propaganda de bares, lanchonetes, restaurantes, danceterias, boates, casas de evento e estabelecimentos similares no Estado de Santa Catarina

Art. 1º Os cardápios e panfletos de propaganda, utilizados por bares, lanchonetes, restaurantes, danceterias, boates, casas de evento e estabelecimentos similares, instalados no Estado de Santa Catarina, devem conter, em local visível e com destaque, a divulgação da frase de advertência "Se beber, não dirija".

Art. 2º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários para a regulamentação da presente Lei, dispondo sobre a fiscalização e multas sobre seu descumprimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica concedido aos estabelecimentos de que trata esta lei o prazo de 180 dias contados a partir da data de sua publicação para se adequarem.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

*Lido no Expediente**Sessão de 18/10/07***JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Recentemente a imprensa estadual publicou matéria sobre os acidentes de trânsito no Estado de Santa Catarina, onde muitas cidades catarinenses lideram o ranking por embriaguez ao volante.

Nossa intenção legislativa é promover campanha educativa com o auxílio da iniciativa privada, visando à segurança do cidadão e do trânsito.

Em muitas cidades catarinenses a vida noturna das pessoas é intensificada e muitas pessoas vêm sofrendo acidentes de trânsito, em consequência quase sempre por ingestão de bebidas alcoólicas.

A dosagem alcoólica distribui-se por todos os órgãos e líquidos orgânicos, mas concentra-se elevadamente no cérebro. Cria um excesso de autoconfiança, reduz o campo de visão e altera a audição, a fala e o senso de equilíbrio. A aparente euforia que domina a pessoa, chamada de excitação alcoólica, nada mais é do que a anestesia dos centros cerebrais controladores do comportamento.

Acreditamos que a impressão dessa advertência nos cardápios de estabelecimentos onde são servidas bebidas alcoólicas, estimulará a conscientização dos frequentadores, especialmente motoristas e seus acompanhantes.

Segundo nossa legislação brasileira é considerado estado de embriaguez alcoólica a concentração mínima de 0,6g de álcool por litro de sangue. Entretanto, a taxa percentual de álcool no organismo é influenciada por variações entre pessoas no que se refere ao peso, altura, quantidade e espécie de alimentos existentes no estômago, assim como o tempo decorrido após o ato de beber.

A presente proposição visa chamar atenção de que a associação álcool e direção não combina e transforma o veículo numa arma carregada e o condutor num assassino em potencial.

Ante ao exposto, quanto maior for a divulgação aos cidadãos acerca do risco de se dirigir após a ingestão de bebidas que contenham álcool, mais eficaz será a prevenção de acidentes.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

Importante salientar que aludida reclassificação restou implementada por ato normativo do Tribunal de Justiça, ou seja, por meio da

Resolução nº 36/07-TJ, em face da delegação outorgada pela Augusta Assembléia Legislativa e fruto do que dispõe o artigo 4º da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, que reza:

"Art. 4º A instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades de divisão judiciária referidas no caput do artigo anterior depende de resolução do Tribunal Pleno, que observará:

I - a extensão territorial;

II - o número de habitantes e de eleitores;

III - a receita tributária;

IV - o movimento forense; e

V - os benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial da unidade judiciária."

Os requisitos para a reclassificação foram integralmente atendidos, mas, para que a mudança se efetive no plano jurídico, é indispensável a edição de lei para adequação dos respectivos cargos de Juiz de Direito.

É este o objetivo do artigo 1º do presente projeto.

O artigo 2º, por sua vez, visa a criação de um grupo de 50 cargos de Juiz Especial, entrância por entrância, a saber:

I - 20 (vinte) cargos de Juiz Especial, na entrância especial;

II - 15 (quinze) cargos de Juiz Especial, na entrância final;

III - 10 (dez) cargos de Juiz Especial, na entrância intermediária;

IV - 5 (cinco) cargos de Juiz Especial, na entrância inicial.

A medida, de caráter inovador, encontra amparo na Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 88, § 2º, o qual prevê a possibilidade da criação de cargos de Juiz Especial para atuação em Comarca ou Vara de expressivo movimento forense.

Consoante dispõe o artigo 34 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, é da competência do Juiz Especial

I - substituir os Juizes de Direito em suas férias, licenças e afastamentos;

II - integrar Juizados Especiais e Turmas de Recursos;

III - responder, com competência plena, pelas Varas Regionais e Comarcas que integram a Circunscrição Judiciária em cuja sede esteja lotado;

IV - exercer cooperação com os Juizes titulares; e

V - compor grupos de apoio a unidades de divisão judiciária com acúmulo de serviço forense, sob a orientação do Corregedor-Geral de Justiça.

Neste contexto, sobressai como relevante órgão de substituição e cooperação permanente na Justiça de Primeiro Grau, com a nítida vantagem de já se encontrar incorporado e estabilizado na carreira da Magistratura.

Por tal motivação, deve o Poder Judiciário catarinense fazer uso efetivo dessa importante figura, até para possibilitar a atuação conjugada de dois ou mais Juizes; todos em uma única estrutura cartorária, como verificado na Unidade de Direito Bancário da Comarca da Capital.

Ressalte-se, igualmente, que situações crônicas poderão ser solvidas com a distribuição e o provimento de cargos de Juiz Especial, com a velocidade necessária para tornar verdadeiramente efetiva e eficaz a prestação jurisdicional. Por conta da aprovação de referidos cargos, está prevista a extinção gradativa de 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto.

Em face da criação de novos cargos de Juiz Especial, há a necessidade de constituir sua assessoria, o que fica assegurado pelo artigo 4º.

Com tais mudanças, pretende o Judiciário catarinense elevar os seus níveis de performance para atender, de modo real, os ditames constitucionais que conferem direito a uma Justiça rápida e eficiente, para assegurar aos jurisdicionados a qualidade dos serviços prestados e uma razoável duração dos processos.

Ressalte-se, ademais, a declaração de suficiência de recursos orçamentários para suportar esses novos investimentos.

Por todo o exposto encaminhamos o presente Projeto de Lei à elevada consideração dos membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pugnano pela sua aprovação.

Por derradeiro, roga-se pela sua tramitação em regime de urgência, tendo-se em vista a premente necessidade de movimentação na carreira da Magistratura e melhoria do atendimento jurisdicional em toda Santa Catarina.

TIPO: RESOLUÇÃO Nº 36/07-TJ

ORIGEM: TJ

DATADA ASSINATURA: 17.09.2007.

PRESIDENTE: DES. PEDRO MANOEL ABREU

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 296 PÁG 01 DATA: 24.09.2007.

OBS.: Eleva de entrância as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar.

VIDE: Resolução n. 08/07-TJ

RESOLUÇÃO N. 36/07-TJ

Eleva de entrância as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

- a divisão judiciária estabelecida pela Resolução n. 8/2007-TJ, que cria 3 (três) Subseções Judiciárias, com sedes na Capital, em Joinville e em Chapecó;

- a extensão territorial, o crescente número de habitantes, expresso, até mesmo, na majoração de seu eleitorado, como também a forte receita tributária dos Municípios que integram as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar;

- o alto movimento forense dessas Comarcas, com a conseqüente concentração de várias Unidades Judiciárias; e

- o disposto no artigo 4º da Lei Complementar n. 339 de 8 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º As Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar são elevadas de entrância:

I - as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, da entrância final para entrância especial;

II - as Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final;

III - a Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária.

Art. 2º A transformação dos cargos de Juiz de Direito das Comarcas elevadas será estabelecida por lei.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no artigo 52 da Lei Complementar n. 367, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de setembro de 2007.

DESEMBARGADOR PEDRO MANOEL ABREU

PRESIDENTE

RECLASSIFICAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

Situação pretérita - 1979/1997

Lei nº 5.624/79 a Lei Complementar nº 109/94

• 1ª Entrância - 33 Comarcas

• 2ª Entrância - 20 Comarcas

• 3ª Entrância - 22 Comarcas

• 4ª Entrância - 13 Comarcas

88 Comarcas instaladas

Alteração - 1997

Lei Complementar nº 160/97

• 1ª (+) 2ª Entrâncias = Entrância Inicial

• 3ª Entrância = Entrância Intermediária

• 4ª Entrância (-) Capital = Entrância Final

• Capital = Entrância Especial

Situação atual - 1997/2007

Leis Complementares nº 160/97 e 181/99

• Entrância Inicial - 76 Comarcas

• Entrância Intermediária - 21 Comarcas

• Entrância Final - 12 Comarcas

• Entrância Especial - 1 Comarca

110 Comarcas instaladas

Situação atual - 1997/2007

Entrância Inicial

Abelardo Luz - Anchieta - Anita Garibaldi - Araquari - Armazém - Ascurra - Barra Velha - Bom Retiro - Braço do Norte - Camboriú - Campo Belo do Sul - Campo Eré - Capinzal - Capivari de Baixo - Catanduvas - Coronel Freitas - Correia Pinto - Cunha Porá - Descanso - Dionísio Cerqueira - Forquilha - Fraiburgo - Garopaba - Garuva - Gaspar - Guarimir - Herval do Oeste - Ibirama - Içara - Imaruá - Imbituba - Ipumirim - Itá - Itaipópolis - Itapema - Itapiranga - Itapoá - Jaguaruna - Lauro Müller - Lebon Régis - Maravilha -

Situação atual - 1997/2007

Entrância Inicial

Modelo - Mondai - Navegantes - Orleans - Otacílio Costa - Palmitos - Papanduva - Balneário Piçarras - Pinhalzinho - Pomerode - Ponte Serrada - Porto Belo - Presidente Getúlio - Quilombo - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio Negrinho - Santa Cecília - Santa Rosa do Sul - Santo Amaro da Imperatriz - São Carlos - São Domingos - São João Batista - São José do Cedro - São Lourenço do Oeste - Seara - Sombrio - Taió - Tangará - Trombudo Central - Turvo - Urubici - Urussanga - Xaxim

Situação atual - 1997/2007

Entrância Intermediária

Araranguá - Balneário Camboriú - Biguaçu - Caçador - Campos Novos - Canoinhas - Indaial - Jaraguá do Sul - Laguna - Mafra - Palhoça - Porto União - São Bento do Sul - São Francisco do Sul - São Joaquim - São José - São Miguel do Oeste - Tijucas - Timbó - Videira - Xanxerê

Situação atual - 1997/2007

Entrância Final

Blumenau - Brusque - Chapecó - Concórdia - Criciúma - Curitiba - Itajaí - Joaçaba - Joinville - Lages - Rio do Sul - Tubarão

Situação atual - 1997/2007

Entrância Especial

Capital

Magistratura - 2007

Distribuição na carreira*

- Juiz Substituto - 126 cargos
 - Juiz de Direito de E. Inicial - 96 cargos
 - Juiz de Direito de E. Intermediária - 72 cargos
 - Juiz de Direito de E. Final - 94 cargos
 - Juiz de Direito de E. Especial - 51 cargos**
- (*) induídos os vagos e os penderes de instalação de Vara/Juizo
 (**) induídos os 18 Juizes de Direito de Segundo Grau
 Proposta - 2007

Ajuste pontual: elevação de entrância

- 1 Comarca para Entrância Intermediária
 - 4 Comarcas para Entrância Final
 - 6 Comarcas para Entrância Especial
- Proposta - 2007

Elevação de entrância

- Entrância Intermediária
- Gaspar

+ 1 Comarca
 Proposta - 2007

Elevação de entrância

- Entrância Final
- Balneário Camboriú - Jaraguá do Sul - Palhoça - São José
 + 4 Comarcas
 Proposta - 2007

Elevação de entrância

- Entrância Especial
- Blumenau - Chapecó - Criciúma - Itajaí - Joinville - Lages
 + 6 Comarcas
 Proposta - 2007

Distribuição por entrância

- Entrância Inicial - 75 Comarcas
 - Entrância Intermediária - 18 Comarcas
 - Entrância Final - 10 Comarcas
 - Entrância Especial - 7 Comarcas
- 110 Comarcas instaladas
 Magistratura - 2007

Repercussão da alteração na carreira*

- Juiz Substituto - 100 cargos
- Juiz de Direito de E. Inicial - 97 cargos
- Juiz de Direito de E. Intermediária - 58 cargos
- Juiz de Direito de E. Final - 69 cargos
- Juiz de Direito de E. Especial - 139 cargos**

(*) Incluídos os vagos e os penderes de instalação de Vara/Juizo
 (**) incluídos os 18 Juizes de Direita de Segundo Grau
 Magistratura - 2007

Repercussão da alteração na carreira

- Garantia à posição na carreira
 - Permanência em sua lotação atual até futura movimentação funcional
 - Direito de opção - art. 52, da LC nº 367/2006
- Magistratura - 2007

Reflexo da alteração no subsídio

- TJSC = Desembargador (100%)
- Entrância Especial (-10%)
- Entrância Final (-5%)
- Entrância Intermediária (-5%)
- Entrância Inicial (-5%)
- Início de carreira = Juiz Substituto (-5%)

Inexistência de alteração na política remuneratória
 No futuro, a compactação ...

Compactação e reflexos na carreira/subsídio

- TJSC = Desembargador (100%)
- Nível 3 = E. Especial (-10%)
- Nível 2 = E. Final (-5%)
- Nível 1 = E. Inicial (+) E. Intermediária (-5%)
- Início da carreira = Juiz Substituto (-10%)

Agrupamento das Entrâncias Inicial e Intermediária, com repercussão remuneratória apenas para a Inicial

RECLASSIFICAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
 DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Processo: 274016-2007.8

Parte: Gabinete da Presidência

Assunto: reclassificação de entrâncias.

Estimativa da despesa do anteprojeto de Lei Complementar (fl. 05 e 06) e dados de fl. 14 e 15.

EFEITOS: itens 1 a 3 a contar de junho/2007; itens 4 a 8 a contar de agosto/2007; todos com inclusão de férias e 13°.

1. Diferença Juiz de entrância final para especial - art. 1º, inc. I - nº de cargos (fl. 14):				33
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	307.337,53	28.894,98	336.232,51	
2008	487.931,16	46.954,34	534.885,51	
2009	487.931,16	46.954,34	534.885,51	
2. Diferença Juiz de entrância intermediária para final - art. 1º, inc. II - nº de cargos (fl. 15):				21
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	186.016,82	17.488,76	203.505,58	
2008	295.321,57	28.419,24	323.740,81	
2009	295.321,57	28.419,24	323.740,81	
3. Diferença Juiz de entrância final para intermediária - art. 1º, inc. III - nº de cargos (fl. 15):				4
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	33.610,52	3.159,96	36.770,48	
2008	53.360,28	5.134,94	58.495,22	
2009	53.360,28	5.134,94	58.495,22	
4. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrância especial - art. 2º, inc. I - nº de cargos:				20
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	2.718.357,08	262.681,65	2.981.038,73	
2008	5.914.317,15	569.143,58	6.483.460,73	
2009	5.914.317,15	569.143,58	6.483.460,73	
5. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrância final - art. 2º, inc. II - nº de cargos:				15
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	1.936.829,42	187.160,68	2.123.990,09	
2008	4.213.950,97	405.514,80	4.619.465,77	
2009	4.213.950,97	405.514,80	4.619.465,77	

274016 reclassificação entrâncias.xls

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Processo: 274016-2007.8

Parte: Gabinete da Presidência Assunto: reclassificação de entrâncias.

6 Criação de cargos de Juiz Especial, na entrância intermed. - art. 2º, inc. III - nº de cargos:				10
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	1.226.583,12	118.527,80	1.345.110,92	
2008	2.668.671,33	256.810,23	2.925.481,56	
2009	2.668.671,33	256.810,23	2.925.481,56	
7. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrância inicial - art. 2º, inc. IV - nº de cargos:				5
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$	
2007	582.634,53	56.301,43	638.935,97	
2008	1.267.635,31	121.986,44	1.389.621,75	
2009	1.267.635,31	121.986,44	1.389.621,75	
8. Criação de cargos de Assessor Judiciário - art. 4º - nº de cargos:				50
Exercício	WF 3.1.90.11	Auxílio-Alimentação 3.3.90.46	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$
2007	409.616,63	150.000,00	117.519,49	677.136,13
2008	1.217.285,42	360.000,00	331.229,94	1.908.515,36
2009	1.217.285,42	360.000,00	331.229,94	1.908.515,36

TOTAL				
Exercício	WF 3.1.90.11	Auxílio-Alimentação 3.3.90.46	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$
2007	7.400.985,64	150.000,00	791.734,76	8.342.720,40
2008	16.118.473,20	360.000,00	1.765.193,50	18.243.666,70
2009	16.118.473,20	360.000,00	1.765.193,50	18.243.666,70

EXTINÇÃO DE 26 CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO - art. 3º

Elemento de Despesa	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R\$
Valor de um cargo/mês	16.209,76	1.620,98	17.830,73
Valor de 26 cargos/mês	421.453,69	42.145,37	463.599,06

DRB, em 29/05/07
Silvano do Amaral
Chefe de Divisão

274016 reclassificação entrâncias.xls

Processo 274016-2007.8

Informo a existência de disponibilidade orçamentária para a implementação do objeto proposto, condicionado ao remanejamento de recursos do elemento 319016 da Ação 4345, tendo como destinos os elementos 319011, no valor de R\$ 2.511.263,19, e 319113, no valor de R\$ 519.962,42.

Critério Orçamentário

Objeto	P/A	Elem. despesa	Valor Orçado	(-) Projecção até dezembro	(=) Saldo de Projecção	(-) Desp. comprometidas	(-) Disponibilidade Orçamentária	PC	Valor a comprometer	Exerc.
Projeto de reclassificação de entrâncias (VVF)	4345	319011	291.101.119,00	280.587.771,71	10.513.347,29	5.623.624,84	4.889.722,45	1035	7.400.985,64	2007
Projeto de reclassificação de entrâncias (aux.-alimentação)	4345	339046	33.218.164,00	31.838.163,35	1.380.000,65	0,00	1.380.000,65	1036	150.000,00	2007
Projeto de reclassificação de entrâncias (obrigações patronais)	4345	319113	28.087.733,00	27.815.960,66	271.772,34	0,00	271.772,34	1037	791.734,76	2007

Obs.: As despesas do Sisproject, com implementação prevista para o corrente exercício, não estão aqui consideradas, conforme planilha no verso.

Divisão de Orçamento, 1 de junho de 2007.

Patrícia Terezinha Ulysséa
Chefe da Divisão de Orçamento, e.e.

Senhor Diretor:

Informo a Vª Senhoria que os recursos financeiros do Tribunal de Justiça, advindos dos repasses do Tesouro do Estado, suportam a efetivação da presente despesa, desde que realizada a adequação indicada pela Div. de Orçamento.

Contudo, à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Divisão de Tesouraria, 1 de junho de 2007.

Adriano Vidal Pereira

Chefe da Divisão de Tesouraria, e.e.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor Geral Administrativo

Em 01/06/2007.

Ivan Bertoldi

Diretor, e.e.

De acordo

Des. PEDRO MANOEL ABREU

Presidente

DEMONSTRATIVO DA VERBA DE PESSOAL - ANO 2007

Elementos	PAGO							
	Empenhado		junho a dezembro(1)	Férias	13°	SISPROJECT(2)	Férias/2008	SOMA
Sal.-Fam.(09)	439,79	77,61	588,27					588,27
Vencim.(11)	108.210.520,54	20928.207,71	1.148.471.799,90	4.097.270,41	15.808.180,85	21.116.928,00	4.000.000,00	172.377.251,17
Abono (rub 608)								
Férias (319011.44 e 46)	1.902.216,78	424.058,95						
13°(31901 1.43)	61.244,06	9.096,23						
Subtot	106.247.059,70	20.495.052,53						
Mag		8.218.133,03						
Serv		12.276.919,50						
Obr.Patr.(13)	9.343.162,26	1.990.650,63	16.539.414,77	397.961,11	1.535.422,52	2.328.055,00		18.472.798,40
INSS Comiss (13)	1.317.591,69	340.719,46	2.830.883,72					2.830.883,72
Desp.Var (16)	5.391.772,76	920.475,63	7.647.815,24			228.485,00		7.647.815,24
Terceirização(34)								
Des Ex A (92)	806.239,69	170.007,96	37.637,71					37.637,71
Restos a Pagar	160.000,00							
Indeniz.Trab (94)	29.695,03	3.689,93	30.657,96					30.657,96
Benef. As.(08)	617.567,21	119.886,26	996.080,65					996.080,65
Pess. Física(36)	2.215.836,76	468.175,85	3.277.230,95					3.277.230,95
Pess Jurídica(39)	208.037,81	38.613,02	270.291,14					270.291,14
Aux.-alim.(46)	13.239.395,12	2.656.966,89	18.598.768,23			1.750.000,00		18.598.768,23
Indeniz.(93)	1.419.179,95	210.849,56	1.751.853,53					1.751.853,53
Desp Var (16)								
Aposentadoria(t)	25.887.957,80	4.808.215,04	34.1-15.817,18		5.865.152,06	9.692.064,90		40.010.969,24
Abono (rub 608)								
13.º								
Subtot	25.887.957,80	4.808.215,04						
Restos a Pagar	350.000,00							
Obr.Patr.(13)	178.758,57	37.870,36	265.092,52		46.194,98			311.287,50
Benef. As (08)	38.544,79							
Sal.-Fam.(09)	569,14	51,74	362,18					362,18
Aux-alim.(46)	825.900,00	166.200,00	1.163.400,00			1.70.000,00		1.163.400,00
Des Ex.A (92)	8.319,74							
SOMA	169.739.488,65	32.860.657,65	236.027.693,96	4.495.231,53	23.254.950,42	35.285.532,00	4.000.000,00	267.777.875,90

Elementos	VALOR ORÇADO	PROJEÇÃO até 12/2007	VALOR A PAGAR	SALDO	SUPERÁVIT DÉFICIT
Sal.-Fam.At.(09)	19.500,00	1.028,06	588,27	19.060,21	18.471,94
Vencim.(11)	291.101.119,00	280.587.771,71	172.377.251,17	182.890.598,46	10.513.347,29
Obr.Patr.(13)	28.087.733,00	27.815.960,66	18.472.796,40	18.744.570,74	271.772,34
INSS Comiss. (13)	3.500.000,00	4.148.475,41	2.830.883,72	2.182.408,31	(648.475,41)
Desp Var.(16)	17.403.486,00	13.039.588,00	7.647.815,24	12.011.713,24	4.363.898,00
Terceirização(34)					
Des.Ex.A (92)	2.000.000,00	843.877,40	37.637,71	1.193.760,31	1.156.122,60
Restos a Pagar	160.000,00	160.000,00			
Indeniz Ti ab.(94)	70.000,00	60.352,99	30.657,96	40.304,97	9.647,01
Benef. As (08)	1.322.500,00	1.613.647,86	996.080,65	704.932,79	(291.147,86)
Pess Física(36)	5.793.488,00	5.493.067,71	3.277.230,95	3.577.651,24	300.420,29

Pess Jurídica(39)	480.000,00	478.328,95	270.291,14	271.962,19	1.671,05
Aux -alem (46)	33.218.164,00	31.838.163,35	18.598.768,23	19.978.768,86	1.380.000,65
Indeniz.(93)	4.650.000,00	3.171.033,48	1.751.853,53	3.230.820,05	1.478.966,52
Desp Var (16)	-	-	-	-	-
Aposentadona(1)	71.518.969,00	65.898.927,04	40.010.969,24	45.631.011,20	5.620.041,96
Obr.Patr.(13)	376.539,00	490.046,07	311.287,50	197.780,43	(113.507,07)
Restos a Pagar	350.000,00	350.000,00	-	-	-
Benef. As (08)	172.500,00	38.544,79	-	133.955,21	133.955,21
Sai -Fanl (09)	1.690,00	931,32	362,18	1.120,86	758,68
Aux-allnt.(46)	2.117.600,00	1.989.300,00	1.163.400,00	1.291.700,00	128.300,00
Des Ex.A. (92)	30.000,00	8.319,74	-	21.680,26	21.680,26
SOMA	462.373.288,00	438.027.364,55	267.777.875,90	292.123.799,35	24.345.923,45

OBS 1) Na projeção estão Incluídos 1 .45083%, até dezembro (2,5%, a.a.), sobre

2) As despesas do Sisproject. excluído o PCS, não estão consideradas nas totalizações nem nas projeções e para sua implementação há somente 68.99% de disponibilidade orçamentária

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07

Transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do poder Judiciário Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa Decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os cargos de Juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar são elevados de entrância:

I - nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, de entrância final para entrância especial;

II - nas Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, de entrância intermediária para entrância final;

III - na Comarca de Gaspar, de entrância inicial para entrância intermediária.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no artigo 52, da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau:

I - 20 (vinte) cargos de Juiz Especial, na entrância especial;

II - 15 (quinze) cargos de Juiz Especial, na entrância final;

III - 10 (dez) cargos de Juiz Especial, na entrância intermediária;

IV - 5 (cinco) cargos de Juiz Especial, na entrância inicial.

Parágrafo único. Os novos cargos serão distribuídos e providos por ato do Tribunal de Justiça, com observância, quanto à definição da competência, do disposto no artigo 34 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006.

Art. 3º Ficam extintos do Quadro da Magistratura Estadual, quando de sua vacância, 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no Grupo Ocupacional "Direção e Assessoramento Intermediário", código PJ-DASI, 50 (cinquenta) cargos de Assessor Judiciário, nível 1 (um), coeficiente de vencimento 2,3052.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Esta lei tem seus efeitos retroativos à data da publicação da Resolução nº 36/07 - TJ.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis,

Republikado por Incorreção

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/07

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléa Legislativa de Santa Catarina, do Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos estudantes universitários participantes das Audiências Públicas e Reuniões das Comissões Permanentes.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catarina, o "Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos estudantes universitários participantes de Audiências Públicas e Reuniões das Comissões Permanentes.", que visa aproximar os estudantes universitários e Universidades do Parlamento Catarinense, de acordo com o Programa Conhecendo o Parlamento - Resolução nº 008/05

Art. 2º O Programa na área da pesquisa tem como objetivos:

I - Elaborar um banco de dados sobre o nível de conhecimento que os universitários possuem sobre o Parlamento;

II - Formular pesquisas sobre a ação política da juventude catarinense;

III - Traçar em Santa Catarina um perfil da inserção política do jovem;

IV - Elaborar documentação para subsídio de publicações que visem a divulgação dos jovens catarinenses na política.

Art. 3º O Programa na área de assessoria tem como objetivos:

I - Prestar assessoria aos universitários catarinenses nas pesquisas referentes ao Poder Legislativo;

II - Elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas relacionadas aos jovens e estudantes;

III - Assessoria e fornecimento de informações a entidades, conselhos e organizações não governamentais voltadas ao desenvolvimento dos jovens e universitários em Santa Catarina e de outros Estados brasileiros.

IV - A viabilização das publicações para distribuição nas Câmaras Municipais, bibliotecas de universidades, meios de comunicação e organismos de âmbito estadual, nacional e internacional relacionadas a trabalhos científicos, acadêmicos, monografias, e pesquisas realizadas por estudantes universitários sobre o Poder Legislativo catarinense.

Art. 4º O Programa na área de certificação tem como objetivos:

I - Incentivar a participação dos alunos nas atividades promovidas pelo Poder Legislativo, visando aproximação dos universitários e comunidade escolar com o Parlamento;

II - Certificar, por intermédio da Escola do Legislativo, a participação do aluno universitário nas audiências públicas e Reuniões das Comissões Permanentes realizadas pela Assembléa Legislativa de Santa Catarina;

III - Envolver as Universidades nas atividades parlamentares, para despertar em seus dirigentes a reformulação de currículos escolares, visando a obrigatoriedade de um número mínimo de participação em audiências públicas e Reuniões das Comissões Permanentes.

Art. 5º A Escola do Legislativo de Santa Catarina, por intermédio da Seção de Projetos Especiais, de acordo com o Programa Conhecendo o Parlamento, será responsável pela coordenação, supervisão e avaliação e certificação deste Programa.

Art. 6º A Presidência da Assembléa Legislativa de Santa Catarina disponibilizará os recursos necessários ao bom funcionamento do Programa.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado JOARES PONTICELLI

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/07

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de resolução que tenho a honra de apresentar a este Parlamento é fruto de inúmeras reivindicações que a classe estudantil tem feito à Escola do Legislativo. Na qualidade de seu presidente, tenho ouvido dos estudantes o desejo de realizarem seus estágios, obrigatórios ou não, nas dependências de nossa ALESC.

Atualmente, o regimento interno da ALESC não prevê que a participação estudantil em Audiências Públicas e em Reuniões das Comissões Permanentes seja certificada. A ausência de um dispositivo legal que ampare as referidas certificações impede a implementação de ações efetivas da Escola do Legislativo nesse sentido.

Está resolução vem ao encontro da necessidade da classe estudantil que deseja estreitar suas relações com o Parlamento Catarinense. A participação desse público das atividades parlamentares certamente contribuirá para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Através das experiências vividas no Parlamento, esses jovens atuarão na sociedade como multiplicadores daquilo que viverem no ambiente legislativo, contribuindo para o aprimoramento da Democracia.

É oportuno salientar que esses estágios certificados pela ALESC, através da Escola do Legislativo, serão validados pelas instituições de ensino e passarão a integrar e compor o currículo escolar desse estudantes, transformando-se portanto em estágios curriculares.

Para o Parlamento a visão crítica e contestadora da juventude permitirá um exercício contínuo de aperfeiçoamento e crescimento da atividade parlamentar, bem como contribuirá para a formulação de leis cada vez mais próximas da realidade dos cidadãos.

Por isso, rogo a meus Pares apoio para ver aprovada esta resolução que permitirá a efetiva e eficaz participação dos jovens nas atividades desenvolvidas pelo Parlamento catarinense.

*** X X X ***